

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós Graduação em Estudos Rurais

Bárbara Letícia Lopes

**AGROECOSSISTEMAS, TRABALHO E AUTONOMIA: o cotidiano de mulheres
camponesas em realidades do Vale do Jequitinhonha**

**Diamantina
2021**

Bárbara Letícia Lopes

**AGROECOSSISTEMAS, TRABALHO E AUTONOMIA: o cotidiano de mulheres
camponesas em realidades do Vale do Jequitinhonha**

Dissertação apresentada à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, linha de pesquisa Configurações do Rural, Política e Meio Ambiente para a obtenção do título de “Mestra”.

Orientadora: Prof. Dra. Ivana Cristina Lovo

**Diamantina
2021**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

L864a Lopes, Barbara Leticia
2021 Agroecossistemas, trabalho e autonomia [manuscrito]: o cotidiano de mulheres camponesas em realidades do Vale do Jequitinhonha / Barbara Leticia Lopes. -- Diamantina, 2021. 161 p. : il.

Orientador: Prof. Ivana Cristina Lovo.

Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais, Diamantina, 2021.

1. Trabalho doméstico. 2. Agroecologia. 3. Divisão sexual do trabalho. 4. Autonomia. 5. Mulheres rurais. I. Lovo, Ivana Cristina. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

BÁRBARA LETÍCIA LOPES

**AGROECOSSISTEMAS, TRABALHO E AUTONOMIA: o cotidiano de
mulheres camponesas em realidades do Vale do Jequitinhonha**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Rurais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivana Cristina Lovo

Data de aprovação: 18/01/2021

Prof.^a Dr.^a Rodica Weitzman – Titular externa

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA - UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a Josélia Barroso Queiroz Lima – Titular interna Faculdade Interdisciplinar em Humanidades -
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (FIH - UFVJM)

Prof.^a Dr.^a Ivana Cristina Lovo - Orientadora
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades -
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (FIH - UFVJM)

Diamantina
2021



Documento assinado eletronicamente por **Ivana Cristina Lovo, Servidor**, em 18/01/2021, às 21:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josélia Barroso Queiroz Lima, Servidor**, em 19/01/2021, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodica Weitzman, Usuário Externo**, em 19/01/2021, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0263263** e o código CRC **1041C55A**.

Agradecimentos

Sempre gostei de ler essa sessão nos trabalhos, me trazia a sensação de que aquele tanto de folhas escritas eram mais que somente isso, que ali estavam sentimentos bons, maquinações, momentos de desespero e alívio por conseguir chegar até esta etapa. Sempre me imaginei escrevendo esta parte, e agora aqui estou, finalizando esse ciclo de amor e ódio com a academia.

Começo agradecendo a todas as forças universais que me guiam a cada passo nessa jornada terrena, pela proteção, conselhos e puxões de orelhas. Agradeço por ter a possibilidade de viver essa encarnação em um lugar privilegiado, onde tive as ferramentas e apoio para alcançar meus objetivos, mesmo que esses parecessem distantes ou muito difíceis.

Agradeço imensamente a minha família, a minha mãe Maria Cristina, ao meu pai Geraldo, a minha irmã Amanda e ao meu companheiro Jeferson, por sempre estarem ao meu lado me incentivando e acreditando no meu potencial. A caminhada ao lado de vocês é mais doce e leve, sou grata ao universo por me permitir ter vocês em minha vida!

Sou grata por ter tido a oportunidade de ser orientada pela professora Ivana, que conduziu essa etapa com sabedoria e paciência para os aprendizados que se faziam no caminhar, suas ideias, correções, sensibilidade e incentivo foram essenciais para a finalização desse trabalho.

Agradeço também as famílias participantes dessa pesquisa, que me receberam de portas abertas, pela confiança em compartilhar informações e o seu dia a dia, pelas inúmeras respostas e ligações. Sem a disposição de vocês para embarcar nessa jornada, esse trabalho não seria possível.

Agradeço ao professor Claudenir e a toda equipe do Núcleo de Estudos em Agroecologia-UFVJM pelos ensinamentos e oportunidades. Os momentos vividos contribuíram para minha formação profissional e pessoal.

Agradeço a toda equipe do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais-UFVJM pela competência e trabalho, aos professores pelos saberes partilhados e disposição em ajudar diante de qualquer dúvida. Agradeço especialmente a turma 2018/2 pela parceria e trocas, sem dúvida esses dois anos foram melhores com vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço a todos aqueles que por ventura não foram citados aqui, que o universo possa retribuir com abundância a ajuda dada!

A AUTORIDADE

Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa das canoas e os homens na popa. As mulheres caçavam e pescavam.

Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou queriam. Os homens montavam as choças, preparavam a comida, mantinham acesas as fogueiras contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiavam as peles de abrigo. Assim era a vida entre os índios Onas e os Yaganes, na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e puseram as máscaras que as mulheres tinham inventado para aterrorizá-las.

Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto elas cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era seu destino. Elas acreditaram. Também acreditaram suas filhas e as filhas de suas filhas.

(Eduardo Galeano- In Memórias do fogo – Os nascimentos.)

Resumo

Esta pesquisa tem o interesse em compreender como se dá a autonomia das mulheres diante da distribuição e decisão sobre o trabalho em agroecossistemas agroecológicos. As famílias que compõem o grupo participante desta investigação vivem e desenvolvem suas atividades em duas localidades no Vale do Jequitinhonha. A divisão sexual do trabalho constitui uma das principais formas de desigualdades entre homens e mulheres sendo esta construída historicamente. É preciso entender que homens e mulheres estão inseridos em construções sociais que influenciam o seu modo de perceber, pensar, sentir e agir, e quando analisamos a questão do trabalho não podia ser diferente. A situação de mulheres camponesas não é diferente do que está registrado na literatura feminista, elas ficam responsáveis pelo trabalho do cuidado do lar e dos filhos e de outras tarefas entendidas como “feminina”. É sabido que não se conseguirá superar as desigualdades no campo se não rompermos com as velhas formas de opressão e estarmos atentos a novas formas de opressão que podem surgir com os rearranjos sociais e econômicos. Com a utilização da observação participante, que considera e incentiva que os pesquisadores vivenciem o dia a dia daqueles a quem estudam, possibilitando uma compreensão melhor do universo em estudo, e com o uso de ferramentas como entrevistas, dinâmica da rotina diária e fluxogramas sobre o fluxo do trabalho no agroecossistema, foi possível perceber que existe uma divisão sexual de trabalhos nas famílias participantes da pesquisa e que está se apresenta de várias formas e intensidades, mesmo se tratando de agroecossistemas que tem como base o exercício da agroecologia. Acompanhando a rotina de duas famílias, ficou evidente que as mulheres estão presentes em todas as etapas da produção, desde a colheita até a comercialização. Entretanto, por vezes, seus trabalhos são invisibilizados e tidos apenas como “ajuda” dos serviços feitos por seus companheiros. Estando o trabalho doméstico sobre responsabilidade das mulheres, gera sobrecarga e reduz seu tempo livre, impossibilitando que elas possam usufruir desse tempo em atividades de lazer ou para descanso. Por fim, mesmo as duas famílias sendo acompanhadas por organizações que realizam e incentivam discussões sobre a igualdade de gênero e autonomia feminina, e que já estejam vivenciando um aprofundamento conceitual e prático da agroecologia, há ainda um caminho a ser percorrido para que as desigualdades nas relações de gênero possam ser superadas de fato, já que nesse caminho há uma conexão direta com a estrutura patriarcal e capitalista predominante na sociedade.

Palavras chave: trabalho doméstico; agroecologia; divisão sexual do trabalho; autonomia; mulheres rurais.

Abstract

This research is interested in understanding how women's autonomy occurs in the face of the distribution and decision on work in agroecological agroecosystems. The families that make up the group participating in this investigation live and develop their activities in two locations in the Jequitinhonha Valley. The sexual division of labor is one of the main forms of inequality between men and women, which has been historically constructed. It is necessary to understand that men and women are inserted in social constructions that influence their way of perceiving, thinking, feeling and acting, and when we analyze the question of work it could not be different. The situation of peasant women is no different from what is recorded in feminist literature, they are responsible for the work of caring for the home and children and other tasks understood as “feminine”. It is well known that inequalities in the countryside will not be overcome if we do not break with the old forms of oppression and pay attention to new forms of oppression that may arise with social and economic rearrangements. With the use of participant observation, which considers and encourages researchers to experience the daily lives of those they study, enabling a better understanding of the universe under study, and with the use of tools such interviews, dynamics of the daily routine and flowcharts on the subject. work flow in the agroecosystem, it was possible to notice that there is a sexual division of work in the families participating in the research that is presented in various forms and intensities, even in the case of agroecosystems that are based on the exercise of agroecology. Following the routine of two families, it was evident that women are present in all stages of production, from harvest to commercialization. However, sometimes, their work is made invisible and seen only as “help” for the services done by their companions. Since domestic work is only the responsibility of women, it generates overload and reduces their free time, making it impossible for them to enjoy this time in leisure or rest activities. Finally, even though the two families are accompanied by organizations that carry out and encourage discussions on gender equality and female autonomy, and who are already experiencing a conceptual and practical deepening of agroecology, there is still a way to go so that the inequalities in gender relations can be overcome in fact, since in this way there is a direct connection with the predominant patriarchal and capitalist structure in society.

Keyword: domestic work; agroecology; sexual division of labor; autonomy; rural women.

Lista de Ilustrações

Figura 1- Localização do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais.....	81
Figura 2- Algumas variedades de Sempre-Vivas	87
Figura 3-Diagrama de insumos e produtos do agroecossistema de Arara e Barbatimão	93
Figura 4- Fluxograma do agroecossistema com as respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Arara. Atividade realizada em setembro/2019.....	101
Figura 5-Fluxograma do agroecossistema com as respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Barbatimão. Atividade realizada em setembro/2019	101
Figura 6- Modelização das respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Arara.....	102
Figura 7-Modelização das respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Barbatimão.	102
Figura 8- Distribuição do uso do tempo de Arara e Barbatimão com os trabalhos no agroecossistema.....	106
Figura 9- Gráfico atributos sistêmicos de sustentabilidade- gênero.....	107
Figura 10-Diagrama de insumos e produtos do agroecossistema de Coruja e Pacari	117
Figura 11- Fluxograma do agroecossistema com as respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Coruja. Atividade realizada em dezembro/2019.....	125
Figura 12- Fluxograma do agroecossistema com as respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Pacari. Atividade realizada em dezembro/2019.....	126
Figura 13- Modelização das respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Coruja ...	126
Figura 14- Modelização das respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Pacari ...	127
Figura 15- Distribuição do uso do tempo de Coruja e Pacari.....	130
Figura 16- Gráfico atributos sistêmicos de sustentabilidade- gênero.....	132

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Parâmetros e critérios para a análise de equidade de gênero/protagonismo das mulheres.....	77
Tabela 2- Pontuação para avaliação dos parâmetros	78
Tabela 3- Rotina diária de Arara e Barbatimão	105
Tabela 4- Categorias análise de discurso	108
Tabela 5- Rotina diária de Coruja e Pacari	130
Tabela 6- Categorias análise de discurso	133

Lista de Siglas

AS-PTA- Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa
CAA-NM- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CAV- Centro de Agricultura Alternativa Vicente de Nica
CIMOS- Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODECEX- Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas
DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EFAV- Escola Família Agrícola de Veredinha
EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
Fenatrad- Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipea- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCTIC- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MAB- Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC- Ministério da Educação
MME- Ministério de Minas e Energia
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NAC- Núcleo de estudos em Agroecologia e Campesinato
ONG- Organização não governamental
PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Procaj- Projeto Caminhando Juntos
REDE- Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
SEAD- Secretaria de Estado de Administração
SIPAM- Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial
SOF- Sempre Viva Organização Feminista
UC- Unidade de Conservação
UFVJM- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Sumário

Introdução	13
“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”: o lugar de fala da pesquisadora.....	20
CAPÍTULO 1: PARA INICÍO DE CONVERSA: TRABALHO, AUTONOMIA, MULHERES DO CAMPO E AGROECOLOGIA	23
1.1 Desvelando o trabalho das mulheres: desafios para superar preconceitos e mitos ..	23
1.2 Divisão Sexual do Trabalho: tudo muda, nada muda.....	34
1.3 Trabalho doméstico e de cuidados: há sempre coisa a se fazer!	42
1.4 Precisamos falar sobre autonomia: uma breve contextualização	48
1.5 Mulheres do Campo: plantando autonomia, colhendo transformação	53
1.6 Sem Feminismo não há Agroecologia! A construção de novas dinâmicas e relações produtivas	59
CAPÍTULO 2: Veredas, montanhas e vales: os caminhos percorridos na pesquisa...67	
2.1 O recorte metodológico para a pesquisa do mestrado	69
CAPÍTULO 3: Onde estamos: uma breve contextualização das áreas estudadas . 80	
3.1 O Vale do Jequitinhonha	80
3.2 Primeira parada: Comunidade Vargem do Inhaí	85
3.3 A família de Arara e Barbatimão.....	89
3.4 A rotina no agroecossistema de Arara e Barbatimão	93
3.5 Segunda parada: Comunidade de Gameleira.....	110
3.6 A família de Coruja e Pacari.....	113
3.7 A rotina no agroecossistema Coruja e Pacari	117
CAPÍTULO 4: Costurando o que se viu: entre o dito e o observado nas duas famílias estudadas	135
Considerações Finais	143
Referências	147
Apêndice 1	157
Apêndice 2	158

Introdução

“Caro leitora ou leitor eu peço a atenção, para falar de um assunto que causa grande questão, é também muito polêmico neste meu verso sistêmico vou dar minha opinião. Mas quero uma posição de você que está lendo, que o mundo é desigual sei que você está vendo que tem muita coisa errada, uns com tudo outros com nada isso eu não compreendo[...]” (José Rogaciano de Oliveira).

A divisão sexual do trabalho constitui uma das principais formas de desigualdades entre homens e mulheres, como nos indica Federici (2017) essa divisão parte de uma construção histórica que desvaloriza o trabalho das mulheres, produzindo o controle sobre seus corpos, as condicionando como reprodutoras de trabalhadores, o que explicita também a operação conjunta e cooperada entre os sistemas patriarcal e capitalista, que se beneficiam de forma direta da subordinação das mulheres. É preciso entender que homens e mulheres estão inseridos em construções sociais que influenciam o seu modo de perceber, pensar, sentir e, conseqüentemente, de agir. E, quando analisamos a questão do trabalho não podia ser diferente, como mostra Danièle Kergoat:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p.67).

A divisão sexual do trabalho entendida neste trabalho a partir do que traz Mirla Cisne (2015, pg.122), como atribuições de atividades sociais diferentes e desiguais segundo o sexo, como fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico/de classe sobre a exploração e opressão da mulher. Tendo como sua principal característica a distinção do que é considerado trabalho de mulher e o que é trabalho de homem. À mulher cabe o lugar de reprodução, incluindo o conjunto do trabalho doméstico e de cuidados inerentes ao contexto da reprodução da vida.

Definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres (SCHWEBEL, 2009). Já ao homem cabe à esfera produtiva, o trabalho que é valorizado, remunerado e considerado mais importante, nas suas atribuições estão também às tarefas de cunho político.

O modo de produção capitalista além de se apoiar na exploração do trabalho doméstico, se apropria da força de trabalho feminino na esfera produtiva, já que as mulheres recebem menos, mesmo desempenhando função semelhante, além de serem mais desvalorizadas no mercado de trabalho. Para entendermos a divisão sexual do trabalho é necessário que analisemos tanto a esfera doméstica quanto o setor dito produtivo, uma vez que o sistema econômico une essas duas esferas, a fim de se apropriar de qualidades ditas “naturais femininas” com a intenção de maximizar o seu lucro.

A desigualdade econômica também se baseia na desigualdade de gênero e a maioria das pessoas situadas na base da pirâmide econômica são mulheres. A probabilidade de mulheres e meninas estarem em empregos mal remunerados e precários é maior e são elas que assumem a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado e mal pago. O modelo de capitalismo dominante explora e impulsiona ativamente crenças sexistas tradicionais que desempoderam mulheres e meninas, ainda que contando com elas para fazer esse trabalho, mas se recusando a valorizá-las por isso (OXFAM-BRASIL, 2020, p. 9).

Mesmo com as conquistas e avanços sociais e políticos, no qual tivemos a maior inserção da mulher no âmbito público, a divisão de tarefas não acompanhou as mudanças de forma significativa, às mulheres ainda possuem uma dupla ou ainda tripla jornada, que pode ser entendida como a acumulação de tarefas do trabalho remunerado e do não remunerado. O trabalho doméstico é de responsabilidade da mulher, não sendo muitas vezes compartilhado com o seu parceiro e qualquer tarefa que esse realize é tida apenas como uma ajuda, mantendo nas mãos femininas a responsabilidade por um bom andamento do lar. Assim, como resultado dessa dupla jornada de trabalho, a mulher tem seus tempos regulados em função do trabalho remunerado e do não remunerado, tendo seu tempo livre dedicado a satisfazer as suas necessidades pessoais diminuídas.

O tempo econômico masculino é maior do que o feminino, enquanto o tempo feminino na reprodução social é maior do que o masculino; o aumento da jornada do tempo econômico prejudica mais as mulheres, uma vez que o tempo dedicado por elas à reprodução social e à família não tende a diminuir, apesar do avanço tecnológico da aparelhagem doméstica; isso reduz o tempo livre das mulheres, que adicionam o tempo econômico ao da reprodução social. (BRUSCHINI, 2006, p. 337).

A situação de mulheres rurais não é diferente, estas ficam responsáveis pelo cuidado do lar e dos filhos e de tarefas entendidas como feminina, nesse pacote temos o cuidado do quintal, da horta, a criação de pequenos animais entre outras. Geralmente, a renda obtida através desse trabalho fica com o pai e/ou marido, ou ainda é incorporada na renda total da família, causando uma dependência financeira para mulher o que muitas vezes a obriga a aguentar situações de violência, a falta de autonomia e marginalização nas decisões.

Em geral, as mulheres do campo também trabalham bastante na roça, mas muitas vezes esse aporte não é valorizado, aparecendo apenas como uma ajuda ao marido. Ou seja, outro trabalho importante feito pelas mulheres que tem sido sistematicamente invisibilizado. Muitas nem sequer se reconhecem como agricultoras (SOF, 2016, p.8).

A visibilidade e a valorização do trabalho das mulheres, porém, são mais restritos na sua relação com a família. A maioria das agricultoras não decide sobre o dinheiro que é fruto de seu suor ou sobre os investimentos que poderiam melhorar suas condições de trabalho (NOBRE, 2005, p. 47).

De maneira geral, embora se saiba que são as mulheres as responsáveis pela produção de alimentos para a família na agricultura familiar, boa parte oriunda dos quintais, normalmente essa contribuição econômica não é contabilizada na economia familiar. (TELLES, 2018, p. 8). Como mostrado por essa autora. existe uma maior participação das mulheres em tarefas para o autoconsumo ou ainda em atividades agrícolas que podem não trazer uma remuneração direta:

Percebe-se, assim, que há um amplo leque de contribuições das mulheres que simplesmente não são reconhecidos como trabalho e, portanto, não são contabilizadas dentro da lógica mercantil que rege a concepção hegemônica sobre economia. A densidade da vida econômica e do trabalho cotidiano das mulheres é invisibilizado diante do fato de que boa parte das transações e ações não são monetarizadas ou racionalmente calculadas para inserção em mercados formais. O trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres passa a ser considerada acessória aos homens, que empreendem atividades remuneradas, diluindo, inclusive, a caracterização das práticas das mulheres como economia, senão, apenas como uma economia doméstica, invisibilizando sua densa vida econômica (TELLES, 2018, p. 3).

Apesar dos avanços e conquista de direitos ainda existe um longo caminho a ser percorrido. As mulheres rurais, segundo Siliprandi (2015), ainda encontram maiores dificuldades como, por exemplo, no acesso à educação e aos serviços de saúde, na falta de renda própria, já que muitas vezes os frutos do seu trabalho são incorporados na renda total da família e seu uso é decidido muitas vezes por seus pais e/ou parceiros, na falta de documentos pessoais básicos, o que comprometem seu acesso a programas governamentais e, na dificuldade de acessar a terra, que na maioria das vezes é titulada em nome do homem, entre outras dificuldades.

Deere (2004) mostra que a titulação das propriedades geralmente é feita em nome do homem, baseando-se nas “práticas culturais profundamente enraizadas, apoiadas até recentemente pelas normas legais, em que somente maridos representam a família e administram seus recursos, não é surpresa que a titulação conjunta deva ser obrigatória para que essa medida seja implementada na prática” (DEERE, 2004, p.176). A autora apresenta alguns argumentos que demonstram a importância desse reconhecimento para as mulheres:

O argumento produtivista refere-se ao reconhecimento de que o direito das mulheres à terra está associado com o aumento do bem-estar de mulheres e seus filhos, bem como com sua produtividade e, portanto, com o bem estar de sua comunidade e sociedade. O argumento do empoderamento reconhece que os direitos das mulheres à terra são decisivos para aumentar seu poder de barganha dentro da família e da comunidade, para acabar com sua subordinação aos homens e, assim, atingir uma real igualdade entre homens e mulheres (DEERE, 2004, p.176-177).

As conquistas civis e políticas dos movimentos de mulheres na metade do século XX, assim como o aprofundamento das discussões sobre as relações de gênero presentes no final desse século, produzem efeitos também para as mulheres do campo que, como forma de superar as desigualdades vividas, também se organizam para desbravar caminhos e firmar seu lugar dentro de organizações que há tempos já trabalham questões referentes ao meio rural. Como consequência e conquistas das mulheres do campo essas instituições vêm buscando formas de inserir e apoiar as questões de gênero das mulheres dentro de suas pautas de trabalho. E, para além dessas organizações, as resistências vêm se construindo em espaços tanto locais quanto em redes mais amplas:

A organização das mulheres rurais tem se dado não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas no nível das propriedades; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas, associações. (SILIPRANDI, 2015, p.134).

Siliprandi discute também alguns caminhos para romper com a lógica de subordinação das mulheres do campo:

Mas para quebrar essa lógica é preciso que haja um processo de “empoderamento” também político dessas mulheres, o que vai depender, basicamente, de que elas consigam aparecer (individual e coletivamente) como sujeitos ativos, nas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas instituições públicas, nas políticas, na sociedade. Enfim, que as mulheres se façam reconhecer e sejam reconhecidas. (SILIPRANDI, 2015, p.109).

É sabido que não se conseguirá superar as desigualdades no campo se não rompermos com as velhas formas de opressão, as mulheres sempre estiveram presentes e fizeram história, mas tiveram suas lutas e conquistas por vezes em segundo plano. O romper do século XXI traz grande diversidade de movimentos liderados por mulheres que vem rompendo preconceitos e mostrando como estão preparadas para atuar e são proponentes de ações para realização de mudanças nas realidades em que estão inseridas, podemos citar os grupos de mulheres organizados dentro de sindicatos rurais e a grande expressão e conquistas da Marcha das Margaridas desde sua primeira versão em 2000, assim como o Movimento de Mulheres Camponesas- MMC, a Organização de Mulheres Quilombolas, os grupos de

mulheres construídos dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre tantos outros.

Bell hooks (1952), refletindo sobre a natureza do trabalho, aponta que para as mulheres pobres o trabalho nem liberta nem traz realização pessoal, na maior parte dos casos explora e desumaniza. Apoiada por reflexões de outras autoras, hooks aponta para uma atitude de entender o trabalho como essencial para o desenvolvimento de si como ser humano, e constata a necessidade de repensar a natureza do trabalho. hooks afirma que:

Tradicionalmente, o trabalho não tem sido uma esfera da atividade humana da qual as mulheres participam com o propósito de desenvolver de sua personalidade, conceitos a respeito de si etc. Essa é uma das razões pelas quais as mulheres que adquirem a autossuficiência econômica em geral são tão incapazes de se libertar das interações opressivas com indivíduos sexistas quanto as mulheres que não possuem trabalho remunerado e dependem de outras pessoas para assegurar a sua sobrevivência econômica (hooks, 2019, p.160).

Essa outra atitude requer um olhar diferenciado sobre as relações de poder e, “antes de trabalhar para reconstruir a sociedade, as mulheres precisam rejeitar a noção de que a conquista de poder na estrutura social existente necessariamente fará avançar a luta feminista para acabar com a opressão sexista” (hooks, 2019, p.140). Assim, um dos primeiros embates que devem ser travados é com o sexismo existente na sociedade. É esse sexismo que ajuda na manutenção da ideia de que as mulheres não possuem nenhum poder, quando, na realidade, até mesmo aquelas que vivem nas mais diversas situações de opressão possuem certo grau de poder como a habilidade de liderança, energia e força por exemplo.

A autora aponta para a necessidade do uso do “poder de descrer”, de duvidar dos códigos de comportamentos prescritos, desviar das normas, isso abre a possibilidade para viver a diversidade, e também de elaborar e eleger seus próprios valores e regras de conduta. Associando a nova atitude sobre o trabalho ao poder de descrer, com isso pode-se indicar uma possibilidade para entender a construção da autonomia das mulheres que, para além da autonomia financeira, dialoga profundamente com o poder e as condições para conduzir seu próprio destino.

É importante compreender que a raiz de todo esse sistema de dominação e exploração é o patriarcado, neste trabalho será considerado o conceito apresentado por Saffioti (2015), como sendo o sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens e que abrange a sociedade como um todo. Assim quando utilizamos o conceito de “patriarcado, necessariamente estamos nos referindo às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres” (CISNE, 2015, p.60).

Além disso, o patriarcado é um “sistema estruturador de relações sociais, está presente na sociedade de forma multifacetada e se expressa de diferentes maneiras em contextos distintos. Este sistema modela as relações de gênero que se dá tanto entre um homem e uma mulher, como entre homens e entre mulheres” (ALMEIDA, 2010, p.13). Nesse sentido entendemos o machismo como uma forma do patriarcado se expressar.

A agricultura camponesa pode ser caracterizada por ter mão de obra predominantemente familiar, reduzida dependência de mercados externos, com o uso de técnicas tradicionais adaptadas a realidade do núcleo familiar e ao contexto ambiental em que vivem, estas características estão presentes nas duas famílias participantes dessa pesquisa.

Importante para esse trabalho também é o entendimento de agroecologia. Trata-se de um enfoque, uma visão de mundo, um paradigma que parte da aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e (re)desenho de agroecossistemas sustentáveis, num horizonte de tempo que considere o conhecimento local que, integrado ao conhecimento científico dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim um processo contínuo de transição agroecológica. (Gliessman, 2000; Caporal e Costabeber, 2004). Tento, portanto, o agroecossistema como sua unidade fundamental de estudo, manejo e relações.

Como define Altieri (1989) o agroecossistema é a unidade fundamental de estudo e de re(desenho) em que os ciclos da matéria/minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas ocorrem e são vistas e analisados em seu conjunto. Há necessidade de uma ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo/terra, a água, os vegetais, os animais e os micro-organismos (enfoque sistêmico, holístico, complexidade).

Desta forma, busco entender nesta pesquisa como a divisão sexual do trabalho existente em agroecossistemas, expressadas nas técnicas, tecnologias e nas relações sociais agroecológicas presentes no manejo dos agroecossistemas, contribuem ou não para a construção da autonomia das mulheres rurais.

O objetivo geral desta pesquisa é entender como se estrutura a divisão sexual do trabalho no contexto de um agroecossistema e como essas relações fomentam condições para construção da autonomia das mulheres. Em específico tem-se como objetivo: a- Entender como é a dinâmica da divisão sexual do trabalho no manejo do agroecossistema. b- Compreender como é a participação das mulheres nas tomadas de decisão dentro da propriedade, considerando os envolvimento diferenciados dos homens e mulheres na

condução dos subsistemas. c- Compreender se a divisão do trabalho praticada gera, ou não, condições para a autonomia das mulheres.

Como discutem Schottz et al. (2015), espera-se que a agroecologia, ao considerar todos os componentes de um agroecossistema e do sistema de produção, tenha o papel de ajudar no reconhecimento do trabalho feito pelas mulheres, reconhecendo esse trabalho como importante para o equilíbrio do sistema e para a reprodução familiar. Como hipótese parte-se do entendimento que apenas a base conceitual, tecnológica e a prática agroecológica não são suficientes para desconstruir as relações desiguais expressas na divisão sexual do trabalho e na autonomia dos sujeitos, já que essa divisão sustenta um sistema social que é patriarcal e capitalista, dessa forma refletir o papel da mulher no manejo dos agroecossistema é uma estratégia de revelar e explicitar como práticas patriarcais e machistas se mantêm presentes no cotidiano agroecológico e como se faz importante relacionar o feminismo à agroecologia, entendendo por feminismo a luta por igualdade entre os seres humanos provocada por mudanças estruturais na sociedade e a Agroecologia como uma das estratégias para essas mudanças se concretizarem.

Na produção de dados, foram utilizadas como estratégias para fomentar um diálogo horizontalizado durante a pesquisa: a observação participante, diagrama de fluxos, entrevistas semiestruturadas e a dinâmica da “rotina diária”, sendo todas realizadas individualmente com cada um dos casais. Já na análise de dados optamos por associar algumas ferramentas do “Método de Análise Econômica-Ecológica de Agroecossistemas-LUME” (diagramas de fluxo e os atributos sistêmicos de sustentabilidade) segundo Petersen et al., (2017), com análise de conteúdo, segundo Bardin (1977) na sistematização das entrevistas realizadas.

“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”: o lugar de fala da pesquisadora

Ao ingressar na universidade, em 2012, para cursar Engenharia Florestal um mundo de possibilidades e inquietudes se abriu. Ingressar em um curso voltado para o mercado e para a produção, fez com que muitas vezes o lado social fosse pouco presente no cotidiano de maximizar a produção e o lucro. Assim, a aproximação com o movimento estudantil da UFVJM foi inevitável, era preciso um lugar para sonhar mudanças, discutir temas e inquietações que muitas vezes não cabiam nas aulas (e na cabeça).

Logo ao fim do primeiro semestre letivo fui indicada para participar do “I Estágio de vivência em áreas camponesas, indígenas e quilombolas dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- MG: Povo de luta, Povos dos vales!”, que foi organizado pelo Grupo Aranã de Agroecologia, pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato, pelo Coletivo Feminista Retalhos de Fulô e pelo movimento estudantil. Desta forma se deu o meu primeiro contato com as regiões do médio e baixo Vale do Jequitinhonha e com alguns dos diversos movimentos que atuam na região (MST, MAB, a Cáritas Regional, Pastoral do Migrante entre outros). Nesta imersão nos debruçamos em temas como: questão agrária, questão energética, migração, gênero e feminismo, universidade e sociedade, educação popular, extensão e comunicação e agroecologia. E em um segundo momento pude vivenciar um pouco mais daquela realidade, ficando com uma das famílias do Assentamento Franco Duarte por um período de 20 dias. Ao voltar dessa experiência as inquietações transbordavam e a vontade de estudar e entender mais o lado social só crescia.

O contato com o movimento estudantil e com os vários coletivos que o construíam possibilitavam o caminhar por diversos espaços, e dessa forma nasceu a minha vontade de contribuir junto ao Coletivo Feminista Retalhos de Fulô¹. Ali cercada pelas “fulores” estudávamos temas que permeavam as relações de gênero, a sociedade patriarcal, as diferenças existentes entre os sexos, e mais uma porção de coisas. Ali também sonhávamos com mudanças, construíamos ações, e víamos como a auto-organização era importante no caminhar militante. Assim, através da parceria com um professor, gestamos e parimos juntas, no ano de 2013, o primeiro projeto no qual seria bolsista, o “Fotografia, gênero e trabalho: mulheres trabalhadoras na UFVJM” que tinha como objetivo problematizar a divisão sexual

¹ O Coletivo Feminista Retalhos de Fulô, núcleo da Marcha Mundial das Mulheres surge em 2009 na cidade de Diamantina -MG, através da necessidade que algumas mulheres sentiram de se auto organizarem e da importância de debaterem sobre as relações de gênero. O Coletivo era composto por estudantes universitárias e trabalhadoras, que desenvolviam ações dentro da universidade e também em bairros periurbanos da cidade.

do trabalho usando a fotografia como instrumento gerador de reflexão sobre o trabalho inviabilizado feito pelas trabalhadoras terceirizadas da UFVJM.

Através de oficinas, conversas e dinâmicas entendíamos como aquelas trabalhadoras tinham que se virar para conseguirem dar conta de todas as tarefas que precisavam fazer tanto em casa, quanto no trabalho. Tivemos a oportunidade de realizar apenas uma oficina de fotografia, pois aquelas trabalhadoras foram, em sua grande maioria, dispensadas pela empresa na qual trabalhavam no final do ano de 2013. As fotos tiradas por elas foram expostas na III Semana da Integração Ensino, Pesquisa e Extensão, onde a exposição “Reflexões sobre o projeto de extensão Fotografia, gênero e trabalho: mulheres trabalhadoras na UFVJM” recebeu menção honrosa pela apresentação.

O trabalho junto ao coletivo de Diamantina que compunha a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal- ABEEF possibilitou um olhar crítico a respeito do curso e abriu portas para o conhecimento de formas para uma produção socialmente justa e ambientalmente correta. Foi durante o 42º congresso da ABEEF, em 2012, que decidimos construir o “I Curso de Formação Feminista das Ciências Agrárias”, em parceria com a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB e com o Coletivo Feminista Retalhos de Fulô. Reunidas durante uma semana no mês de junho, na cidade de Diamantina-MG, mergulhamos em temas relevantes dentro do movimento feminista e que ajudariam as executivas de curso avançarem nesse debate.

O contato com a executiva de curso abriu as portas também para um outro lado da Engenharia Florestal, comprometida com os povos, com o meio ambiente e engajada na transformação social.

A agroecologia ajudou a ampliar o entendimento para uma nova relação com a construção do conhecimento, onde é possível aliar os conhecimentos acadêmicos e populares, caminhando para superação de velhos mitos e preconceitos. Em minha caminhada na universidade pude participar de outros projetos que contribuíram tanto para a minha formação pessoal quanto para a profissional.

Assim, logo após me formar em 2017, atuei como bolsista extensionista no período de janeiro de 2018 a julho de 2019, no projeto “Agroecologia e Resiliência às Mudanças Climáticas no Semiárido de Minas Gerais”. Este foi executado pelo Núcleo de estudos em Agroecologia e Campesinato vinculado a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em parceria com organizações sociais que atuam no semiárido mineiro (Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha).

Reunindo a sensibilidade desenvolvida no meu percurso de estudos sobre as mulheres com as atividades realizadas durante o projeto e com o meu interesse em aprofundar o entendimento sobre a relação entre a divisão sexual do trabalho e a construção da autonomia feminina, nasceu a proposta de estudar algumas das famílias envolvidas no monitoramento dos agroecossistemas, a partir de um olhar voltado para as mulheres.

Esse desejo vem com a percepção de que para entender o papel das mulheres dentro do agroecossistema é preciso utilizar metodologias específicas que atentam para as condições das mulheres, que não foram contempladas inicialmente durante as atividades e instrumentos do projeto “Sistemas agroecológicos, inovações tecnológicas e resiliência às mudanças climáticas no semiárido de Minas Gerais”.

A opção pelo uso de metodologias específicas, partiu do entendimento que para captar relações de poder e os diferentes olhares que compõem as famílias, era preciso usar ferramentas que permitissem considerar e desvelar as percepções de cada indivíduo e não mais enxergar a aquele núcleo familiar como um bloco único e portador de apenas uma opinião. O entendimento dessa necessidade se deu a partir do meu contato com a literatura feminista e com as diversas ferramentas que esta propunha para entender o dia a dia das mulheres e suas especificidades.

Essa realidade me estimulou a debruçar na pesquisa do mestrado tentando entender as diferenças no trabalho feito por homens e mulheres dentro dos agroecossistemas, e buscando aprofundar sobre a autonomia das mulheres trabalhadoras dos agroecossistemas.

CAPÍTULO 1: PARA INÍCIO DE CONVERSA: TRABALHO, AUTONOMIA, MULHERES DO CAMPO E AGROECOLOGIA

1.1 Desvelando o trabalho das mulheres: desafios para superar preconceitos e mitos

“[...] nesta sociedade da elite capitalista, o menino é ensinado a não chorar haja vista, que só mulher é que chora e engole o choro na hora, numa atitude machista. E assim se reproduz um sistema de opressão com relações desiguais e com muita exploração do trabalho da mulher, tem que lutar se quiser a sua libertação [...]” (José Rogaciano de Oliveira)

Segundo Marx o trabalho pode ser entendido como “um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013, p. 326). Já Hirata e Zarifian (2009, p. 251) trazem uma dupla definição e a problematizam:

A primeira se apresenta como uma definição antropológica, em que o trabalho constitui uma característica geral e genérica da ação humana. Para Marx (1867/1965), o trabalho é essencialmente um ato que se passa entre o homem e a natureza. O próprio homem exerce, em relação à natureza, o papel de uma potência natural específica. Ele põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida. Ao mesmo tempo em que age por esse movimento sobre a natureza exterior e a modifica, ele transforma sua própria natureza e desenvolve suas faculdades aí adormecidas. A segunda definição reinterpreta a primeira, ao considerar que as trocas entre homem e natureza sempre se produzem em condições sociais determinadas: estamos nas condições do artesanato, da escravidão ou do assalariamento? O trabalho útil é executado sob a chibata do feitor de escravos ou sob o olho interessado do capitalista? (HIRATA e ZARIFIAN, 2009, p. 251).

A problemática encontrada pela autora nessa dupla definição é que “as relações homem-natureza tendem a ser naturalizadas e fixadas como uma base imutável da produção da vida humana, enquanto as relações sociais – as condições sociais do trabalho – são historicizadas” (HIRATA E ZARIFIAN, 2009, p. 252), assim é preciso considerar que o sexo é uma construção social, e que mulheres e homens apresentam inserção diferenciada no mundo e no mercado de trabalho.

Federici (2019) também faz críticas a análise do trabalho realizado por Marx, na medida em que ele não considera o trabalho reprodutivo como uma peça importante dentro das engrenagens do capitalismo. Para a autora, Marx considera como trabalho produtor de valor apenas a produção de mercadoria para a venda, apoiado em uma “visão tecnologicista da revolução”:

Refletir sobre as atividades que reproduzem nossa vida afasta a ilusão de que a automação da produção pode criar as condições materiais para uma sociedade sem exploração, mostrando que o obstáculo para a revolução não é a falta de conhecimento tecnológico, mas as divisões que o desenvolvimento capitalista produz na classe trabalhadora (FEDERICI, 2019, p.197).

Assim o entendimento dos mecanismos que agem sobre o trabalho reprodutivo possibilita a compreensão de que é preciso que exista um tipo ideal de trabalhador para o mercado e isso, conseqüentemente, reforça a necessidade que haja um modelo tido como ideal de família e sexualidade.

Não é nenhuma novidade que as mulheres sempre estiveram presentes no mundo do trabalho e desempenhando as mais diferentes funções, “em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 2013, p. 61). Assim, mesmo nas sociedades pré-capitalistas:

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior a revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (SAFFIOTI, 2013, p. 61-62).

Na transição de uma “economia de subsistência para uma monetária”, com característica urbana e fabril, onde o dinheiro começa regular as relações, as mulheres encontram um cenário hostil que impõe as mais diversas barreiras para sua inserção nesse novo mundo do trabalho. A separação das unidades de reprodução e produção, trouxe consigo uma desvalorização do trabalho reprodutivo, sendo agora o trabalho feito para o mercado o único portador de valor. “Nesse contexto, são significativas as mudanças que se deram dentro da família, que começou a se separar da esfera pública, adquirindo suas conotações modernas enquanto principal centro para a reprodução da força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p.193).

À medida que o capitalismo industrial se aproximava de sua consolidação, a clivagem entre a nova esfera econômica e a velha economia familiar se tornava mais rigorosa. A realocação física da produção econômica provocada pela expansão do sistema fabril foi, sem dúvida, uma transformação drástica. Contudo, ainda mais radical foi a revalorização generalizada da produção necessária ao novo sistema econômico. Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor principalmente porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca – em seu poder de satisfazer as demandas por lucro dos empregadores. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo (DAVIS, 2016, p.230).

Assim as atividades domésticas foram desvalorizadas e consideradas de segunda classe, pois, não geravam lucro em comparação com as atividades assalariadas capitalistas.

No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho (FEDERICI, 2017, p.145).

Elas [as mulheres] foram as perdedoras em duplo sentido: uma vez que seus trabalhos tradicionais foram usurpados pelas fábricas em expansão, toda a economia se deslocou para longe da casa, deixando muitas mulheres em grande parte despojadas de papéis econômicos significativos. Em meados do século XIX, a fábrica fornecia tecidos, velas e sabão. Até mesmo a manteiga, o pão e outros artigos alimentícios começaram a ser produzidos em massa (DAVIS, 2016, p.230).

Além de fortalecer a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres, a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva, reforçou o papel da mulher como sinônimo de mãe e esposa, e desta forma as mulheres foram confinadas como únicas responsáveis pelo trabalho doméstico no momento em que ele era desvalorizado e, ao mesmo tempo, intensificado para fins de reprodução e cuidados para aumentar a força de trabalho demanda para o crescimento e fortalecimento do capitalismo.

As mulheres também foram apartadas de muitos ofícios e quando trabalhavam em atividades fora de casa a quantia paga era inferior ao salário recebido por um homem.

O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras (FEDERICI, 2017, p.146).

Com esse golpe o capitalismo se apropria do trabalho doméstico, que passa a ser realizado gratuitamente pelas mulheres no interior de suas famílias, já que ela é responsável por criar e cuidar das futuras gerações de trabalhadores, além de atribuir baixos salários aos trabalhos desenvolvidos por mulheres.

Mesmo nas sociedades pré-capitalistas as mulheres já gozavam de uma posição social considerada inferior e condicionada ao homem, e era através do casamento que sua condição se consolidava já que em decorrência do sistema patriarcal, toda divisão sexual se edificou nos valores patriarcais/cristãos. Esse fato se dava tanto em camadas mais abastadas quanto naquelas em que as mulheres trabalhavam lado a lado dos seus maridos. Para justificar tal fato, temos o fortalecimento de vários mitos sobre características femininas, como: “foi estabelecido que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens — excessivamente emocionais e luxuriosas, incapazes de se governar — e tinham que ser colocadas sob o controle masculino (FEDERICE, 2017, p. 201). Devido a sua inabilidade para se cuidar as mulheres deviam se casar para que pudessem ter ao seu lado um homem, que seria sua fonte de proteção.

E a asserção é válida quer se tomem as camadas ociosas em que a mulher dependia economicamente do homem, quer se atente para as camadas laboriosas, nas quais a obediência da mulher ao marido era uma norma ditada pela tradição. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (SAFFIOTI, 2013, p. 63).

[...] as mulheres têm sido historicamente colocadas em situações de inferioridade, mediante ajuizamentos construídos segundo determinações das relações de poder nas quais a prevalência é masculina. Essas conformações estereotipadas concorrem para manutenção de desigualdades atuantes nos diversos espaços da vida social (LEMOS, 2016, p. 350).

Segundo Cisne (2015) a família, a Igreja e o Estado, são peças importantes para compreensão das opressões e explorações que atinge as mulheres, dessa forma, entraremos um pouco nesses temas a fim de compreendê-los.

“A família existe como um espaço em que somos educados desde o berço para aceitar e apoiar formas de opressão” (hooks, 2019, p.71). “A família patriarcal realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo” (CISNE, 2015, p.66), já que é em seu interior que são repassados os valores aceitos pela sociedade, através da educação sexista, que é responsável por educar meninos e meninas de maneira desigual. Essa socialização faz com que meninas sejam direcionadas para ensinamentos que reflitam o cuidado com o lar e com a prole, enquanto meninos são ensinados a serem provedores, assim, naturalizamos certas características como se elas sempre fizessem parte da personalidade dessas crianças e não fossem algo aprendido no dia a dia.

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriadas pelo capital para a exploração as força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres – ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino – são consideradas dons e não trabalho (CISNE, 2015, p. 122).

hooks (2019) nos mostra ainda que dentro da família:

Mesmo quando somos amados e cuidados por nossa família, ela simultaneamente nos ensina que esse amor não é tão importante quanto poder dominar outras pessoas. A luta pelo poder, as regras autoritárias coercitivas, o gesto bruto de dominação molda a tal ponto a vida familiar que não é raro ela se tornar palco de intensa dor e sofrimento. Por isso os indivíduos se livram de suas famílias. Por isso as famílias se desintegram (hooks, 2019, p.72).

Além de todos esses apontamentos sobre esse aspecto da família, hooks (2019) traz outras contribuições sobre o seu papel. Segundo a autora a família representa para pessoas “exploradas e oprimidas” locais afirmativos e de reconhecimento:

Em muitas sociedades, a família é uma importante estrutura de pertencimento: uma base comum para pessoas ligadas por vínculos de consanguinidade, hereditariedade e laços emotivos; um ambiente de cuidados e afirmação, especialmente para os

muitos jovens e os muito velhos, para aqueles que não podem cuidar de si mesmos; um espaço para partilha comum de recursos. Em nossa sociedade, a opressão sexista perverte e distorce a função positiva da família (hooks, 2019, p.71).

Desejamos afirmar a primazia da vida familiar porque sabemos que os vínculos familiares são o único sistema sustentável de suporte para pessoas exploradas e oprimidas. Desejamos extirpar da vida familiar os abusos criados pela opressão sexista e não desmerecer a família enquanto tal (hooks, 2019, p.72).

Nesse processo de socialização a Igreja também desempenha um papel relevante. Ela ajuda a propagar a figura da mulher ideal e, de acordo com Saffioti (2013), seguindo os preceitos bíblicos onde o homem é considerado a cabeça e a mulher considerada o coração, e sendo ainda as emoções inferiores à razão, é função do homem conduzir a casa e a mulher, mantendo assim uma hierarquia no interior da família.

A Igreja Católica [...] contribuiu historicamente com essa ideologia patriarcal de dominação e controle sobre o gênero feminino ao configurar o modelo de uma boa mulher: as moldando como moças boazinhas, caridosas e assistencialistas sob o modelo de Maria, mãe de Jesus. Tal modelo institui o referencial, a ser seguido com fidelidade pelas cristãs, de uma mulher santa, assexuada, de mãe exemplar abnegada, com espírito de sacrifício e pureza (CISNE, 2015, p.58).

A Igreja também reforça o papel tradicionalmente atribuído às mulheres quando exalta Maria, no papel de mãe de Jesus, e não reforça o papel de evangelizadora desempenhado por Maria Madalena. Como Saffioti indica, “é como mãe e como esposa que ela pode realizar-se na terra, assim, somente como mãe ela salvará sua alma do terrível pecado que pesa sobre seu destino” (SAFFIOTI, 2013, p.151).

O confinamento da mulher ao lar, é uma forma de mantermos a hierarquia familiar, uma vez que sem rendimentos, ela ficará dependente economicamente do marido.

Entretanto, o labor das mulheres na atuação da economia de autoconsumo, na pequena economia de mercado e no trabalho do lar destinado a prover condições de sobrevivência para os trabalhadores, quando não invisibilizado, era secundarizado. Pode-se ver em tal desvalorização uma coerência desintegradora da identidade das mulheres, de forma a mantê-las no patamar edificado na base do patriarcado mediante a subalternidade, a dependência, a opressão e a exploração (LEMOS, 2016, p.351).

Um dos motivos para essa atuação da Igreja pode ser explicado pela tentativa de manutenção do seu poder e status na sociedade de classe, “por isso, as medidas progressistas que a Igreja tem apoiado dentro dos programas de democracia cristã visam à preservação do sistema capitalista de produção e à conservação da estrutura de poder que este tipo de sociedade permite” (SAFFIOTI, 2013, p.141).

Politicamente, o Estado patriarcal, supremacista branco, toma a família como base para doutrinar seus membros com valores favoráveis ao controle hierárquico e à autoridade coercitiva (hooks, 2019, p.73).

Já ao prestar de forma insuficiente serviços básicos que poderiam facilitar a vida das mulheres e diminuir sua carga de trabalho, o Estado acaba se mantendo convenientemente omissivo, uma vez que arcar com estes custos representaria uma elevação dos gastos e diminuição dos lucros na economia capitalista.

Por que um manto de silêncio cobre essa possibilidade de redefinir radicalmente a natureza do trabalho doméstico? Porque a economia capitalista é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas. A socialização das tarefas domésticas implica amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias da classe trabalhadora, para as quais a necessidade desse serviço é mais evidente. Uma vez que, em termos de lucro, o resultado seria pequeno, a industrialização das tarefas domésticas – como todas as iniciativas que não geram lucro – é um anátema para a economia capitalista (DAVIS, 2016, p.226).

A “transferência de cuidados ao mercado supõe uma nova expansão da lógica de acumulação a um novo âmbito” (OROZCO, 2012, p.73), com isso temos um aumento da desigualdade social já que nem todas as famílias conseguem arcar com os custos destes serviços.

Sobre o papel que tem ocupado o Estado nesses momentos de reorganização, cabe dizer, em poucas palavras, que não se está produzindo uma redefinição da estrutura de direitos sociais e econômicos que implique em uma ruptura com o modelo tradicional de divisão dos trabalhos. Esse modelo delega os cuidados ao âmbito invisível, estruturando os direitos em torno da unidade familiar e estabelecendo diferentes graus de acesso a cidadania (OROZCO, 2012, p.69).

Essa transferência pode implicar também, na exploração de mulheres não brancas e que estão à mercê de variadas formas de exploração, como baixos salários, jornadas extensas, a não garantia de direitos (décimo terceiro salário, férias remuneradas, licença maternidade, etc.) entre outros.

Hardt (2019) e Federici (2019) elucidam que o capital tem se apropriado do trabalho reprodutivo, atribuindo a ele valor na forma de trabalho afetivo, representado pelo trabalho imaterial, com seu componente cognitivo e afetivo, exemplificados pelo setor de serviços e pela informatização do trabalho. Nesse contexto Federici (2019, p.340-343) faz referência aos estudos de Arlie Hochschild sobre a “mercantilização das emoções” e do “trabalho emocional” (grifo da autora).

De acordo com as autoras o trabalho afetivo explora componentes do trabalho imaterial que são cada vez mais comunicativos, interativos e produtores de relações sociais, dando um sentido de feminização do trabalho, que, de acordo com Federici (Ibid. pg. 343-344) não se trata da entrada massiva das mulheres na forma de trabalho assalariada, e sim da feminização do trabalho realizado pelos homens. Como nos aponta a citada autora, o trabalho passa a ser regulado pelas diversas formas de vigilância, com foco no afeto e interatividade da relação trabalhador-gerência e trabalhador-cliente. O controle se dá através da aceitação das

normas de conduta, pelo medo constante de ser demitido, além da possibilidade de criação de uma identificação com a empresa, reduzindo qualquer possibilidade de revolta por parte de seus funcionários, pelo contrário, internaliza a responsabilidade pelo sucesso dos objetivos da empresa e individualiza as práticas trabalhistas.

Os empregadores buscam que seus funcionários consigam vender a sensação de bem estar, de cuidado, de satisfação, etc, pois, desta forma, conseguem ampliar seus lucros criando a impressão de que os sentimentos dos compradores realmente importam e que eles são especiais ao adquirir determinado produto.

Federici (2019) mostra outro lado deste trabalho afetivo, que procura criar a noção de que não existe mais diferenças entre o trabalho de homens e mulheres:

[...] a função principal do trabalho afetivo é a de degenerificar o trabalho, sugerindo que os traços outrora associados ao trabalho “reprodutivo das mulheres” estão sendo generalizados, de modo que os homens, no que concerne ao trabalho, estão cada vez mais semelhantes às mulheres. É por isso que, como dito anteriormente, em vez de evocar uma divisão sexual do trabalho, trabalho afetivo significa o fim dessa divisão, pelo menos como um fator significativo da vida social e uma base para um ponto de vista feminista (FEDERICI, 2019, p.339).

No monitoramento das políticas públicas, percebemos que o Estado vai se construindo ora avançando no reconhecimento e garantia dos nossos direitos humanos, ora conservando e reproduzindo as desigualdades de classe, de raça e de gênero, constituindo-se muito mais como instrumento de manutenção de injustiça social (SILVA et al., 2013, p. 53).

Sorj e Fontes (2010) elucidam e trazem a necessidade de problematizar que, desde a década de 1990, em muitos programas sociais do governo de combate à pobreza temos a mulher como principal beneficiária. Um dos motivos é o fato que elas priorizam investir esse dinheiro para suprir as demandas do lar e no benefício dos filhos, e já os homens acabam por gastar boa parte desse dinheiro para satisfazer suas necessidades pessoais.

A carência de reflexões críticas sobre os condicionantes econômicos, sociais e morais que produzem esse resultado reforçou as experiências sociais sobre o “altruísmo” materno, que exalta a capacidade de maternagem das mães e o seu papel de moralizadoras da família e de provedoras do bem estar de seus membros (SORJ e FONTES, 2010, p.58-59).

Apesar desse fato, esses benefícios são também uma forma de gerar uma renda para essas mulheres que, por vezes, ficam impossibilitadas de ter um trabalho. O acesso a esse dinheiro permite autonomia monetária a esse grupo.

Entendendo autonomia de forma ampla, como capacidade de fazer escolhas, os estudos qualitativos majoritariamente entendem que o PBF [Programa Bolsa Família] traz ganhos de autonomia para as mulheres, e são acessados por dois caminhos. Em primeiro lugar, e principalmente, por meio da renda regular, que faz com que as titulares possam ter outras preocupações que não a sobrevivência no dia de amanhã, diminuam o isolamento social, aumentem sua presença no mundo

público e percebam ampliações em suas escolhas. Em segundo lugar, pelas condicionalidades, as quais, paradoxalmente, embora reforcem simbolicamente o papel maternal da mulher, parecem estar contribuindo para que se enxerguem como detentoras de direitos e deveres, como cidadãs que se relacionam com o Estado, independentemente da mediação masculina (Ipea, 2017, p.28-29).

Como vimos, o capitalismo se apropria de todo o trabalho realizado dentro do lar, sendo essa uma de suas bases de sustentação:

Os produtos garantidos pelo trabalho reprodutivo não têm sua consumação esgotada no interior da família, uma vez que eles serão destinados também ao mercado. Mais do que isso, o trabalho reprodutivo não remunerado garante a principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho, já que é somente por meio dela que se produz a riqueza (CISNE, 2015, p.67).

Dentro do mercado de trabalho, as mulheres passaram a acumular jornadas de trabalho, já que executam tarefas dentro e fora do lar.

Na esteira de expropriações, de precarização, flexibilização, terceirizações, o trabalho das mulheres transita em dupla órbita ora com a possibilidade de acesso e ascensão, ora na permanência dos salários inferiores e desemprego em períodos críticos (LEMOS, 2016, p.349).

O caráter submisso que há milênios as sociedades vinham moldando nas mulheres facilitava enormemente a elevação do montante do seu trabalho excedente (SAFFIOTI, 2013, p.72). Segundo a autora, a manutenção do papel da mulher como mãe e cuidadora dos bons costumes e do lar, contribui para o direcionamento das mulheres para trabalhos que são menos prestigiados ou mal remunerados. A marginalização da mulher no mundo do trabalho acaba por aliviar as tensões criadas pela quantidade de mão de obra disponível, assim, ao manter uma parcela de mulheres sem empregos, essas poderão ser reintroduzidas quando for conveniente e por um salário menor, gerando lucro para seus patrões e empresas.

É preciso entender que essas relações sociais não são naturais, mas que elas possuem uma estreita relação com a exploração de uma classe sobre a outra e atende ao interesse das classes dominantes ou hegemônicas na sociedade. Dessa maneira, “preconceitos de raça e sexo desempenham, pois, um papel relevante quer na conservação do domínio do homem branco, quer na acumulação do capital” (SAFFIOTI, 2013, p.82), e, portanto, não podem ser analisados separadamente.

Ao problematizarem o modelo no qual se baseia a economia, “hegemonicamente capitalistas, patriarcais e colonialistas, bem como das teorias que embasam as políticas que as organizam” (NOBRE e MORENO, 2020, p.33), as economistas feministas trazem a necessidade de construção de uma análise econômica que seja sensível a realidade das mulheres, rompendo com padrões e ideias que releguem a segundo plano múltiplas questões.

A aparente cegueira dos economistas clássicos, como conta Carrasco (2005) se consolida a partir do processo em que esses viviam:

Os pensadores clássicos – estudiosos do que mais tarde seria a chamada economia política - viviam num período de transição e reestruturação da realidade social, ligada naturalmente ao processo de industrialização. A produção orientada ao mercado vem sendo separada da produção doméstica destinada ao autoconsumo familiar, processo que se consolidará posteriormente com a implantação generalizada do capitalismo. Esta situação ajuda para que suas análises se centrem na produção capitalista e seu instrumental analítico e conceptual tome como referência exclusivamente este tipo de produção. Assim, começa uma tradição que ignora a divisão sexual do trabalho e oculta o trabalho familiar doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista. Inicia-se uma perspectiva das análises que mantém uma rígida separação entre diversas dicotomias: o público e o privado, a razão e o sentimento, o trabalho mercantil e o trabalho doméstico, a empresa e a família (CARRASCO, 2005, p.4).

Strassmann (2002) mostra que as economistas feministas defendem que o pensamento econômico deve ser mais sensível as necessidades das mulheres e de suas famílias. Dessa maneira do ponto de vista metodológico e epistemológico, existe a necessidade de se adotar ferramentas e modelos de análises que não sejam puramente matemáticos, mas que consigam captar as sutilezas de uma realidade diversa, “assim as feministas combinam com os modelos outros instrumentos construídos na antropologia, na sociologia, trabalhando com a interdisciplinaridade” (NOBRE, 2002, p.11).

Os modelos que se baseiam na existência de uma igualdade humana de recursos e escolhas acabam caindo em um erro, pois não captam uma variedade de fatores relevantes da vida das mulheres. “Estas incluem normas sociais sexistas, proibições culturais à participação plena das mulheres na vida econômica, tratamento desigual de questões de reprodução, desequilíbrios de poder nos relacionamentos, coerção e ameaças de violência, instituições legais e sociais sexistas e discriminação de vários tipos” (STRASSMANN, 2002, p.30).

“Na base dos modelos econômicos da escola neoclássica está o indivíduo racional, autônomo e egoísta que maximiza individualmente face às restrições externas” (CARRASCO, 2005, p.21), o chamado *homo economicus*. Críticas são feitas a esse pois sua idealização descreve principalmente um homem branco, detentor de capital e totalmente autônomo. Sua representação não pode ser universalizada, já que deixa de lado a vivências de mulheres e homens não brancos e que não detém capital. Já quanto ao grau de autonomia é preciso se atentar que existem relações de poder na sociedade e na família, o que implica que alguns indivíduos tenham mais poder que outros. “Além de difundir o mito da independência, o pressuposto da autonomia esconde todo o trabalho de reprodução, da produção das pessoas, que é feito em sua maioria pelas mulheres” (NOBRE, 2002, p.11).

A alternativa ao “homo economicus” é pensar de maneira mais realista: as pessoas não somos “fungos” que saímos da terra. Nascemos de mulheres, somos cuidadas(os) e alimentadas(os) na infância, socializadas(os) na família e grupos comunitários e a norma é que somos interdependentes ao longo da vida. Assim, os modelos –sob os pressupostos do “*homo economicus*” - são incapazes para incorporar as ideias de responsabilidade ou dependência, necessárias para compreender muitos comportamentos e, para isso é necessário desenvolver novos esquemas conceituais que integrem supostos tanto de individualidade como de inter-relação influenciados ambos pelo meio social (CARRASCO, 2005, p.21).

Outro ponto relevante é a crítica feita à família e aos papéis sociais que homens e mulheres desempenham dentro dessa instituição. No entendimento dos economistas neoclássicos a família seria como uma “unidade econômica” que pensa e toma suas decisões como o *homo economicus*, na tentativa de otimizar seus recursos aumentando seus ganhos, “assim, nessa acepção, as famílias escolheriam racionalmente por uma divisão sexual do trabalho, com motivos puramente econômicos” (GRECCO et al., 2018, p.14).

Esse olhar sob as famílias e as relações de gênero retira a história como parte da análise, assim como suprime a análise secular das desigualdades de gênero, racionalizando comportamentos que precisam ser compreendidos não de forma individual, senão que inseridos em uma dada sociedade que tem características patriarcais (GRECCO et al., 2018, p.14).

Ao classificar como atividade econômica apenas a produção de bens e serviços feitas no mercado e que envolvem trocas monetárias, os economistas acabam por considerar as atividades domésticas e de cuidados desenvolvidas dentro do lar como improdutivas, tendendo assim a ocultar e negligenciar todo um universo de trabalho. Oculta-se, dessa forma, as relações entre produção e reprodução social, desconsiderando que para haver produção capitalista é necessário a reprodução da principal mercadoria do sistema capitalista: a força de trabalho (GRECCO et al., 2018, p.14).

Portanto o trabalho doméstico e de cuidados dá condição para que as pessoas possam vender sua força de trabalho no mercado, e ao ser ocultado e naturalizado como uma habilidade intrínseca das mulheres permite que a acumulação do sistema capitalista aumente, sem que ele arque com os custos disto. Assim “a invisibilidade do trabalho doméstico esconde o segredo de toda a vida do capital: a fonte do lucro – o trabalho não assalariado – deve ser desvalorizado, naturalizado, considerado um aspecto marginal do sistema” (CARRASCO apud CAFFENTZIS, 1999, p. 176).

É importante compreender que as mulheres tem diferentes modos de inserção no mundo sendo estes permeados pelas desigualdades de classe e raça, ignorar este fato é excluir das análises econômicas a experiência de mulheres não brancas e/ou pertencentes a classe trabalhadora. Da mesma forma que a “exclusão de vozes não ocidentais na construção de

grande parte da teoria econômica levou a teorias que proclamam uma falsa universalidade para o fenômeno econômico ocidental” (STRASSMAN, 2002, p.29).

A economia feminista com sua proposta de evidenciar para além das práticas monetárias e propondo uma revalorização dos saberes, possibilita que coloquemos luz nas experiências de agricultoras agroecológicas:

A economia feminista possibilita dar visibilidade às práticas e à importância da contribuição econômica, monetária e não monetária, das agricultoras agroecológicas, permitindo evidenciar empiricamente o vínculo, a indissociabilidade entre produção e reprodução, conforme afirmam as autoras desse campo teórico. Além disso, a economia feminista pode descortinar os elementos do cotidiano das agricultoras agroecológicas – na família, na comunidade ou em outras esferas do mundo produtivo – que contribuem para invisibilizar suas atividades econômicas e, assim, desvelar a densidade da vida econômica das mulheres e sua substancial participação na economia familiar (TELLES, 2018, p.16).

A economia feminista nos pensa como natureza. Pensa como estamos inseridos nela, como a transformamos e somos por ela transformadas em um processo de coevolução. Assim, supera não só ideias de prevalência da cultura e da racionalidade humana sobre a natureza, como a da separação entre natureza e cultura (NOBRE e MORENO, 2020, p.35).

Como mostrado nessas poucas linhas a economia feminista tem muitas contribuições para que possamos avançar para a superação da desvalorização dos trabalhos executados pelas mulheres. A seguir entraremos em outros aspectos sobre o trabalho e sua implicação na vida das mulheres.

1.2 Divisão Sexual do Trabalho: tudo muda, nada muda

“[...] E as relações de gênero são bastantes desiguais, são relações de poder de dimensões culturais, construídas sem anexo das diferenças de sexo são criações sociais.

Todas essas relações, criaram desigualdades, a mulher enfrenta hoje problemas dificuldades, existe a exploração, injustiça e opressão no campo e nas cidades” (José Rogaciano de Oliveira).

Aqui buscaremos entender o que é a divisão sexual do trabalho e como ela impacta a vida de mulheres trabalhadoras tanto na cidade quanto no campo.

No século XX, na década de 1960/1970 houve uma efervescência de estudos sobre o trabalho e suas várias dinâmicas, feministas contemporâneas avançaram no estudo da chamada divisão sexual do trabalho, contribuindo para reflexão e investigação do que é ou não considerado trabalho.

No Brasil o tema passou a ser pauta de estudos com os avanços trazidos pelas pesquisas de Saffioti e Blay (década de 1970), contribuindo para que esse tema estivesse cada vez mais presente na academia. Como mostra Bruschini (2006) em um primeiro momento estes estudos voltam seu olhar para a ótica da produção, não analisando que o local ocupado pela mulher na sociedade é influenciado pelo papel que desempenha na reprodução social. Mais tarde o papel na reprodução da força de trabalho viraria importante tema dentro das pesquisas, gerando inúmeras reflexões sobre o trabalho doméstico feito pelas mulheres, interligando as esferas do trabalho produtivo e reprodutivo.

Em uma sociedade essencialmente patriarcal, onde as mulheres se encontram em posição de inferioridade em relação aos homens, temos presente uma hierarquização que coloca uma determinada ordem em todas as esferas da vida, sendo assim a esfera do trabalho não poderia ser diferente. As tarefas feitas por homens e mulheres tanto no âmbito doméstico quanto no mercado de trabalho são influenciadas por desigualdades baseadas no sexo.

Consideramos aqui como “a divisão sexual do trabalho a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, e que essa forma é adaptada historicamente a cada sociedade” (KERGOAT, 2009, p.71). Nesse contexto as relações sociais de sexo desempenham um papel importante na divisão de trabalho existente, podendo ser entendida como:

A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, se constituem grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres – os

quais não são em nada passíveis de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas (KERGOAT, 2009, p. 71).

A divisão sexual do trabalho é determinada histórica e culturalmente, e baseia-se nos princípios de separação e hierarquização do trabalho social feito por mulheres e homens. O princípio da separação estabelece o que deve ser considerado trabalho de mulher e de homem, cabendo a cada categoria a realização desses. Já o princípio da hierarquização determina o que deve ser considerado trabalho e ainda quais valem mais, a partir de uma lógica que indica a relevância do trabalho a partir do seu valor de troca. Como mostra Kergoat (2009), os dois princípios “podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Essa rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie”. Assim essa divisão não é algo fixo e imutável estando sempre evoluindo em suas modalidades, as situações não são estáveis, mas a distância entre os dois grupos de sexos permanece a mesma.

Esse debate que não é novo e problematiza a grande carga de trabalho que é executado por mulheres gratuitamente, trabalho “que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2009, p.68), mas que socialmente não é considerado como uma forma de trabalho, permanecendo convenientemente invisível. Existem muitas correntes a cerca dessa temática, mas aqui seguiremos a corrente teórica da Relação Social, a qual considera a relação homem-mulher antagônica sendo, portanto, assimétrica e hierárquica, uma característica também presente na divisão social do trabalho.

Entendendo que as necessidades humanas vão mais além que bens e serviços, podendo então ser definidas em duas esferas básicas: as necessidades biológicas (esfera objetiva) e as necessidades afetivas e de relações humanas (esfera subjetiva). O trabalho realizado dentro dos lares carrega uma carga de valores afetivos, tendo um contexto emocional e social diferente daquele trabalho realizado fora de casa, não permitindo assim sua substituição por uma produção de mercado. Essas tarefas são realizadas em sua grande maioria por mulheres, mesmo que essas trabalhem fora de casa, acarretando assim uma dupla (ou até mesmo tripla) jornada de trabalho. Como mostra Carrasco (2003) a manutenção das necessidades de subsistência humana não tem sido preocupação para o sistema socioeconômico vigente, sendo considerado algo externo a ele, e geralmente um problema a ser resolvido a partir dos lares.

Particularmente em nossas sociedades ocidentais industrializadas, a subsistência e qualidade de vida alimenta-se de três fontes básicas: as produções e atividades de cuidados diretos realizadas a partir do lar, o mercado e a oferta de serviços públicos.

No entanto, apesar da importância que o mercado capitalista vem adquirindo na oferta de bens e serviços, as estratégias de vida das pessoas continuam se organizando a partir do lar, de acordo com o nível de renda e com a participação pública nas tarefas de cuidado (CARRASCO, 2003, p. 13).

Se esse trabalho é tão fundamental para a manutenção da vida humana como ainda é considerado invisível? Isso pode ser explicado pela essência patriarcal presente na sociedade, onde a cultura, a ciência e as relações sociais tem sido construída pelo poder masculino, e em razão disso tende a valorizar tudo aquilo que tem relação com as atividades desenvolvidas por homens.

Veja ou outra é preciso retomar a clássica separação nas esferas de produção e reprodução para se entender os locais destinados aos sexos e as diferenciações feitas a partir daí, de acordo com Ávila e Ferreira (2014), estas associações estão localizadas dentro do princípio hierárquico que destina a esfera da produção como sendo de ordem da cultura e a esfera da reprodução como sendo da ordem da natureza.

A esfera produtiva (pública) geralmente é destinada aos homens, é onde ocorre a produção de bens que resultam em valor econômico no mercado, há uma concepção do que é considerado trabalho de mulher e trabalho de homem, gerando conseqüentemente uma divisão de tarefas correspondente às duas categorias. Essa divisão de tarefas causa ainda uma valorização desigual pelos trabalhos executados, e nessa disputa na grande maioria das vezes os homens recebem mais, mesmo quando desempenham igual tarefa ou tenham qualificação inferior.

Como exemplo no primeiro trimestre de 2019 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostrou que homens ganham em média R\$ 2519,00 reais contra R\$ 1991,00 reais recebidos por mulheres isto equivale a uma diferença de R\$528,00 reais. Elas também lideravam os números dos desempregados com uma diferença percentual de 36,7% (temos uma taxa de desocupação de 52,6% para as mulheres e 47,4% para os homens). As regiões que apresentaram as maiores taxas de desocupação foram o Norte e Nordeste com 17,5% e 16,9%, respectivamente.

Já a esfera reprodutiva (privada) designada às mulheres, é local da família e das tarefas de cuidados. A divisão sexual de trabalho está ali presente na forma desigual da distribuição dos trabalhos bem como na diferenciação das tarefas. Quando o homem executa alguma atividade dentro dessa esfera está fazendo um trabalho considerado de responsabilidade da mulher, e essa ainda é tida como uma ajuda isentando-o de qualquer responsabilidade com a manutenção do local em que vive ou dos cuidados com a prole. Temos também que:

Se, historicamente, instituiu-se na sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres as tarefas domésticas e aos homens as atividades produtivas, na prática, sempre houve mulheres que estiveram tanto na esfera da produção como na esfera da reprodução, enquanto os homens se mantiveram, até hoje, pelo menos enquanto maioria, apenas na esfera da produção (ÁVILA e FERREIRA, 2014, p. 19).

Apesar dessa divisão ainda existem fissuras na separação dessas esferas que permitem a homens e mulheres transitarem por elas, mas com o condicionante de sempre voltarem/cuidarem daquela que lhes são atribuídas socialmente:

Mas mesmo que essas esferas sejam separadas, sua impermeabilidade não é perfeita: os homens, como chefes de família, autorizam-se um vai e vem entre elas; as mulheres são destinadas ao privado e se expõem a diversos ataques à sua integridade quando saem: é por isso que a distinção entre a operária e a prostituta é frequentemente tênue. O discurso das esferas separadas alimenta e se nutre de um discurso da diferença “natural” entre os sexos, que distribui os papéis sociais segundo a filiação sexual. O homem público obtém consideração; a mulher pública é objeto de escárnio (LAMOUREUX, 2009, p. 211).

Para além das divisões de tarefas, a divisão sexual do trabalho tem influência e orienta a formação escolar, a configuração do mundo do trabalho, a percepção sobre a família e sobre a política pública.

O mercado de trabalho no século XX sofreu transformações com consolidação da presença de um maior número de mulheres que saíam dos lares para adentrar aos mais variados postos de trabalho. O trabalho fora de casa já era realizado anteriormente por algumas mulheres –em sua maioria negras e pobres– que na busca de garantir a sua sobrevivência, eram submetidas a péssimas condições de trabalho e salários baixos. Ainda assim a sociedade continua a se organizar como se o modelo tradicional de família –homem provedor, mulher dona de casa- tivesse se mantido na maioria dos lares.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho significa a entrada em mundo construído e definido para e por homens, não atendendo ou ainda não respeitando as necessidades específicas das mulheres, assim:

Um mundo - o mercantil - que só pode funcionar como o faz porque se apoia e depende do trabalho familiar, que requer liberdade de tempos e espaços, isto é, exige a presença de alguém na casa que faça as atividades básicas para a vida. Nesse sentido o modelo masculino de participação no mercado de trabalho não pode ser generalizado. Se as mulheres o imitassem, quem cuidaria da vida humana com toda dedicação que isso implica? (CARRASCO, 2003, p. 27).

Um exemplo disso é o cuidado com os filhos, quando não é possível a sua inserção em creches, seja pela ausência desses locais ou pelo pouco número de vagas disponíveis, as mulheres veem como saída à construção de redes de apoio majoritariamente composta por outras mulheres (mães, avós, tias, amigas, etc.). É preciso pensar sobre a

criação dessas “redes de solidariedade feminina”, já que estas seriam mais uma forma de delegar as tarefas de cuidados a outras mulheres.

Outro caminho encontrado é a contratação de mão de obra - de outras mulheres - para desempenhar a função, essas agora contratadas, delegarão a criação dos seus filhos a outras mulheres afetando o estabelecimento de laços maternos, já que agora dispõem de menos tempos para cuidar dos próprios filhos, gerando uma nova reconfiguração da tradicional divisão sexual do trabalho.

Há quem acredite que o crescente acesso por parte das mulheres a postos hierárquicos superiores, a profissões intelectuais ou ainda a um maior grau de escolarização, represente a diminuição das desigualdades de condições entre os sexos, mas, o que ocorre na maioria das vezes é que poucas mulheres conseguem acessar esse universo.

Existe uma sobreposição das relações de classe, raça e de sexo, sendo estas coexistentes e não hierárquicas. “O fato é que as desigualdades das mulheres estruturam o conjunto das relações e práticas sociais e há uma coextensividade entre classe, raça e gênero, na medida em que estas relações se reproduzem e coproduzem mutuamente” (FARIA, 2012, p.8).

O trabalho doméstico sempre foi de responsabilidade das mulheres, sejam essas ricas ou pobres, a grande diferença é que as primeiras conseguem incumbir essas atividades a outras mulheres. Ainda hoje, no Brasil, as mulheres negras representam a maior parte do número de trabalhadoras domésticas e sem carteira assinada, sendo também vítimas de um racismo estruturado que garante baixas remunerações, condições de trabalho precárias e a falta de direitos legais.

A inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro é nitidamente desvantajosa, ainda que sua participação na força de trabalho seja mais intensa que a de mulheres não-negras. A presença da discriminação racial se acumula à ausência de equidade entre os sexos, aprofundando desigualdades e colocando as afrodescendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais – homens negros e não-negros e mulheres não-negras. Elas são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precárias, com menores rendimentos e as mais altas taxas de desemprego (DIEESE, 2005, p. 2).

E ainda:

Os maiores percentuais de vulnerabilidade da mulher negra no universo dos trabalhadores ocupados se explicam, sobretudo, pela intensidade de sua presença no emprego doméstico. Esta atividade, tipicamente feminina, é desvalorizada aos olhos de grande parte da sociedade, caracterizando-se pelos baixos salários e elevadas jornadas, além de altos índices de contratação à margem da legalidade e ausência de contribuição à previdência (DIEESE, 2005, p. 4).

Outro processo que deve ser analisado com calma são as condições de trabalho que se apresentam para as mulheres, não podemos olhar apenas quantitativamente para o

número de mulheres que ingressa no mercado de trabalho, é preciso pensar as outras faces da questão. Os postos reservados as mulheres trazem consigo baixa remuneração e péssimas condições de trabalho, “dentro de um mercado de trabalho marcado pela precariedade e pela segmentação, as jornadas de trabalho são redefinidas e podem tomar formas irregulares, que dificultam ainda mais para as mulheres a relação entre trabalho produtivo e reprodutivo” (ÁVILA e FERREIRA, 2014, p. 19).

Segundo dados do IPEA (2020) o Brasil conta com aproximadamente 6 milhões de trabalhadoras domésticas, o que representa 15% das trabalhadoras ocupadas, destas 10% são brancas e 18,6% são negras. Já os dados da “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2020 mostram que apenas 28% dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) do país possuíam carteira de trabalho assinada” (IPEA, 2020, p. 7). Os dados mostram que as mulheres negras representam uma grande parcela de mulheres em empregos com condições precárias e de grande vulnerabilidade que se tornam mais acentuadas em momentos de crise, como a do coronavírus.

Quando nos referimos ao trabalho doméstico, estamos tratando de uma das ocupações mais antigas e importantes em numerosos países. E é fundamental ter em mente que essa ocupação está vinculada à história mundial da escravidão, do colonialismo e outras formas de servidão. No Brasil, historicamente, é um trabalho desempenhado predominantemente por mulheres negras e de baixa renda, e, atualmente, se manifesta como um fenômeno mundial que perpetua dinâmicas de discriminações baseadas na raça, na etnia, na origem social e na nacionalidade (IPEA, 2020, p.10).

No começo do ano de 2020 fomos atingidos pela pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19), nesse contexto de pandemia várias questões vieram à tona. Com relação às atividades realizadas nos lares, a pandemia causou um aumento na carga de trabalho feito pelas mulheres, já que houve a suspensão de vários serviços.

Creches, escolas e atividades complementares voltadas para crianças e idosos(as) são suspensas, o que aumenta o tempo de presença deles e delas em seus lares. Soma-se a isso a incapacidade do sistema de saúde de acolher todos os casos de infecção, dando prioridade aos casos mais graves e orientando parte das pessoas infectadas e que apresentam sintomas mais leves a se manterem em casa ao longo do período de recuperação. Dessa forma, o espaço da casa também se transforma em um espaço no qual o cuidado de pessoas doentes é demandado (IPEA, 2020, p.9).

Aquelas mulheres que têm a possibilidade de realizar seu trabalho remotamente, eventualmente sentiram o aumento de suas jornadas já que estando em casa acabam por adicionar em suas jornadas os trabalhos domésticos. E em tempos de ensino remoto, as mulheres acabam também tendo que assumir as tarefas relacionadas à educação escolar dos filhos, mesmo que muitas vezes não estejam preparadas para executar tal função.

Segundo pesquisa realizada pela Sempre Viva Organização Feminista- SOF (2020), no contexto de isolamento social 50% das mulheres passaram a se responsabilizar pelo cuidado de outras pessoas. Já com as mulheres rurais esse número chega a 62%, e estas passaram a apoiar o cuidado de parente e/ou vizinhos.

A experiência das mulheres durante a pandemia abre caminhos para pensar sobre as intensas dinâmicas entre o urbano e o rural, em que muitas vezes o rural funciona como uma reserva de cuidado, um lugar de acolhida em situação de desemprego, além de aportar materialmente para o sustento das famílias no meio urbano, sobretudo com a doação de alimentos produzidos no campo (SOF, 2020, p. 33).

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, 63% das mulheres urbanas e 57% das mulheres do campo, estão sentindo dificuldades para conseguir pagar as contas básicas já que viram suas rendas diminuir consideravelmente durante esse período.

No grupo de mulheres atingidas por demissões 58% são negras, o que mostra como essa parcela da população foi severamente atingida pelos efeitos da pandemia. Como saída para estes momentos de dificuldades elas representam 61% das participantes de redes de economia solidária, desenhando assim um processo compartilhado de produção e distribuição de produtos e mercadorias.

Para aquelas mulheres que atuam como trabalhadoras domésticas remuneradas, além de enfrentarem as incertezas desse momento viram sua carga de trabalho aumentar tanto nos seus empregos, quanto em casa. E ao manterem suas atividades normalmente acabam ficando impossibilitadas de cumprirem o isolamento social, o que coloca em risco a sua saúde, dos seus familiares e até empregadores. Este fato ajuda a escancarar as desigualdades sociais, e como exemplo temos que a primeira morte causada pelo coronavírus no Rio de Janeiro, foi de uma doméstica que contraiu a doença provavelmente da patroa que tinha chegado recentemente de viagem da Itália e que aguardava os resultados do exame quando a empregada chegou no trabalho.

A Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e os sindicatos das trabalhadoras domésticas que tem atuado em frentes que assegurem a proteção destas trabalhadoras. Uma de suas campanhas intitulada “Cuide de Quem te Cuida”, tem como objetivo “pressionar o Ministério Público do Trabalho e os estados e sensibilizar a sociedade em geral sobre o direito à vida e à proteção das trabalhadoras domésticas” (IPEA, 2020, p.12). Uma outra campanha foi organizada pelos filhos destas trabalhadoras domésticas e diaristas, e pede para que os empregadores liberem suas funcionárias de suas tarefas, mas mantenham seus salários assegurando que estas continuem com suas rendas, a campanha intitulada “Carta

manifesto pela vida de nossas mães²” e já conta com aproximadamente 130.337 assinaturas em novembro/2020.

Os sindicatos tem atuado na arrecadação de cestas básicas para ajudarem aquelas que de uma hora para outra perderam seus empregos e conseqüentemente sua fonte de renda. A ajuda por parte do governo federal foi a criação da renda básica emergencial (Lei nº13.982/2020), que teve previsão de duração de três meses e se estendeu até dezembro/2020 com o objetivo de ajudar trabalhadores que se encontrem em situação de vulnerabilidade social nesse contexto que estamos vivendo.

São a esses 4,3 milhões de trabalhadores(as) domésticos(as) informais – dos quais 4,1 milhões são mulheres e 2,8 são mulheres negras – que o auxílio emergencial se destina. O auxílio, no caso dessa categoria ocupacional específica, é, portanto, um benefício direcionado para as mulheres, com predominância de mulheres negras, refletindo a composição de sexo e raça da própria categoria (IPEA, 2020, p. 14).

Nesse contexto de pandemia é preciso estarmos atentos a saúde mental das mulheres, que muitas vezes adoecem por viverem com uma sobrecarga de tarefas e até mesmo como o medo de serem despedidas. A violência doméstica também se mostrou como um risco para as mulheres, dados de pesquisas (SOF, 2020; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020) mostram que os números de atentados contra mulheres aumentaram. Em contrapartida houve “diminuição das denúncias, uma vez que em função do isolamento muitas mulheres não têm conseguido sair de casa para fazê-la ou têm medo de realizá-la pela aproximação do parceiro” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020, p.3).

A crise causada pelo covid-19 mostra a necessidade da construção de políticas públicas alinhadas às necessidades da população e coletivizando a responsabilidade pelo trabalho do campo reprodutivo. Quanto ao trabalho doméstico é imperativo que avancemos na direção de uma valorização e divisão igualitária entre toda a sociedade e o Estado.

Apesar de toda a problemática apresentada, a inserção das mulheres nos postos de trabalho representa um avanço para o desenvolvimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres, porém não deve ser encarado como a solução para todos os problemas. Mas como vimos essa realidade é compatível em se tratando no mundo do trabalho produtivo. Estando presente o desafio da autonomia pessoal e financeira se constituir também a partir do trabalho reprodutivo. Veremos adiante outras configurações dessa divisão do trabalho bem como as saídas encontradas na tentativa de superá-las.

²Disponível em: < https://www.change.org/p/ao-poder-p%C3%BAblico-empregadores-e-empregadoras-de-dom%C3%A9sticas-e-diaristas-e-toda-sociedade-civil-quarentena-remunerada-imediata-para-domesticas-e-diaristas?recruiter=1056504459&utm_source=share_petition&utm_medium=copylink&utm_campaign=share_petition>.

1.3 Trabalho doméstico e de cuidados: há sempre coisa a se fazer!

“[...] Ainda inventaram que é tarefa da mulher, varrer casa e cozinhar lava a louça o talher, que não é coisa de homem os preconceitos consomem, como a tradição quer.

A divisão do trabalho, foi com o tempo construída tarefa domestica ou não, ficou assim dividida, o homem vai para a rua, a mulher na “lida” sua em casa leva outra vida [...]” (José Rogaciano de Oliveira).

Vem crescendo no mundo o debate sobre a questão do trabalho doméstico e de cuidados como um ponto importante na superação de desigualdades entre os sexos. No Brasil, com as poucas políticas públicas voltadas para o tema, ainda prevalece a concepção de que esse tema deve ser solucionado apenas dentro dos lares.

Várias correntes do feminismo defendem que as desigualdades existentes no mercado de trabalho ainda prevalecem graças à desigual carga de trabalho entre homens e mulheres. Com o trabalho doméstico e de cuidados está majoritariamente em mãos femininas, estas encontram mais dificuldades para se inserirem e permanecerem no mercado de trabalho.

A esfera do trabalho doméstico e de cuidados é normalmente atribuída às mulheres, pois se considera que esses trabalhos fazem parte da identidade feminina. Por suas características biológicas a mulher deveria naturalmente assumir todas as responsabilidades com a administração do lar e dos cuidados com outros, seja esse o filho, o idoso, o doente ou ainda alguém que necessitasse de cuidados especiais. Essa associação está tão arraigada, que acreditamos que as tarefas são desempenhadas por haver uma afinidade natural ou ainda pela tradição (era desse modo que a casa dos pais e avôs se organizava, trazendo consigo um sentimento que essa é a melhor ou a forma mais correta de se agir), e qualquer mudança nesse padrão é algo que causa um estranhamento. Mas o que está compreendido dentro desse conceito do cuidado?

Como mostra Teixeira e Faria (2018):

O termo ‘cuidado’ implica a produção do bem-estar de uma ou mais pessoas, de acordo com suas necessidades, como um tipo de trabalho remunerado ou não. Esse ato pode ser visto em duas dimensões: nas atividades concretas, isto é, no trabalho de lavar, cozinhar, limpar a casa, arrumar as crianças para ir à escola, dar banho etc; e também numa dimensão subjetiva, quando o cuidar significa estabelecer vínculos afetivos, assegurar a proteção, oferecer carinho e compreensão (TEIXEIRA e FARIA, 2018, pg. 2).

Orozco nos traz o conceito de cuidados como a “gestão e manutenção cotidiana da vida e da saúde, a necessidade mais básica e diária que permite a sustentabilidade da vida” (OROZCO, 2012, p.54). Assim, todos precisarão de cuidados em algum momento de sua

vida, o ato de cuidar não é algo estático, variando de intensidade dependendo da etapa da vida em que o indivíduo se encontra.

Todas as atividades que compõem a esfera dos cuidados são desvalorizadas socialmente devido a sua relação com a esfera doméstica, com as emoções e sua necessidade constante de realização, já que o padrão aceitável socialmente e valorizado se aproxima da racionalidade e objetividade. Marcondes (2014) evidencia a forte relação existente entre a divisão sexual do trabalho e o cuidado:

O cuidado deve ser compreendido como uma prática social ancorada na divisão sexual do trabalho - que, em verdade, confere-lhe significado - cuja finalidade é atender às necessidades humanas concretas, emocionais e psicológicas, pressupondo uma interação face a face entre quem cuida e quem é cuidado, em uma relação de interdependência (MARCONDES, 2014, p.82).

As necessidades são criadas socialmente, assim, as situações de dependência são também construídas. Como Orozco (2012) mostra, as relações desiguais de gênero têm um papel central já que fomentam uma “subjetividade feminina” disposta para cuidar, e uma “subjetividade masculina” pronta para receber cuidados. Há uma grande pressão da sociedade para que as mulheres assumam esses trabalhos, e o não cumprimento desses causa, muitas vezes, um sentimento de culpa ou de incapacidade por não responder ao esperado. Este sentimento de culpa nasce devido ao fato de sermos “socializadas desde pequenas e em vários espaços da vida (família, escola, Igreja) para cuidar dos outros em detrimento de nós mesmas” (SILVA et al., 2013, p.18).

Já dentro do conceito do trabalho doméstico, como mostra Bruschini e Ricoldi (2012), temos o conjunto de atividades que suprem as responsabilidades familiares realizadas dentro do lar e para o núcleo familiar que ali reside. A autora ainda classifica o trabalho doméstico em cinco blocos: “cuidados com a moradia familiar, alimentação e higiene pessoal, prestação de cuidados físicos e psicológicos aos membros da família, administração da unidade doméstica e manutenção da rede de parentesco e de amizade” (BRUSCHINI apud BRUSCHINI, 1990). Com a presença das mulheres nas duas esferas sociais, temos que o tempo econômico masculino é maior que o feminino, enquanto que o tempo feminino gasto na esfera de reprodução social é maior que o masculino. De acordo com a nota técnica do IPEA (2020), no ano de 2018 as “mulheres trabalhadoras, inseridas nas mais diversas ocupações, dedicavam, em média, 21 horas semanais ao trabalho não remunerado de cuidado, enquanto os homens trabalhadores dedicavam cerca de 11 horas semanais” (IPEA, 2020, p.9).

O aumento na jornada do tempo econômico impacta mais as mulheres uma vez que o tempo dedicado às tarefas da esfera reprodutiva não tendem a diminuir, mesmo com o avanço tecnológico de aparelhos domésticos.

Aqui também se destaca a diferença substancial entre produção e reprodução. A primeira diferença a ser notada é que, enquanto a produção foi reestruturada através de um salto tecnológico em áreas-chave da economia mundial, nenhum salto tecnológico ocorreu na esfera do trabalho doméstico para reduzir significativamente o trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho, apesar do enorme aumento no número de mulheres empregadas fora de casa (FEDERICI, 2019, p.222).

Essa sobrecarga de tarefas e funções acaba por consumir o tempo livre das mulheres, sendo que o tempo para si só ocorre “durante um curto período de tempo, após o cumprimento de todas as tarefas cotidianas necessárias ou possíveis” (MACHADO, 2014, p.56). No fim de semana é comum que essas executem no que devia ser seu tempo livre, tarefas domésticas não remuneradas, é o momento de fazer a chamada limpeza pesada.

Essa sobrecarga que não permite nem ao menos um tempo para si, se explica, em grande parte, pela ausência masculina na realização dos trabalhos domésticos e de cuidados. Essa ideia está tão consolidada que se considera as tarefas feitas por homens como uma “ajuda”, “a palavra é reveladora das desigualdades de gênero que cercam as relações familiares, uma vez que explicita que tanto se trata de algo realizado pontualmente, quanto de algo que é visto como uma benevolência, e não como uma responsabilidade compartilhada” (MARCONDES, 2014, p. 87).

Quando se têm a participação dos homens nas tarefas domésticas é comum que esses fiquem responsáveis por aquelas que possuem mais valorização como a compra de produtos para o lar, como mostra Marcondes:

A atividade que envolve as compras é, em verdade, dotada de muitas especificidades. A primeira delas, é que se realiza na rua, ou seja, na esfera pública, e não na casa. A segunda, é que envolve interatividade (pode-se conversar com outras pessoas, encontrar amigos e conhecidos da vizinhança e realizá-la em companhia de parentes e amigos). Por fim, é uma atividade que envolve autonomia e escolha sobre o que será consumido na casa (MARCONDES, 2014, p. 88-89).

Os homens por vezes são tidos como inábeis para as tarefas domésticas e de cuidados, executando-as de forma incorreta ou mal feitas, sendo considerada mais fácil e rápido sua execução por parte das mulheres. “Opera desse modo, uma “infantilização” do marido em relação ao trabalho doméstico, no sentido de que ele é percebido como incapaz para executar tarefas mais complexas” (MACHADO, 2014, p.65). Assim, a presença masculina se centra na compra de bens e em tarefas tidas como simples (lavagem do quintal, cuidado com plantas e animais, por exemplo).

Essa “ajuda” não alivia o peso que paira sobre os ombros femininos, pois a realização das tarefas pelos homens muitas vezes não é constante ou ainda é feita depois de muita negociação ou insistência, ou ainda aquelas tarefas que as mulheres não deram conta de realizar. “O marido é pensado como uma figura que, ainda que por vezes “ajude” na execução das tarefas domésticas, é ele mesmo fonte geradora dessas tarefas (demandando cuidados com alimentação, roupas, limpeza, etc.)” (MACHADO, 2014, p.65). Com isso podemos entender que:

De modo geral, pode-se afirmar que a organização do cotidiano doméstico é, majoritariamente, uma responsabilidade feminina. A mulher não apenas é a principal executora, como é também a figura que organiza, hierarquiza e define quais são as tarefas de manutenção do lar a serem realizadas (MACHADO, 2014, p.65).

Bruschini e Ricoldi (2012) em pesquisa realizada com homens com idade entre 20 e 45 anos, vêm mostrando que a situação está sofrendo pequenas alterações em centros urbanos, os homens com idade até 34 anos estão mais presentes na rotina das tarefas domésticas e de cuidados, sendo que a tradicional divisão sexual do trabalho é mais presente em grupo de homens com mais de 35 anos.

Dentre as atividades realizadas no lar a que, geralmente consome grande parte do tempo das mulheres, é o cuidado com os filhos. Essas tarefas são, na maioria das vezes, de responsabilidade feminina e, por vezes, trazem problemáticas com a conciliação com o trabalho econômico:

Quando há qualquer imprevisto com eles, como a necessidade de ir a uma consulta médica, cabe à mãe resolver a situação, que muitas vezes chega atrasada ou falta em seu emprego para isso. Embora relatem passar por certo constrangimento com o empregador e colegas de trabalho quando isso ocorre (sobretudo se ocorre às segundas ou sextas feiras, quando a desconfiança sobre o real motivo da falta é maior), as mulheres afirmam que o papel de mãe – e o cuidado com os filhos – são prioritários em seus cotidianos (MACHADO, 2014, p.69).

O companheiro não é pensado como uma possível pessoa para amenizar esse conflito ou ainda dividir esse tipo de cuidado. É comum inclusive perceber por parte de algumas mulheres certa desconfiança, ao ver os homens executando tarefas como levar a escola ou ao médico, por exemplo, e mais uma vez o julgamento recai sobre a figura da mãe, que será questionada por não desempenhar uma função tida como sua.

A presença masculina nos cuidados com os filhos geralmente se faz mais presente no “papel do pai como provedor e como supervisor moral – aquele que corrige atitudes e comportamentos e sempre dá a última palavra na educação do filho – mais do que no papel de cuidar fisicamente do/s filho/s, ou seja, dar banho, alimentar etc.” (BRUSCHINI, 2012, p. 266).

A presença dos filhos está também na contribuição para a realização das atividades do lar, neste sentido há uma maior participação de meninas que desde cedo já começam a desempenhar funções domésticas e/ou de cuidados. Assim, é comum ouvir frases como: “não faz isso, é trabalho de menina”, “menino não lava louças”, “menino não brinca de boneca”, todas essas frases mostram como desde cedo meninas são socializadas para aprender a cuidar da casa e dos filhos, enquanto que meninos são poupados desses aprendizados. Segundo relatório da OXFAM- Brasil (2020):

O valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado prestado por adolescentes e mulheres na faixa etária dos 15 anos ou mais é de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano - três vezes mais alto que o estimado para o setor de tecnologia do mundo (OXFAM-BRASIL, 2020, p. 6).

Muitas vezes, as mulheres assumem as tarefas internas do lar para que os filhos possam se dedicar exclusivamente aos estudos, poupar os filhos desse trabalho significa projetar um futuro melhor na geração seguinte através da dedicação total aos estudos, possibilitando uma condição melhor da que consideram que tiveram.

O processo de globalização afetou de várias formas o mundo de trabalho, houve um aumento da participação da mão de obra feminina em empregos formais e informais, esse aumento pode se caracterizar também pela participação das mulheres em empregos precários e com grande vulnerabilidade.

No entanto, e esse é um dos paradoxos da globalização, esse aumento foi acompanhado de uma maior precarização e vulnerabilidade desses empregos. As desigualdades dos salários, das condições de trabalho e da saúde não foram significativamente reduzidas com o crescimento do emprego assalariado das mulheres, e a divisão do trabalho doméstico não mudou de fato, apesar das responsabilidades crescentes assumidas, pelo menos por algumas dessas mulheres, no campo do trabalho profissional (HIRATA, 2003, p.16).

A inserção de mulheres em empregos, não traz necessariamente o abandono das tarefas feitas em casa, o que acarreta, como já foi dito anteriormente, um acúmulo de jornadas. Assim o acesso a uma renda significa maior autonomia econômica, mas não significa necessariamente melhoras na condição de vida das mulheres.

Federici (2019) explica como a globalização causou uma “feminização da pobreza” e também contribuiu para o nascimento de uma nova ordem colonial que cria diferentes e novas separações entre as mulheres. “A partir do início dos anos 1990, houve um salto na migração feminina dos países do “Sul” para os do “Norte”, onde elas colaboraram para o crescimento contínuo da mão de obra no setor de serviços e no trabalho doméstico” (FEDERICI, 2019, p.153).

Um elemento que dificulta o fim da cultura de que o ato de cuidar é uma atribuição exclusivamente feminina está no processo de migração de estrangeiros para países mais desenvolvidos, onde se tornam mão de obra barata para responder à demanda por trabalhadoras no cuidado de crianças e idosos. Esse fenômeno é conhecido como globalização das cadeias de cuidado, e as migrantes que realizam esse trabalho acabam delegando o cuidado de seus próprios filhos a outras mulheres nos seus países de origem (TEIXEIRA e FARIA, 2018, p.19).

As trabalhadoras migrantes ficam sujeitas a péssimas condições de trabalho, violação de direitos, baixa remuneração entre outros tipos de exploração, e toda essa situação se intensifica quando se encontram de forma ilegal no país de destino. Estes deslocamentos não ocorrem somente entre países, ele está presente internamente no Brasil, onde mulheres vêm principalmente do Nordeste para trabalharem como empregadas domésticas nas capitais do Sul e Sudeste.

Igualmente importante, as cuidadoras — por conta da desvalorização do trabalho reprodutivo e do fato de serem imigrantes, muitas vezes sem documentos, e mulheres não brancas — estão vulneráveis a uma grande quantidade de chantagens e abusos: longas jornadas de trabalho, ausência de férias remuneradas ou outros benefícios, exposição a comportamentos racistas e assédio sexual (FEDERICI, 2019, p.260).

Todo esse acúmulo de tarefas acaba por afetar a saúde das mulheres que ficam à beira da exaustão física e mental, têm suas carreiras prejudicadas já que muitas vezes tem de abdicar delas quando a conciliação não é possível, e desta forma vivem sempre a contradição, quanto mais cuidam de outras pessoas menos cuidados recebem em troca.

E “por causa da desvalorização do trabalho reprodutivo, as mulheres, em comparação aos homens, em todos os lugares, encaram a velhice com menos recursos em termos de apoio da família, renda monetária e bens disponíveis” (FEDERICI, 2019, p.272).

As questões que envolvem a globalização e seus efeitos sobre o trabalho são diversas, e este um assunto vasto na literatura, sendo assim, busquei colocar brevemente a atenção nas principais questões que tocam o trabalho doméstico e nas chamadas redes de afeto e de cuidados.

É preciso entender o trabalho doméstico e de cuidado como uma questão social, política, que atende uma demanda comum dos seres humanos, e não apenas como uma afinidade natural feminina. Se faz urgente que avancemos na superação destas diferenças para que possamos vencer as desigualdades de gênero. Dentro da temática do mundo do trabalho e do cuidado existem ainda várias questões a serem abordadas, mas por hora pararemos aqui optando em dar uma sequência trazendo aspectos relacionados com a discussão sobre autonomia e seguindo com a próxima sessão com um olhar sobre essas relações e dinâmicas no contexto do campo.

1.4 Precisamos falar sobre autonomia: uma breve contextualização

[...] Mulheres ganhando espaço em todo empreendimento, mas essa grande conquista não tem reconhecimento, ainda há preconceito discriminação tem jeito? É esse o comportamento.

Tudo que foi conquistado não é o suficiente, para mudar a estrutura desigual e insequente, das relações desiguais, reforçada ainda mais pelo sistema doente[...]" (José Rogaciano de Oliveira).

De acordo com Soares (2011, p. 281) a autonomia pode ser entendida como a “capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua própria vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico”. Podemos separá-las em três ramos: a autonomia física, econômica e política.

A autonomia física abrange questões que diz respeito às decisões sobre seu corpo, sua sexualidade, e a uma vida livre de violência de gênero. A autonomia política engloba as questões referentes à representação feminina nas diferentes esferas do poder e também as ações que promovam uma igualitária e efetiva participação nesses espaços. Já a autonomia econômica diz respeito à capacidade de adquirir e gerir seus recursos financeiros, provendo o seu sustento e daqueles que dela dependem, além da possibilidade de decidir sobre onde, como e com o que gastar seu dinheiro. “Nesse sentido, autonomia econômica é mais que autonomia financeira, já que também inclui o acesso à previdência e serviços públicos” (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019).

As autonomias interatuam formando uma complexa engrenagem que não pode ser interpretada, e muito menos abordada isoladamente. Estas requerem ser vistas em suas relações, interdependências e com um enfoque integrador (CEPAL, 2019), assim:

Os princípios de não-discriminação e de igualdade de gênero se interrelacionam para avançar em direção a uma igualdade substantiva, colocando no centro do debate as múltiplas e interconectadas formas de discriminação contra as mulheres em toda sua diversidade. Desta forma, se evita ter uma visão única ou universalista das mulheres e se tomam em conta as desigualdades e discriminações por razões de sexo, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, pobreza e outras condições ligadas ao racismo, ao heterossexismo e a homofobia, entre outros (CEPAL, 2019).

Pela estrita relação da autonomia econômica com a divisão sexual do trabalho, focaremos nela nesta parte do texto.

Não é possível analisar a autonomia econômica apenas com dados da crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, é preciso analisar os postos e oportunidades encontrados por elas, já que muitas se encontram em empregos que oferecem baixa remuneração e/ou em serviços informais, além de sua responsabilidade com os serviços domésticos e de cuidados. Assim “embora tenham passado a ocupar espaços cada vez mais importantes na tomada de

decisões e sejam um fator-chave no mercado de trabalho, as mulheres continuam a ser super-representadas entre os pobres e sub-representadas na política” (SOARES, 2011, p.290).

Nesse cenário, as mulheres negras ainda são as mais afetadas nessa equação:

O mercado de trabalho assalariado nasceu e continua até hoje de difícil acesso para a população negra. Por isso, a informalidade é a principal ocupação de mulheres negras desde o período colonial até hoje. As mulheres negras ainda ocupam os postos de trabalho mais precários, com mais baixos rendimentos, sem proteção social e marcados por profundo desvalor. Essa situação faz das mulheres negras as mais pobres e com menos direitos assegurados. Suas possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho são mais limitadas pelo peso das trajetórias de vida e da discriminação racial (SILVA et al., 2013, p.20).

Nesse sentido, a luta por autonomia das mulheres tem vínculo estreito com a luta por igualdade. Por isso, a dimensão da autonomia econômica adquire centralidade (MORENO e VIUDES, 2012, p. 21).

Apesar das mudanças ocorridas na organização familiar, o mercado de trabalho continua a repetir padrões – patriarcais – onde o homem é considerado o principal responsável pelo sustento do lar, assim as mulheres são vistas como “força de trabalho secundária”. Deste modo, mesmo quando a mulher apresenta uma maior qualificação, seu trabalho é desvalorizado resultando em salários mais baixos, já que se considera que ela trabalha pra complementar a renda da família e não para garantir de fato o seu sustento.

As segregações verticais e horizontais afetam consideravelmente os salários das mulheres, estas separações atribuem “a elas as tarefas ou serviços pior remunerados, e de certo modo, limitando seu acesso a certas ocupações” (SOARES, 2011, p. 284). A segregação horizontal delega as mulheres a posições que pagam menos e as profissões consideradas femininas (babás, empregadas domésticas, cuidadoras, secretarias, etc.), já a segregação vertical faz com que as mulheres tenham mais dificuldades em acessar a postos mais altos, e mesmo quando possuem melhor qualificação acabam por ocuparem em menor número os cargos como de gerencia ou chefia.

De um modo geral, empregos e setores nos quais as mulheres predominam pagam menos do que aqueles em que os homens são maioria. Esta segregação de homens e mulheres em diferentes ocupações, ofícios e empregos específicos nas empresas, é geralmente resultado de atitudes fortemente impregnadas na sociedade ao longo de sua história e que são reproduzidas e reconstruídas nas culturas e práticas das empresas (SOARES, 2011, p. 285).

A segregação ocupacional também se mantém, isto é, barreiras e resistências à participação das mulheres em determinados campos de atividades e dificuldades para atravessar essas fronteiras. Quando estão lá, as mulheres vivenciam barreiras objetivas, como falta de equipamentos e estruturas adequadas ao nosso corpo, e também barreiras simbólicas, que geram discriminação e opressão – o sentimento permanente de ser alguém “fora do lugar” (SILVA et al., 2013, p.24).

Elas continuam como principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, o que implica na necessidade de um enorme jogo de cintura para conciliar e garantir o bom andamento dos trabalhos feitos na esfera produtiva e reprodutiva.

Aliado a estes fatores internos ao mercado de trabalho, devido ao fato de as mulheres serem responsabilizadas com os cuidados domésticos, da família – e por falta de serviços que apoiem estas atividades e sem uma divisão interna na família –, as mulheres se veem forçadas a aceitar serviços que sejam compatíveis com tais responsabilidades. Por exemplo, ocupam postos que exigem menor número de horas-extras, ou são dirigidas a estes serviços que pagam menos, apesar de possuírem qualificação para outras ocupações, mas permitem flexibilidade de horários. São as mulheres que estão em maior número nos empregos de tempo parcial, em que os salários são em geral menores e as ofertas de trabalho para as mulheres são maiores (SOARES, 2011, p. 285).

No meio rural a situação não é muito diferente, já que as mulheres também são as principais responsáveis pelos trabalhos de casa além de desempenharem inúmeras tarefas nos roçados:

Quando a casa é também o espaço do trabalho remunerado, como no caso das camponesas e das trabalhadoras em domicílio, as duas jornadas de trabalho são como que uma jornada contínua: ao acontecerem no mesmo espaço, são feitas ao mesmo tempo. Fica até difícil, às vezes, precisar uma e outra (SILVA et al., 2013, p.17).

Em geral, seu acesso a uma atividade remunerada é restrito seja pelos costumes, que impõem a autorização de algum homem da família (pai, marido, tio ou irmão), seja porque são menos escolarizadas, seja porque as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, de cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, dos doentes e idosos. Em sua busca por autonomia econômica, as mulheres sempre têm que administrar o tempo e a disponibilidade para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado (BUTTO et al., 2014, p.104).

Segundo Sucupira e Freitas (2014) o trabalho doméstico e de cuidados tem um papel fundamental em deixar os homens na condição ideal para o mercado de trabalho, pois garante um ambiente doméstico organizado (roupas limpas, casa arrumada, comida feita, etc.,) além do suporte emocional dado por suas parceiras (esposas, mães, etc.,), assim estes podem realizar apenas as tarefas na esfera produtiva sem se preocupar com o âmbito reprodutivo, assumido majoritariamente pelas mulheres.

Assim, fica claro que as mulheres que contribuem com as tarefas de reprodução não conseguem enfrentar o mercado de trabalho em igualdade de condições, em primeiro lugar, porque suportam uma carga maior de trabalho total e, em segundo, porque não recebem o trabalho doméstico e de cuidados necessário para isso (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p.111).

O trabalho doméstico impede as mulheres de ampliarem sua produção e de se organizarem em novas tarefas produtivas e, também, de terem mais tempo pra si e para as atividades de participação política. geralmente, quando é dia de atividade da produção ou de organização política, elas têm que acordar ainda mais cedo para realizar as tarefas domésticas e sacrificam o horário de descanso pra poder ir ao espaço público (BUTTO et al., 2014, p.108).

Mesmo com as mudanças sociais ocorridas os homens continuam sem assumir a sua parte de responsabilidade com o trabalho doméstico, e da mesma forma o Estado e empregadores continuam com os olhos convenientemente fechados para a situação, já que assumir estas áreas significa investimentos e diminuição de lucros.

Sem o trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar o salário mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução de sua força de trabalho. Ambas alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital (CISNE, 2015, p.124).

É necessário que o estado arque com a porção que lhe cabe na prestação de serviços, pois sem estes a carga de trabalho das mulheres aumenta já que elas vão ser responsáveis por buscar formas de suprir essa demanda, seja tendo que trabalhar mais para pagar por esse serviço ou tentando encontrar formas de conciliações entre os dois ambientes.

A garantia de prestação de serviços públicos de educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, eletricidade, entre outros que afetam a qualidade de vida das famílias, é de fundamental importância para o alívio da pobreza e também uma poderosa aliada das mulheres que, diante da sua falta ou de uma prestação deficiente, se veem obrigadas a estender suas jornadas de trabalho para substituí-los. Em alguns casos, ampliando suas duplas jornadas com maiores responsabilidades para suprir as carências dos serviços públicos com uma compensação de trabalho; e, em outros casos, inclusive obstaculizando ou impedindo o próprio acesso ao mercado de trabalho pelo tempo que lhes é necessário destinar às tarefas do cuidado doméstico (RODRIGUEZ, 2010, p. 37-38).

Os gastos com esse tipo de trabalho são considerados custos e não investimentos e, conseqüentemente, os cuidados prestados se tornam invisíveis em indicadores de progresso econômico e agendas de políticas (OXFAM, 2020, p. 13).

Os governos devem investir em sistemas nacionais intergovernamentais de prestação de cuidados, além de investir e transformar os serviços públicos e a infraestrutura existentes. Os sistemas nacionais de prestação de cuidados devem abranger o acesso universal a água potável, saneamento e energia doméstica e garantir investimentos em serviços universais de cuidados a crianças, idosos e pessoas com deficiência. Essa estrutura deve incluir também o acesso a sistemas de saúde e educação de qualidade e um modelo de proteção social universal, como pensões e benefícios para crianças (OXFAM, 2020, p. 16).

É importante que haja a construção de políticas que incentivem e garantam a participação feminina no mercado em empregos com remuneração e condições justas, pois o acesso a renda própria garante que as mulheres tenham poder de negociação dentro da família, já que com a conquista de renda pessoal conseguem contribuir monetariamente para a manutenção do núcleo familiar. Esse acesso é fundamental também para que elas possam romper com relações abusivas, e se libertar de situações opressivas já que com o acesso a renda conseguem se manter financeiramente. Uma possibilidade que surge é que elas podem

também priorizar o cuidado consigo mesmo, podendo investir em coisas como sua qualificação e lazer.

Também é importante o olhar sobre públicos específicos, por exemplo, mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica, mulheres que têm a seu cargo pessoas idosas ou doentes crônicos, mulheres com sofrimento mental (NOBRE, 2016, p. 50).

Já a construção de Orçamentos públicos sensíveis ao gênero, traz a possibilidade de uma “atuação política que tem por objetivo transformar a natureza e a orientação dos orçamentos, das políticas e dos programas que os sustentam, de forma a contribuir para mudar a realidade e construir igualdade” (NOBRE, 2016, p. 42). Desta forma é preciso que as várias instâncias do governo aumentem e possibilitem o acesso e permanência efetiva das mulheres em cursos de capacitação, tornando mais palpável o alcance a postos melhores.

Segundo a economia feminista, o cuidado aparece como articulador dos processos de produção e reprodução, e seu reconhecimento e redistribuição são imperativos para alcançar a igualdade de gênero e a igualdade socioeconômica nos países (CEPAL, 2016, p.31).

Assim como mostra Moreno e Viudes (2012, p. 23), “ainda que possamos nos referir à autonomia para tratar de autodeterminação de cada mulher, a conquista de autonomia só será possível com transformações que alcance a todas as mulheres. Mais que isso, é uma armadilha tratar de autonomia apenas em sua dimensão individual”.

1.5 Mulheres do Campo: plantando autonomia, colhendo transformação

[...] A mulher é explorada também na zona rural, planta a roça colhe e limpa, casa, terreira e curral, na sua jornada ainda é discriminada no convívio social. Faz comida, bota água, planta horta e produz muda, alimenta os animais a sua “luta” é graúda, lava panela e colher, o trabalho da mulher é visto como ajuda [...]” (José Rogaciano de Oliveira).

Busco agora compreender um pouco das dinâmicas estabelecidas no universo do trabalho das mulheres do campo. A divisão sexual do trabalho está intimamente ligada com a construção social de gênero “baseado na complementaridade e reciprocidade entre os indivíduos, esse sistema aloca claramente o que é atributo de mulheres e de homens, marcando distintamente os mundos feminino e masculino” (PORTELLA et al., 2004, p.57). A base material dessa relação é a divisão sexual do trabalho, que acaba se estendendo para outros aspectos como o econômico, social, as representações simbólicas e experiências vividas.

A percepção e a presença das mulheres no campo também são marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais, como vimos na sessão anterior. Isso fez prevalecer análises a partir do lugar das mulheres nas relações familiares, em geral focando no seu papel de mães, esposas e donas de casa (FARIA, 2011, p. 38).

A separação do trabalho em duas esferas assim como encontrado no urbano, está presente também no campo seguindo os seguintes princípios:

Os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família, pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre campesinato, essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado (NOBRE, 2005, p.41).

Não é novidade que as mulheres desempenhem as mais variadas tarefas, elas estão presentes em praticamente todas as etapas da produção, nos afazeres de casas, além do suporte emocional que dão aos outros membros da família, e em tantas outras funções que nem conseguiria mencionar aqui, assim “no campo, essas atividades podem se multiplicar e se intensificar, tornando o trabalho ainda mais pesado” (SOF, 2016, p.7). Mesmo com toda a dedicação que necessita o trabalho doméstico e de cuidados continua a ser invisibilizado e desvalorizado:

Esse trabalho, que requer disponibilidade permanente das mulheres para as outras pessoas da casa, é um elemento que gera sobrecarga em suas vidas. No entanto, raramente filhos e maridos reconhecem essa contribuição feminina. Várias mulheres

inclusive são acusadas de não fazer nada, mesmo cuidando de todos esses afazeres (SOF, 2016, p.7).

Paulilo (1987) demonstra a ideia de hierarquização do trabalho que faz com que exista uma divisão em que se considera o trabalho como leve quando feito por mulheres, e pesado quando feito por homens, mesmo que uma grande diversidade de tarefas possa ser realizada por ambos. Há uma qualificação do trabalho de acordo com quem os realiza, o trabalho não é leve por que é mais fácil e sim porque uma mulher o realizou.

Não há uma divisão igualitária das atividades realizadas no âmbito doméstico, as mulheres ficam responsáveis por serviços de limpeza, na preparação de alimentos, cuidados com filhos e idosos, etc., já os homens, quando presentes nesse ambiente, ficam responsáveis por ajudar em tarefas tidas como mais masculinas (consertos em geral, podas, etc.).

Apesar de desejarem participação masculina e a divisão das tarefas domésticas e de cuidado, muitas podem ter receio de envolver os homens nessas tarefas, pois:

Na nossa sociedade, a identidade da mulher está vinculada a uma complexa rede de atividades realizadas no lar que permitem às pessoas crescerem e se desenvolverem. Ou seja, o trabalho doméstico “não remunerado” é um trabalho de cuidar da vida. Assim, é compreensível que ter controle sobre o universo da cozinha pode significar um apego à imagem imposta pela sociedade e que faz parte da construção de sua subjetividade e autoestima. (REDE, 2008, p.197).

Ou ainda:

Para as mulheres, a realização dessas atividades integra sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal. Introjetada profundamente pelas mulheres, a sua vivência está marcada pela exigência de ser “uma boa mãe”, ser dócil, compreensiva, enfim, saber cuidar. Na verdade, esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica que contribui para que as mulheres continuem aceitando fazer o trabalho doméstico como algo inerente ao ser mulher (FARIA, 2011, p. 39).

Os homens normalmente se ocupam do serviço da casa e de cuidados em situações de impossibilidade ou ausência das mulheres e não havendo na casa nenhuma outra que irá se responsabilizar pelo trabalho, já as mulheres sempre que necessário fazem serviços considerados masculinos. E como bem explica Nobre (2005):

Algumas temem a igualdade derivada do fato de assumirem “oficialmente” a responsabilidade pelo serviço que muitas vezes já fazem: “Se eu aprender o serviço dele, ele não vai fazer nem isso”. Ademais, os homens resistem aos novos aprendizados das mulheres: “Se você souber dirigir, não vai parar mais aqui”, e elas se sentem pressionadas por uma grande exigência interna e externa de não poderem errar. Na maioria das vezes, o que acontece é que as aprendizagens de homens e mulheres no “campo oposto” só servem para complementar o serviço do/a outro/a ou para cobrir uma ausência, e não para redividir as tarefas de forma mais permanente, e muito menos o poder e o reconhecimento social que as recobre (NOBRE, 2005, p.44-45).

O processo de socialização contribui para a permanência das desigualdades entre os gêneros, as meninas desde cedo são introduzidas no trabalho doméstico e passam a

colaborar com a mãe para a realização desse, os meninos passam a ajudar mais o pai e a aprender mais sobre o seu ofício, geralmente os meninos possuem mais tempo livre para as brincadeiras. “Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida”” (NOBRE, 2005, p.44). E é dentro da casa que a mãe exerce sua autoridade, ao receber ajuda das filhas e das crianças menores, essa se expressa através do controle das tarefas ali realizadas.

A questão do tempo – ou da falta dele- também é algo presente no dia a dia das camponesas, as atividades realizadas por elas na vida cotidiana geralmente superam às 24 horas, ou seja, temos uma sobreposição de tarefas, é preciso se desdobrar para dá conta de tudo que tem que ser feito. O fato de ter que estar atenta a tudo e a todo tempo, aliada a sobrecarga de tarefas por vezes gera um sentimento de impotência, o que pode levar ao adoecimento físico e psicológico dessas mulheres.

O tempo reservado para o lazer, estudos e cuidar de si mesma, acaba por não existir na maioria dos casos, já o “sono aparece como uma variável de ajuste. Isto é, quando falta tempo para alguma atividade cotidiana, passam a dormir menos horas para dar conta de fazer tudo. Isso faz com que fiquem ainda mais cansadas” (SOF, 2016, p.13).

O esforço físico é sempre apontado como um dos motivos que garantem maior importância ao trabalho feito pelos homens no campo, mas na realidade é comum ver mulheres realizando as mesmas tarefas quando necessário, “mas toda vez que essas tarefas são mecanizadas e, portanto, exigem menor força física, contraditoriamente, elas são excluídas, ou seja, é muito mais fácil ver uma mulher carpindo com a enxada do que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola” (NOBRE, 2005, p.43).

Na ausência do homem na propriedade seja por motivo de doença, viagem por trabalho temporário ou outro motivo, por haver mais mulheres na família, entre outros motivos para a ausência do homem, a mulher vai realizar todas as tarefas necessárias na produção, é comum que o homem, (pai, marido, irmão, etc.), mesmo sem realizar as tarefas, continue dizendo o que deve ou não ser feito, mantendo assim o seu controle sob a produção. Nesse caso não se considera que a mulher esteja assumindo uma tarefa masculina, mas sim que, naquela circunstância, tarefas que seriam consideradas como trabalho, passam a ser classificadas como ajuda.

Dentro do âmbito do trabalho agrícola nem todas as tarefas feitas são entendidas como trabalho, desta forma, o que a mulher realiza dentro dos roçados não é lido como

trabalho, esse se limita apenas as tarefas desempenhadas pelos homens. Esse trabalho é considerado como ajuda porque não faz parte das atribuições femininas (atividades domésticas e reprodutivas), complementarmente as atividades domésticas realizadas pelos homens são consideradas como ajuda por se afastar das atividades consideradas como masculinas (atividades produtivas).

De acordo com Nobre (2005), quando o indivíduo se encarrega de alguma tarefa que é tida como do sexo oposto são alvos de reprovações sociais no círculo social além de sentirem dificuldades para a concretização da tarefa. Dentro das tarefas da produção a mulher que se dispõe a realizá-las é mais bem vista do que aquela que não se oferece, pois, todos na casa devem contribuir na realização da atividade que se supõe garantir o sustento da casa.

Há a crença de que o sustento da casa provém unicamente do trabalho efetuado pelos homens, “a contribuição econômica das mulheres do campo muitas vezes se oculta em relações que não necessariamente passam pelo dinheiro, como autoconsumo, trocas e doações daquilo que elas produzem” (SOF, 2016, p.6).

Retirar do próprio quintal quase toda a alimentação da família, intercambiar com a vizinha hortaliças por ovos, produzir plantas medicinais que substituem medicamentos, presentear com frutas parentes e amigos que vêm visitar no final de semana. São algumas atividades corriqueiras das mulheres rurais, cujo significado econômico nem sempre é levado em conta (SOF, 2016, p.6).

Segundo Schottzet et. al. (2015), essa concepção também vem do fato de que o dinheiro das mulheres é utilizado para suprir as “necessidades invisíveis” da família (roupas, calçados, etc.) e as pequenas despesas. As vendas realizadas pelas mulheres estão intimamente ligadas às produções oriundas dos quintais, sendo que “difícilmente acendem aos ganhos monetários vindos da comercialização dos produtos obtidos da plantação em conjunto com os cônjuges” (FARIA, 2011, p. 47), as mulheres geralmente desenvolvem suas atividades de comercialização nas proximidades de casa e em contato direto com os consumidores.

Mesmo estando inseridas em grande parte no processo de produção, frequentemente as mulheres são deixadas de lado quando o assunto é a venda da produção, no momento em que estão presentes na comercialização ficam responsáveis pelas vendas consideradas secundárias (hortaliças e frutas, ovos, artesanatos, etc.). E quando as atividades se tecnificam e começam a gerar uma renda maior, é comum que essas tarefas passem a ser realizadas pelos filhos mais velhos e depois pelo marido, excluindo e apagando a participação que outrora era feminina.

“Existe uma negação de sua autonomia econômica, pessoal e política e a exclusão das decisões sobre a terra e o território” (FARIA, 2011, p. 40). É comum as mulheres não

serem ouvidas ou consultadas dentro do núcleo familiar no momento de tomada de decisões sobre a gestão e o planejamento sobre o que será feito com a produção:

Apesar das diversas tarefas que as mulheres exercem, elas são vistas como “ajudantes” de seus maridos e não recebem crédito pelo trabalho produtivo. Mesmo considerando a produção dos alimentos um terreno no qual tanto os homens quanto as mulheres dão sua contribuição, a autonomia feminina em relação às tomadas de decisão sobre a renda familiar é muito pequena. Na maior parte das famílias que praticam a agricultura familiar o marido é o “porta voz” da propriedade, com poder de decisão sobre a ocupação do espaço e sobre os recursos econômicos, seja dinheiro, uso da terra ou horas de trabalho. As mulheres rurais, na maior parte das vezes não recebem renda própria e, nos censos oficiais, aparecem como “membros não remunerados da família” (REDE, 2008, p.194).

Como convenientemente é entendido que as mulheres não contribuem com a renda da família, elas têm pouco ou quase nenhum poder de decisão sobre o dinheiro que ajudaram a conseguir, ou o que será feito com ele, este fato colabora para restringir o acesso das mulheres a uma renda própria o que, conseqüentemente, diminui sua autonomia. “Em muitas ocasiões, os benefícios sociais — como aposentadoria e licença-maternidade, por exemplo — também são apropriados pelo homem, numa clara violação dos direitos das mulheres” (PORTELLA et al., 2004, p.69).

Também é possível encontrar na realidade do campo o que Mirla Cisne (2015, pg. 122) indica sobre a não valorização do trabalho da mulher, o que faz com que muitas mulheres não se percebam como trabalhadoras, no caso das mulheres do campo não se reconhecem enquanto trabalhadoras rurais, camponesas, entre outras possibilidades de identidades que expressam sua relação com o trabalho, tendo como consequência, também, o enfraquecimento da identidade das mulheres com sua classe social. Segundo Cisne:

Isso faz com que muitas mulheres se acomodem, não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais, o que contribui diretamente com o capital, pois significa menos pessoas em confronto com este sistema (o capitalista). (CISNE, 2015, pg. 122-123).

O pouco reconhecimento social do trabalho feminino é expresso também na dificuldade de acesso a programas governamentais e nas políticas públicas. Como mostra Schottz et al., (2015), as agricultoras encontram barreiras para conseguir crédito junto aos bancos, principalmente quando a produção é destinada para o autoconsumo, e isso ocorre mesmo quando existe uma linha de crédito específica para mulheres, como o Pronaf Mulher. Nobre traz que:

Nos debates com as mulheres, é bastante apontada a necessidade de ampliar as informações e a formação para garantir um maior acesso às políticas públicas. Ou seja, há um reconhecimento de que há muito desconhecimento das políticas e programas disponíveis. Por isso, para os grupos de mulheres ainda continua como uma demanda prioritária questões básicas como o acesso à documentação. Junto

com isso, expandir e disseminar informações sobre que políticas públicas e quais recursos disponíveis para serem acessados (NOBRE, 2005, p.49).

Outra problemática encontrada na construção de algumas políticas públicas é que estas enxergam a família como uma unidade, excluindo a possibilidade de existência de outros projetos pessoais. Da mesma forma como mostra Nobre (2005) a família é considerada apenas na figura do “chefe da família”, a opinião e trabalho dos demais membros não são considerados, é entendido que o desejo/interesse do pai incluísse todos.

Na busca de terem acesso à renda própria e ao trabalho, muitas mulheres recorrem à migração para as cidades, “muitas vezes também em busca de uma vida com menos imposição familiar e mais autonomia pessoal. Isso pode se refletir na busca por maior escolaridade, que ainda hoje é bem menor que as urbanas, mas que supera os homens do campo” (NOBRE, 2005, p.40).

Uma ação que contribui com o empoderamento das mulheres são os grupos organizados, que se reúnem para a produção, para a confecção de artesanatos, para a comercialização, entre outras tantas atividades. Dentro desses são tratadas questões que perpassam por vários âmbitos da vida e que muitas vezes auxiliam na superação de situações de opressão e violência:

Quando as mulheres se unem para produzir e comercializar, isso também as fortalece para enfrentar as dificuldades em âmbito familiar. Se forem criadas condições para que trabalhem juntas, isso as retira de um processo de controle individual, que pode ser exercido pelo autoritarismo do marido ou pelas demandas infinitas de filhos e filhas. Quando elas produzem fora, conseguem intervir mais sobre essa dinâmica e até construir outras relações dentro da família (SOF, 2016, p.33).

Esses encontros são também uma forma dessas mulheres se afastarem mesmo que por um curto período do trabalho doméstico e de cuidados que frequentemente geram condições que interfere na sua presença e disponibilidade para participação em atividades produtivas e políticas.

Desta forma “nesses espaços de debate e formação, trocar saberes e histórias, compartilhar práticas e resistências, são ingredientes que geram um reconhecimento das mulheres como mulheres” (MONTEIRO, 2016, p.33).

Assim como nos centros urbanos há um longo caminho para a superação das desigualdades. É preciso romper com a mentalidade de conciliação dessas atividades, pois, na grande maioria das vezes acaba por afetar mais as mulheres, e principalmente as mulheres pobres e negras. É necessário atacar a raiz do problema e apostar na construção de novas dinâmicas de gênero.

1.6 Sem Feminismo não há Agroecologia! A construção de novas dinâmicas e relações produtivas

“[...] Porque só com união é possível transformar, as injustiças criadas na construção secular das desigualdades relações produzindo condições para melhorar a vida [...].” (José Rogaciano de Oliveira).

Muitos foram os problemas ambientais e sociais trazidos com a chamada revolução verde, que consiste na modernização da agricultura através do uso de agroquímicos, monocultivo em larga escala e na concentração de terras. Hoje na tentativa de se ter uma agricultura que afete menos o ambiente, muito se fala na substituição destes insumos externos e agroquímicos, por outras fontes menos poluidoras do ambiente. Focando apenas em questões ambientais são deixados de lado os aspectos sociais que essa “modernização” traz.

Os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não sustentabilidade dos sistemas agrícolas. Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido (ALTIERI, 2004, p.21).

Essa modernização agrícola impactou a realidade brasileira tanto no campo quanto na cidade, fazendo com que as dinâmicas ali presentes se alterassem. “Este processo acelerou a migração para os centros urbanos, o que diminuiu consideravelmente a população rural” (REDE, 2008, p.173).

Outro impacto do processo de modernização agrícola foi o surgimento do “boia fria” – trabalhador rural que se ocupa em trabalhos temporários, quase sempre sem garantia dos direitos trabalhistas. Este deslocamento dos homens para a realização de trabalhos temporários em colheitas nas regiões de monocultura ocasionou, por sua vez, mudanças nas relações sociais de gênero. Além de todas as tarefas de administração doméstica- educação dos (as) filhos (as), saúde, alimentação – as mulheres passaram a ser as únicas responsáveis pela propriedade, tendo que responder, sozinhas, pela produção agrícola e gestão dos recursos financeiros (REDE, 2008, p.173).

Com a degradação do ambiente as mulheres têm a sua carga de trabalho intensificada, já que são principais cuidadoras de crianças e idosos, além disso, tem que ir mais longe à busca por água e outros recursos.

Já os conhecimentos tradicionais que orientavam as comunidades no lidar com a produção e com o ambiente são considerados atrasados e, portanto, precisam ser superados com a adoção de tecnologias externas ao agroecossistema e que por vezes não condizem com a realidade local ou ambiental. Desta forma “o primeiro plano da violência desencadeada contra os sistemas locais de saber é não considerá-los um saber” (SHIVA, 2002, p.23).

Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar. A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. O saber local resvala pelas rachaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao qual está ligado. Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva a substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies (SHIVA, 2002, p.25).

Segundo Altieri (2004), para as estratégias de desenvolvimento serem eficazes, estas devem levar em conta as dimensões tecnológicas, econômicas e sociais. Deste modo “somente políticas e ações baseadas em tal estratégia podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento” (ALTIERI, 2004, p.21).

A agricultura familiar é aqui entendida como mostra Wanderley (1996, p. 2) como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Existe um extenso debate acerca das divergências e convergências a respeito do conceito de agricultura familiar e agricultura camponesa e, segundo Ghizelini e Araguão (2018), “a agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, mas o campesinato é uma forma de agricultura familiar, mas nem toda agricultura familiar é a expressão do modo de vida camponês”. Não adentaremos nesse debate e para conhecimento transcrevo abaixo o conceito que estes autores atribuem para essas duas categorias:

[...] O segundo modelo, empresa familiar, diferencia-se do primeiro no que se refere ao trabalho, pois há uma forte predominância da mão de obra familiar, no entanto possui uma acentuada dependência do exterior e forte relação com a dimensão técnica da produção.

O terceiro modelo, a agricultura camponesa ou de subsistência, caracteriza-se por ter uma predominância das lógicas familiares e pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas. Ressalta-se forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em detrimento do lucro e da acumulação de capital. Neste terceiro modelo, muitas vezes a opção por manter-se na lógica de produção tradicional, caracteriza-se por ser uma estratégia de autodefesa do agricultor em se proteger do mercado ou mesmo garantir sua identidade enquanto agricultor familiar (GHIZELINI e ARAGUÃO, 2018, p. 97).

Na sua discussão Ploeg (2018) traz uma conceituação do campesinato apontando as condições fundamentais da condição camponesa:

São a luta pela **autonomia** a partir da **criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada**, permitindo formas de **coprodução** entre o homem e a natureza viva, que **interagem com o mercado**, **permitem a sobrevivência e perspectiva de futuro** e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e **fomentando a autonomia** e,

dessa forma, reduzindo a dependência. Existindo padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas interrelações (PLOEG, 2008, p.40, grifos nossos).

A partir do nosso entendimento como será visto mais adiante, as famílias que compõe essa pesquisa, apresentam um perfil que melhor se enquadra no modelo de agricultura camponesa ou de subsistência, já que utilizam a mão de obra majoritariamente familiar nas propriedades, dependem minimamente de insumos externos, a produção satisfaz prioritariamente o núcleo familiar.

Pensando na agroecologia como uma ciência que propõe novas relações com a natureza e com os seus ciclos vemos como ela e a agricultura camponesa caminham rumo a um horizonte comum. A agroecologia com uma nova abordagem que reúne princípios agronômicos, socioeconômicas e ecológicas, fornece ferramentas para a compreensão mais profunda das dinâmicas estabelecidas dentro do agroecossistema, para que esses ao “mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis” (ALTIERE, 2012, p.105).

Os agroecossistemas podem ser entendidos como a unidade básica de estudo no qual “tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 11-12). De mesma forma segundo Siliprandi (2015) e Altieri (2012):

O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão), onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entender essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agronômicos), mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura. (SILIPRANDI, 2015, p.88).

Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana. A Agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. Sua atenção é voltada para a forma, a dinâmica e a função de suas inter-relações, bem como para os processos nos quais estão envolvidos (ALTIERE, 2012, p.105-106).

Dentro dessa lógica, percebemos que, como Altieri (2004, p.23) indica, uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores, buscando compreender os processos e colaborar para desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. “Agroecologia apresenta-se como uma proposta que rompe os domínios de uma

ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o “cientista”), como coprodutores do conhecimento a ser gerado” (SILIPRANDI, 2015, p.93).

Porém, restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais (ALTIERI, 2004, p.26). Ainda de acordo com Altieri (2004) uma “produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente”. Para tanto há necessariamente que se romper com a noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento e acúmulo de riquezas por poucos, há de se considerar as diversidades em processos mais justos no organizar a produção e distribuir as riquezas.

O fortalecimento das mulheres dentro do movimento da agroecologia tem apontado que para ocorrer mudanças efetivas é preciso romper com o sistema patriarcal e capitalista presente no campo e avançar na construção de novas relações sociais, pois, “a conquista da soberania alimentar não se fará somente a partir do questionamento do modelo de produção capitalista ou apenas por meio da revalorização dos saberes tradicionais da cultura camponesa” (JALIL, 2009, p. 11).

De acordo com Schottz et al., (2015), a agroecologia ao considerar todos os componentes do agroecossistema e do sistema de produção, tem o papel de ajudar no reconhecimento do trabalho feito pelas mulheres, reconhecendo esse trabalho feminino como importante para o equilíbrio do sistema e para a reprodução familiar, portanto:

A posição e a condição social em que as mulheres se reconhecem e são reconhecidas propiciam que as mesmas acumulem conhecimentos sobre questões ligadas à valorização e à reprodução da vida e que se encontram no cerne do desenvolvimento da Agroecologia, como a produção de alimentos saudáveis; a rejeição ao uso de agrotóxicos e cultivos transgênicos, considerando suas consequências sociais, para a saúde e para o meio ambiente; a luta contra a perda da biodiversidade, notadamente de cultivos crioulos e tradicionais; a guarda de sementes crioulas e/ou tradicionais; a manutenção de relações de solidariedade, cuidados, entre outros aspectos. (SCHOTTZ et al., 2015, p. 53).

A posição e condição social na qual as mulheres se reconhecem e são reconhecidas propicia que acumulem conhecimentos a partir de uma perspectiva de valorização e reprodução da vida sobre questões que se encontram no cerne do desenvolvimento da Agroecologia, como a produção de alimentos saudáveis, o uso de agrotóxicos e suas consequências para a saúde e para o meio ambiente, transgênicos, perda de biodiversidade de cultivos crioulos e tradicionais, guarda de sementes crioulas e/ou tradicionais, relações de solidariedade, cuidados e outros. (MARONHAS et al., 2014, p.8).

É preciso não romantizar esse “dom natural” das mulheres, elas se especializaram nessas tarefas devido ao processo de construção social presente na sociedade e no quais

homens e mulheres são alvos. “É necessário que outros sujeitos sejam capazes de exercitar e valorizar esses conhecimentos, pois são essenciais para a construção deste novo paradigma de desenvolvimento que é a Agroecologia” (MARONHAS et al., 2014, p.8).

A produção realizada nos quintais e que na maioria das vezes é de reponsabilidade feminina, tem um papel importante dentro dos agroecossistemas, já que é dali que provém grande parte da alimentação familiar. “Ao se dedicarem aos agroecossistemas, as mulheres têm permitido a existência de uma enorme variedade de sementes, alimentos, plantas medicinais e saberes, garantindo soberania e segurança alimentar e nutricional, saúde e renda para as famílias” (NETO et al., 2015, p.44).

Em sua práxis histórica, as mulheres adquiriram um vasto conhecimento dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um grande conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos (PACHECO, 2005, p.153).

Os quintais, para além do autoconsumo, é o local onde as mulheres “socializam suas produções: trocam, doam e conversam com outras pessoas. As relações que se estabelecem a partir dos quintais vão além do fator monetário, de compra e venda, pois outras relações, com diferentes valores e solidariedades, também se desenvolvem para manutenção da vida familiar e comunitária” (ALVARENGA et al., 2018, p.11). Butto et al., (2014) mostra alguns dos fatores que podem ter levado as mulheres a desenvolverem suas atividades nos quintais:

Nas atividades realizadas, observou-se que as mulheres rurais centram sua produção no quintal e isso se deve a vários fatores. Um deles é que essa é a terra que elas podem acessar. O outro é que esse é o espaço onde elas conseguem dar conta de conciliar o trabalho doméstico e de cuidados com o produtivo. O resultado histórico dessas práticas demonstra a grande capacidade de resiliência das mulheres: de uma realidade que pode parecer limitada, elas conseguiram desenvolver um conjunto de práticas hoje reconhecidas como importantes não só para garantir a alimentação e boa parte do sustento das famílias, mas também para a garantia de uma grande biodiversidade (BUTTO et al., 2014, p. 104).

A produção nos quintais tem importante papel na segurança e soberania alimentar das famílias, pois, “garante o autoconsumo e ameniza, de forma incisiva, os impactos da insegurança alimentar e nutricional no âmbito territorial” (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA, 2020, p.48). E de acordo com a pesquisa “Cadernetas Agroecológicas” do projeto do FIDA:

Há uma revolução silenciosa acontecendo nos espaços pelos quais as mulheres agricultoras transitam e disseminam seus conhecimentos, herdados de suas mães e avós. São nos quintais e nos ambientes que os rodeiam – nos quais plantas alimentícias e medicinais são coletadas – que se abre espaço para a sustentabilidade dessas tradições alimentares no futuro. Tradições cultivadas a partir do engajamento das mulheres e de outros membros da família na plantação e colheita, tendo como

base os métodos e princípios da agroecologia, que propõe uma visão mais sistêmica da natureza. Inegavelmente, as mulheres desempenham um papel primordial na sustentação da abordagem agroecológica, aproveitando de todos os insumos e recursos que circulam por tais espaços e dos esforços de todos os seres humanos que participam da gestão das terras e dos seus frutos (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA, 2020, p.53).

A troca de alimentos, sementes e mudas entre as mulheres na comunidade, embora sejam práticas que tendem a ser subnotificadas e, portanto, não chegam a ser anotadas por todas, testemunham o anseio expresso por essas mulheres agricultoras, de “passar para frente” essa riqueza socioambiental nos seus territórios e contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional. Na medida em que os quintais, em um dado território, sejam repletos de alimentos saudáveis e variados – representando todos os grupos e tipos de alimentos e, também, sendo emblemáticos das tradições culturais – é possível ter condições de alimentar e nutrir, de forma saudável, todas as famílias que moram ali, pensando além das fronteiras e muros que separam as casas para englobar a comunidade local e o território (que abarca comunidades próximas) na íntegra (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA, 2020, p.53).

As mulheres agricultoras para além do reconhecimento do seu trabalho lutam pelo reconhecimento dos seus direitos enquanto trabalhadoras, por sua autonomia pessoal e financeira, as diversas formas de violência que estavam expostas, “nas discussões propostas por elas, emergiam questões claramente vinculadas com o campo ambiental, ao mesmo tempo em que pautavam temas historicamente trazidos pelo feminismo” (SILIPRANDI, 2015, p.140).

“Em várias regiões do país, constata-se que as mulheres em geral ou são excluídas ou têm participação minoritária e eventual nos cursos voltados para a capacitação e o aprofundamento de conhecimentos técnicos da produção agrícola ou agrosilvopastoril” (PACHECO, 2002, p.152), capacitar às mulheres é uma estratégia que contribui diretamente com a conquista e manutenção da autonomia financeira e pessoal delas.

Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo o seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente terá que lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos — como terra e crédito — e capacitação técnica (PACHECO, 2002, p.158).

Há ainda que se avançar no campo agroecológico no que diz respeito a questões de gênero:

Em vários textos que definem as premissas e os métodos da agroecologia encontram-se referências à existência das desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus programas de pesquisa e propostas de intervenção. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural, e que determina, por exemplo, o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa (as mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais (SILIPRANDI, 2015, p. 94-95).

Ainda são raros os estudos com enfoque no trabalho produtivo realizado pelas mulheres nos agroecossistemas. Em geral, destaca-se a atuação da família ou do homem, sem questionar as relações sociais de poder vigentes, o que reforça a invisibilidade e a desvalorização do trabalho feminino (NETO et al., 2015, p.45).

Por outro lado, no meio agroecológico estão presentes práticas como os intercâmbios agroecológicos, sistematizações de experiências, grupos de produção, a caderneta agroecológica é uma dessas iniciativas que vem ajudando a visibilizar e quantificar o trabalho feminino:

Com isso, confere visibilidade ao aporte econômico gerado pelas mulheres, reconhecendo o trabalho não remunerado como parte de um mecanismo de submissão e exploração que marca as relações patriarcais. Ao mesmo tempo, a caderneta é a afirmação do papel das mulheres camponesas na construção da Agroecologia (ALVARENGA et al., 2018, pg.8).

Esta pesquisa mostrou como a agroecologia se fortalece através dos manejos e como a produção para autoconsumo dos quintais também gerar renda e é considerada a principal fonte da família. Ao mesmo tempo que se visibilizou os quintais, os resultados também revelaram as dificuldades de investimentos e aportes financeiros que as mulheres têm para melhorias da produção e, mesmo protagonizando a principal atividade de geração de renda, ainda estão excluídas dos processos de negociação e circuitos de comercialização de suas comunidades e organizações (ALVARENGA et al., 2018, p.9).

Estas iniciativas têm potencial para contribuir para que as mulheres reflitam sobre os processos em que estão envolvidas, e conheçam outras experiências que poderão ser úteis para a sua realidade, além de incentivar, aprofundar e ampliar o debate dentro das organizações e movimentos sociais que atuam no meio agroecológico de forma a possibilitar o entendimento sobre as especificidades das mulheres, e a importância e o quanto é estratégico conciliar o movimento feminista com o movimento agroecológico.

Para muitas mulheres, a militância agroecológica foi o espaço onde se deu o seu aprendizado político. Portanto, será ali que elas manifestarão a sua discordância com os sistemas atuais e buscarão construir propostas alternativas, pensando em um modelo de família que se coadune com um ideal de sociedade mais justa e sustentável (SILIPRANDI, 2015, p.140), mesmo que essa prática às vezes seja menosprezada e/ou desencorajada pelos companheiros e até pela comunidade que, por vezes, não conseguem vê sentido naquilo.

Para a superação dessas desigualdades além da transformação das relações entre homens e mulheres, é preciso mudar nossa relação com o ambiente, respeitando e valorizando as variadas formas de vida, assim a agroecologia e suas práticas se apresentam como uma alternativa ou mesmo um caminho novo, e que precisam também ser aprofundadas em um

constante auto avaliar para identificar e buscar superar limites, no âmbito do individual e do coletivo social.

CAPÍTULO 2: Veredas, montanhas e vales: os caminhos percorridos na pesquisa

[...] E para que os direitos de fato sejam iguais, é preciso que as mulheres tenham acesso a algo mais, terra crédito e assessoria, superar com autonomia as relações desiguais[...]”. (José Rogaciano de Oliveira).

A pesquisa realizada no mestrado, faz relação com um processo de pesquisa sobre o monitoramento de agroecossistemas. Dessa forma, a seguir, descrevo o envolvimento com esses projetos anteriores com o objetivo de explicitar a construção da relação com as famílias pesquisadas no mestrado e os caminhos metodológicos que foram trilhados desde 2018.

No ano de 2018 tive a oportunidade de integrar a equipe do Núcleo de estudos em Agroecologia e Campesinato vinculado a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- NAC/UFVJM, minha atuação se deu enquanto bolsista técnica no projeto “Agroecologia e Resiliência às Mudanças Climáticas no Semiárido de Minas Gerais”, esta ação foi submetida à chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil/CNPq N° 21/2016, sendo executada no período de janeiro de 2018 à julho de 2019. Na execução desse projeto, ao lado do NAC, estava uma rede de organizações com vasta experiência de atuação no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas, sendo elas: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV, Cáritas Diocesana de Araçuaí e a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX.

O referido projeto deu continuidade às atividades desenvolvidas no projeto “Sistemas agroecológicos, inovações tecnológicas e resiliência às mudanças climáticas no semiárido de Minas Gerais”, que também foi executado pelo NAC/UFVJM no período de 2014 a 2016 dentro das parcerias indicadas acima. As famílias participantes desses dois projetos foram indicadas através do diálogo entre as organizações que as acompanhavam e de acordo com os objetivos definidos pelos projetos.

Para início das atividades externas do projeto Agroecologia e Resiliência, durante os meses de julho e agosto de 2018, foram realizadas reuniões com as organizações e as famílias. Nesse momento foram visitadas todas as oito localidades que integravam a proposta: Comunidade de Vargem do Inhaí, Comunidade de Gentio, Comunidade Gameleira e Comunidade Vereda, localizadas no Vale do Jequitinhonha e Comunidade do Touro, Assentamento Americana, Comunidade Vereda Funda e Comunidade de João Congo,

localizadas no Norte de Minas Gerais. Essas visitas foram feitas com o intuito de dar um retorno sobre o primeiro ciclo de monitoramento (2014/2016), conversar sobre a dinâmica do novo ciclo, além de confirmarmos o interesse das famílias em continuar participando.

Posteriormente, retornei em companhia de outra estudante e de um técnico representante da organização que acompanhava cada família. Ficamos um dia em cada propriedade, coletamos amostras de solos nas áreas que estavam sendo monitoradas e foi o momento que fizemos a atualização do fluxograma do agroecossistemas junto com a família, além de recolher anotações sobre a precipitação e algumas informações a respeito das compras e vendas feitas por eles. Percorremos as comunidades situadas no Vale do Jequitinhonha entre os meses de outubro e novembro de 2018, já nas comunidades do Norte de Minas foram realizadas visitas concentradas durante uma semana no mês de dezembro do mesmo ano.

Dando continuidade às atividades a equipe do projeto, juntamente com as famílias e representantes das organizações, participaram de uma oficina de formação sobre monitoramento dos agroecossistemas de referência, realizada na área experimental do CAV, em Turmalina, no mês de março de 2019. Neste encontro programamos também as datas em que seriam feitos os dois intercâmbios de experiências, conhecimentos e saberes agroecológicos nas comunidades. Nos intercâmbios todos os participantes visitaram as quatro comunidades do Norte de Minas, no período de 29/04 a 03/05/2019, e as comunidades do Vale do Jequitinhonha no período de 17/06 a 21/06/2019. Nesse último encontro realizamos uma segunda oficina de encerramento do projeto.

Em 2019, já estando no mestrado em Estudos Rurais, ainda como bolsista do projeto, e através de conversas com minha orientadora e o coordenador do projeto, percebi quão valioso seria se desenvolvesse minha pesquisa de mestrado com as mesmas famílias, assim, conversei e os convidei para que se juntassem comigo nessa nova jornada. Devido ao curto tempo do mestrado, o orçamento disponível e a distância geográfica, foi necessário fazer a opção por desenvolver a pesquisa com parte das famílias, desta forma limitamos a duas famílias que moram no Alto do Jequitinhonha. A seguir apresento a opção metodológica adotada, as ferramentas que usei e os percursos que tomei para a construção desse trabalho.

2.1 O recorte metodológico para a pesquisa do mestrado

Acreditando em uma pesquisa construída a muitas mãos, que valoriza os mais diversos tipos de saberes, diminuindo a distância entre pesquisadores e os sujeitos participantes da pesquisa, a orientação pela pesquisa participante se apresentou como uma opção metodológica a ser seguida, considerando suas raízes na etnografia, dando sequência assim ao processo de diálogo iniciado com as famílias pelos dois projetos mencionados.

Deixando para trás a ideia de que pesquisa deve ser feita apenas na academia e por pesquisadores, acredito que é necessário que o povo se aproprie dela e que possa usá-la na compreensão e transformação de sua realidade. Nesse sentido a pesquisa participante dialoga com as referências da pesquisa-ação, em um contínuo envolvimento de atores sociais no movimento de entender e incidir sobre determinada realidade.

Em outras palavras, ao invés de se preocupar somente com a explicação dos fenômenos sociais depois que eles aconteceram, a finalidade da pesquisa-ação é de favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1981, p.27).

É preciso romper com o padrão de pesquisas sendo feitas sobre grupos que foram e continuam sendo marginalizados, numa visão de pesquisa que é feita sobre eles e não com eles. Essa pesquisa que vem de cima para baixo não apoia a reflexão conjunta, que fomenta a construção partilhada de conhecimentos, onde cada sujeito/agente/ator social (individual ou coletivo) possa refletir sobre a realidade e, no processo de colher e entender informações também possa exercitar novos olhares e propor ações que reflitam entendimentos e conhecimentos gerados durante o percurso.

Desmistificando o ideal do pesquisador neutro e de uma ciência apolítica, inspirada na ideia positivista da existência de uma grande distância entre esse e seu objeto de pesquisa, o pesquisador não pode (e nem deve) ser agente imparcial e distante das realidades que estuda.

Dentro dessa relação de interação, não há mais lugar para um pesquisador separado de seu objeto de pesquisa. O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão do mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade. E é esta visão do mundo, este ponto de vista que vai determinar a intencionalidade de seus atos, a natureza e a finalidade de sua pesquisa, a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1981, p.24).

É preciso analisar não somente os fatos ou problemas encontrados, mas também como as pessoas interpretam e reagem diante deles. Problematizar e provocar inquietações

que necessitam de ações tanto a nível intelectual, quanto de uma forma concreta. O pesquisador que adota uma postura crítica e comprometida com a realidade pesquisada deve colocar o seu conhecimento e as ferramentas que dispõe, a serviço do povo, para que os sujeitos envolvidos tomem consciência do processo e se tornem agente de mudança.

Como define Borda (1981, p.47) a ciência popular “é o conhecimento prático, empírico, que ao longo dos séculos tem possibilitado, enquanto meios naturais diretos, que as pessoas sobrevivam, criem, interpretem, produzam e trabalhem”. Essa leitura dos fatos feita por quem os vivenciam contribui para um entendimento genuíno da realidade. Uma realidade que não é estática, mas que se encontra em constante movimento, até mesmo em contextos de repressão.

Entender que o processo de construção do conhecimento possui sua própria racionalidade e validade, ocorrendo em diferentes contextos, é também entender que o caminho não é negar as formas tradicionais de fazer ciência, mas, entendê-la e se apropriar de ferramentas metodológicas que possam apoiar o fazer pesquisa em diálogo com quem faz parte e está implicado na realidade a ser estudada, assim há possibilidades de atender com a pesquisa demandas de diferentes atores, inclusive os que historicamente não são escutados pela pesquisa tradicional.

Assim, pensamos em “uma metodologia consequente de participação na pesquisa pelo e com o homem e mulher comum, apresentando vários princípios e regras de orientação deduzidas da experiência real do campo” (BORDA, 1981, p.59).

Como bem mostra Borda:

A potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo. Ela induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos (BORDA, 1981, p.60).

May (2004) mostra a importância de o pesquisador participar das relações sociais de determinado grupo e procurar entender uma situação através do olhar desse grupo, já que as pessoas agem e dão sentido ao seu mundo se apropriando de significados a partir do ambiente que vivencia.

Assim, os pesquisadores devem torna-se parte daquele ambiente, pois somente então podem entender as ações daqueles que ocupam e produzem as culturas, definidas como os aspectos simbólicos e aprendidos do comportamento humano, os quais incluem os costumes e a linguagem (MAY, 2004, p. 176). A possibilidade de inserção do pesquisador

naquele ambiente, mesmo que por um pequeno período, diminuiu a tendência de este impor a sua realidade diante do mundo que busca entender.

[...] os observadores podem registrar suas próprias experiências para entenderem o universo cultural que as pessoas ocupam (experiências subjetivas) e transmitir essas observações para um público maior (a partir de anotações de campo) ao explicar seus dados (estrutura teórica) (MAY, 2004, p. 180).

É importante também que o pesquisador interaja com aquela realidade, pois quanto mais ele observa mais consegue compreender a situação naquele contexto social, mas é fundamental considerar o normal como não familiar. De acordo com Ramos (2013), a observação participante possibilita abrir portas para o entendimento do problema de pesquisa:

A observação como método de coleta de dados reporta-se à nossa capacidade de registro do visto e vivido por “eles e elas”, por nós mesmos e pelas interações ocorridas. Orienta-se por nossa sensibilidade e habilidade de escuta e descrição do contexto, costumes, práticas, linguagens, diálogos, símbolos, enfim, dos modos de viver e fazer (Ramos, 2013, p.2).

Mesmo como engenheira florestal, sempre me interessou a possibilidade de trabalhar com mulheres e com as várias nuances que permeiam o seu cotidiano. Tendo um interesse especial em lidar com os trabalhos, sejam os afazeres domésticos que são invisibilizados, diluídos na rotina e nas tarefas que sempre necessitam serem feitas, ou ainda aquele trabalho definido como ocupação de mulher, como os cuidados com idosos e crianças.

Dessa forma, para o desenvolvimento dessa pesquisa, buscou-se realizar um olhar sobre o trabalho da mulher em dois agroecossistemas monitorados pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato – NAC-UFVJM, durante o projeto “Agroecologia e Resiliência às Mudanças Climáticas no Semiárido de Minas Gerais”, buscando acrescentar um olhar sobre os aspectos de gênero ao processo de monitoramento desenvolvido pelo referido projeto.

As duas famílias estudadas nesta pesquisa, são residentes na região do alto Vale do Jequitinhonha, possuem perfis diferentes, estando inseridas em contextos sociais e ambientais distintos, possuem em comum propriedades conduzidas de forma agroecológica, além de participarem ou serem acompanhadas por movimentos sociais e organizações de assessoria no campo agroecológico. As famílias³ são Barbatimão e Arara que residem na comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí no município de Diamantina-MG, e Coruja e Pacari que residem na comunidade de Gameleira no município de Veredinha-MG.

Para complementar as informações coletadas durante as visitas as famílias realizadas durante o projeto Agroecologia e Resiliência (2018 e 2019), foram realizadas

³ Para preservar a identidade das famílias participantes dessa pesquisa, neste momento as mulheres serão identificadas por nomes populares de aves e os homens por nomes populares de árvores.

outras visitas, nos dois agroecossistemas, também em 2019, oportunidade em que atividades foram realizadas com o casal de cada propriedade. Antes da retomada das visitas as organizações que acompanham as famílias foram contatadas e informadas dos processos para dar sequência ao estudo a partir das atividades do mestrado.

A pesquisa do mestrado foi submetida ao Comitê de Ética, sendo aprovada pelo processo CAAE: 19685419.0.0000.5108. E, com a retomada das visitas aos gestores dos agroecossistemas estudados foi lido conjuntamente e conversado sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE (Apêndice 2), momento em que foi explicado os objetivos e as ferramentas que usaríamos na sequência da pesquisa. Como ainda não foi possível dar um retorno sobre o texto para as famílias participantes desta pesquisa, neste momento optamos por usar nomes fictícios no texto, portanto as mulheres serão identificadas com nomes populares de aves e os homens com nomes populares de árvores.

Foram usadas as seguintes estratégias metodológicas: observação participante focando na caracterização da família (dados socioeconômicos), caracterização da propriedade/agroecossistema (a partir dos diagramas de fluxos); caracterização da rotina diária do casal (relógio 24 horas), agregada a entrevistas semiestruturadas, focando as relações nos processos de tomada de decisões, e emissão de opiniões.

Etapa 1: Produção dos Dados

A partir da observação participante e através de duas viagens a campo, ocorridas em 2019, nos meses de setembro e outubro para a comunidade de Vargem do Inhaí e dezembro para a comunidade de Gameleira, realizei a caracterização das famílias, para entender como se dá a organização do trabalho dentro da propriedade. Deste modo foi possível produzir descrições detalhadas e interpretações das situações observadas, assim como mostra Becker:

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou (BECKER, 1993, p.47).

A coleta de dados através da observação participante “busca conseguir informações, utilizando os sentidos no processo de alcançar certos aspectos da realidade, à primeira vista incompreensíveis” (SILVA e FOSSÁ, 2015, p.7), e ainda segundo as mesmas autoras:

É um instrumento de investigação, advindo da Antropologia, onde se constitui uma técnica de pesquisa fundamental. Essa técnica auxilia o pesquisador a obter e

identificar provas sobre os objetivos que os indivíduos não têm consciência, entretanto, guiam seu comportamento (SILVA e FOSSÁ, 2015, p.7).

Durante as atividades do projeto “Agroecologia e Resiliência às Mudanças Climáticas no Semiárido de Minas Gerais”, os fluxogramas construídos anteriormente foram atualizados, observando o que havia mudado e o que se mantinha na propriedade, e em minha ida a campo em 2019 efetuei uma revisita a esses.

Os diagramas de fluxo são a representação idealizada de um sistema, demonstrando seus componentes mais importantes (subsistemas), os diagramas de fluxo têm como objetivo facilitar o entendimento sobre as complexas relações estabelecidas dentro e fora do agroecossistema. Segundo Petersen et al.,:

A metodologia de modelização proposta estabelece uma padronização conceitual e simbólica para a representação dos elementos estruturais e componentes do agroecossistema, bem como dos fluxos econômicos e ecológicos que os vinculam sistemicamente. Elaborados na forma de diagramas de fluxos, os modelos têm o objetivo de facilitar a comunicação sobre o complexo de informações envolvido na organização interna do agroecossistema bem como suas relações com o exterior (suprassistemas) (PETERSEN et al., 2017, p. 110).

A utilização dessa ferramenta permitiu uma visualização da propriedade e das relações que ali existem:

A técnica de utilizar o diagrama de fluxo como uma representação de caminhos consiste em adotá-lo como um exercício de reflexão sobre o que entra e o que sai de um(a): local, sistema, instituição, organização, entre outros (FARIA e NETO, 2006, p. 44).

Ainda:

A cada elemento incorporado, realiza-se o processo de investigação desejado: “como, quando, onde, pra quê, por quê, quanto(s) etc”. [...] É possível, inclusive, mensurar algumas informações de forma numérica ou comparativa. De acordo com o debate, as perguntas-chaves vão sendo feitas também para os focos secundários que vão surgindo no decorrer da realização da técnica (FARIA e NETO, 2006, p. 44).

Nesta pesquisa analisamos os fluxogramas para entender qual a percepção do homem e da mulher acerca do trabalho desenvolvido nos subsistemas e na gestão da propriedade, para isso realizamos as entrevistas separadamente respeitando as individualidades e percepções acerca das dinâmicas que ali ocorrem. Para melhor visualizar quem desempenhava cada tarefa utilizei bonequinhos com cores diferentes, o de cor verde para as tarefas feita pela mulher e o de cor amarela para as tarefas feitas pelo homem.

Os diagramas de fluxo serviram também como um instrumento facilitador e que norteou a entrevista com os membros da família. Ao olhar separadamente para o fluxograma e com as perguntas geradoras (Apêndice 1) em mãos, o casal contou sobre a rotina da família, do trabalho executado na propriedade e sobre o processo de tomada de decisões ali.

[...] a técnica de entrevista livre, concebida como um diálogo aberto onde se estimula a livre expressão da pessoa com quem se conversa, amplia o campo do discurso que passa a incluir não só os fatos e opiniões bem delimitadas, mas também devaneios, projetos, impressões, reticências, etc (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1981, p.29).

A técnica da entrevista semiestruturada foi uma das opções escolhidas por possibilitar uma maior proximidade entre a entrevistadora e os entrevistados resultando em respostas espontâneas, além de permitir o uso de instrumentos como o fluxograma e a rotina diária que ajudaram a trazer mais informações para a conversa:

Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

Sabendo que os afazeres domésticos normalmente ocupam a maior parte do tempo das mulheres e que esse trabalho é desvalorizado e na maioria das vezes não remunerado, é necessário entender qual a dinâmica do trabalho estabelecida dentro das famílias e dos agroecossistemas. Para isso utilizei a ferramenta da “Rotina Diária”, que teve como objetivo entender quais os papéis e atividades desempenhados por homens e mulheres na rotina da casa e na do agroecossistema, possibilitando distinguir a dedicação aos trabalhos de caráter reprodutivo.

É comum perguntar a uma mulher se ela trabalha e a resposta que é dada por ela é “não”, como se o trabalho doméstico e comunitário não fosse trabalho de verdade. Nesse sentido, é necessário dar visibilidade para o conjunto de tarefas que as mulheres rurais e urbanas exercem no âmbito doméstico e comunitário. São as mulheres que cuidam dos quintais, e têm um papel fundamental na diversificação das espécies e na troca de sementes. O conhecimento sobre o uso e preparo dos remédios fitoterápicos é passado de geração a geração principalmente por elas, que também se responsabilizam pelo cultivo das plantas medicinais em suas casas (REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS, 2008, p.195).

Segundo Faria e Neto (2006) a dinâmica da rotina diária permite uma visão temporal de acontecimentos, demonstrando ciclos sociais e trazendo informações variadas de um período. Essa ferramenta permitiu ampliar o espaço de tempo investigado para além do momento em campo. Esta dinâmica foi feita de forma adaptada ao apresentado pela Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas- REDE (2008) no livro “Educação Popular em Segurança Alimentar e Nutricional: uma metodologia de formação com enfoque de gênero”.

Assim desenhamos juntos em um papel kraft um relógio contendo 24 horas e através de perguntas geradoras sobre a rotina da casa, completamos com as tarefas, os horários em que são feitas e quem as desempenha, situação em que possibilita estimar o tempo gasto com as tarefas. Esta atividade foi feita pelo casal de forma separada. Ao fim da atividade e através das repostas obtidas nos desenhos e escritas no relógio diário, juntamente com os participantes, foi possível entender como se dá a divisão de tarefas, especificando quem as realiza e o tempo gasto por tarefa, possibilitando aprofundar a compreensão sobre a realização do trabalho doméstico que ali ocorre.

Para complementar os dados colhidos anteriormente havia planejado mais uma imersão a campo, com a intenção de participar das tarefas no agroecossistema e buscar complementar o entendimento sobre a autonomia e o trabalho das mulheres. Essa imersão estava prevista para ocorrer em março e abril de 2020, porém, diante do cenário de pandemia essa imersão não foi viável. Desta forma a complementação das informações foi feita de forma remota, através de ligações telefônicas, que possibilitou contato com os dois casais quando expunha a dúvida e buscava saná-la durante a mesma ligação ou agendando um momento para retornar o contato. Foi também utilizado para esse diálogo virtual a ferramenta do *WhatsApp*, que possibilitou a troca de mensagens, apoiando esclarecimentos e agendamentos de melhor horário para as ligações telefônicas.

Etapa 2: Análise dos Dados

Para a análise dos dados optamos por associar algumas das ferramentas propostas pelo “Método de Análise Econômica-Ecológica de Agroecossistemas-LUME”, descrito por Pertersen et al (2017), com a análise de conteúdo. Dessa forma, não será feita uma análise dos resultados considerando todas as dimensões qualitativas e quantitativas propostas pelo Método Lume, assim como também não nos aportaremos às comparações longitudinal/retrospectiva do mesmo agroecossistema e transversal entre diferentes agroecossistemas, que o método possibilita.

A opção pelo diálogo com essa abordagem, tem relação com o modo com o qual o método foi pensado:

O desenvolvimento do método se fundou na necessidade de dar visibilidade a relações econômicas, ecológicas e políticas que singularizam os modos de produção e de vida da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e que têm sido historicamente ocultadas ou descaracterizadas pela teoria econômica convencional (PETERSEN et al., 2017, p. 7).

Para este trabalho estaremos nos baseando nos critérios e orientações do LUME para elaborar modelos para os agroecossistemas familiares em estudo, a partir da

sistematização de diagramas de fluxos, e para as análises dos parâmetros qualitativos relativos aos atributos sistêmicos de sustentabilidade, o foco será no atributo sistêmico equidade de gênero/protagonismo das mulheres. A impossibilidade de voltar a campo foi limitante no sentido de complementar informações que pudessem dar subsídios para uso do Método de forma mais integral. A seguir detalho as ferramentas desse método que foram utilizadas para representação e análise dos dados.

A elaboração de diagramas de fluxo facilitou o entendimento do processo de trabalho que ocorre dentro das propriedades e também acerca da percepção que cada membro tem a respeito das atividades que faz no dia a dia, desta forma elaborei o diagrama de divisão social do trabalho. “No modelo de representação da divisão social do trabalho, procura-se discernir os trabalhos realizados em quatro esferas sociais: geração de rendas agrícolas (venda, autoconsumo e trocas e doações); trabalho doméstico e de cuidados; participação social; geração de rendas não agrícolas (ou pluriatividade)” (PETERSEN et al., 2017, p. 122).

Através desse fluxograma pude acompanhar como se dá a distribuição do trabalho feito naquele agroecossistema, sendo também possível dimensionar a contribuição dada pelos membros na geração de renda. A modelização do fluxograma foi feita com auxílio do programa livre DIA® (*Dia Diagram Editor* versão 0.97.2) seguindo as convenções indicadas na publicação que descreve o método LUME, referenciado anteriormente.

Outra ferramenta utilizada foram os atributos sistêmicos de sustentabilidade, sendo esses critérios usados para analisar as qualidades resultantes das estratégias de reprodução adotada pela família na gestão da propriedade. Os atributos sistêmicos indicados pelo Método são: autonomia, responsividade, integração social do Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema (NSGA), equidade de gênero/protagonismo das mulheres e, protagonismo da juventude. Neste trabalho optei por analisar apenas os atributos relacionados à equidade de gênero/protagonismo das mulheres, pois, para incluir os demais atributos haveria necessidade de complementar o levantamento de campo.

O método Lume indica atribuir um único escore aos parâmetros relacionados aos atributos sistêmicos em análise por agroecossistema, buscando chegar a uma única valoração coletiva por atributo. Se houver discrepância entre os avaliadores o Método propõe fomentar o diálogo e debate com objetivo de alcançar um consenso por parâmetro avaliado. Como para esta pesquisa foi considerado apenas o atributo referente a equidade de gênero/protagonismo das mulheres, a opção foi manter o escore dos dois avaliadores (homem e mulher membros do NSGA). A proposta é explicitar a discrepância na atribuição das pontuações emitidas por eles,

o que possibilita refletir o diferente entendimento sobre cada parâmetro, e seus respectivos critérios, a partir do olhar do homem e da mulher pertencentes ao mesmo núcleo familiar, nesse caso o NSGA.

Para cada atributo avaliado o método Lume prevê gerar um índice, o conjunto dos índices gerados possibilita indicar o grau de sustentabilidade do agroecossistema. O índice gerado varia de 0 (zero) à 1 (um), quanto mais próximo de um maior as condições de autonomia e sustentabilidade do agroecossistema. Como nesta pesquisa não está em foco a análise do conjunto do agroecossistema, os dois índices gerados a partir do olhar dos dois avaliadores para o mesmo atributo em estudo, possibilita explicitar o grau de discrepância entre o casal. Assim se ambos gerarem um índice com valores próximos de um, entende-se que há pouca discrepância entre os olhares dos avaliadores.

Os focos de análise aqui propostos contribuem para projetar luzes sobre relações sociais de gênero no âmbito dos NSGA, retirando da invisibilidade práticas de opressão contra as mulheres frequentemente desconsideradas em análises convencionais da economia da agricultura familiar (PETERSEN et al., 2017, p. 151). Os parâmetros usados na análise de equidade de gênero/protagonismo das mulheres são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 1 - Parâmetros e critérios para a análise de equidade de gênero/protagonismo das mulheres

Parâmetros	Crítérios
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (adultos)	Nível de simetria na divisão das tarefas domésticas e de cuidados entre homens e mulheres adultas no NSGA. Divisões mais simétricas são indicadores de maior equidade nas relações de gênero no âmbito do NSGA.
Divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados (jovens)	Nível de simetria na divisão das tarefas domésticas e de cuidados entre homens e mulheres jovens no NSGA. Divisões mais simétricas são indicadores de maior equidade nas relações de gênero no âmbito do NSGA.
Participação nas decisões de gestão do agroecossistema	Nível de simetria entre homens e mulheres no processo decisório relacionado às estratégias de estruturação e de manejo do agroecossistema, bem como sobre as atividades de comercialização.
Participação em espaços sócios- organizativos	Grau de equidade na participação de homens e mulheres em organizações (formais e informais), redes e movimentos sociais.
Apropriação da riqueza gerada no agroecossistema	Grau de equidade entre homens e mulheres na apropriação e no poder de decisão sobre a destinação da renda gerada pelo trabalho do NSGA no agroecossistema.
Acesso a políticas públicas	Equidade entre homens e mulheres no acesso autônomo e/ou no poder de decisão sobre o uso dos recursos redistribuídos por meio das políticas públicas.

Fonte: Reprodução de PETERSEN et al., 2017.

A avaliação destes parâmetros se deu pela distribuição de pontuação que vai de zero a cinco, seguindo os critérios acima descritos. A distribuição dos pontos foi feita pelo casal o que permite gerar um gráfico mostrando as diferentes percepções acerca das questões apresentadas. Transcrevo abaixo a tabela organizada por PETERSEN et al., onde está indicado o que representa cada pontuação.

Tabela 2- Pontuação para avaliação dos parâmetros

Escore	Significado
1	Muito baixo
2	Baixo
3	Médio
4	Alto
5	Muito alto

Fonte: Reprodução de PETERSEN et al., 2017.

A Associação Agricultura Familiar e Agroecologia- AS-PTA criou planilhas para que as informações do método fossem tabuladas, estas são automáticas e geram indicadores como gráficos, tabelas, linha do tempo entre outros.

Após a atribuição dos escores, estes foram lançados na planilha “Avaliação regressiva de atributos sistêmicos sem jovens no NSGA” desenvolvida pela AS-PTA⁴, para realizar as análises parciais desses dados e produzir índices agregados que representam a avaliação qualitativa dos atributos sistêmicos e do conjunto da propriedade. “Esses índices agregados (parciais e global) variam em uma escala de zero a um, representando analogamente as crescentes qualidades positivas atribuídas aos diferentes focos de avaliação do agroecossistema” (PETERSEN et al., 2017, p. 157).

A partir disso a planilha gerou um gráfico do tipo radar, que mostra a avaliação do atributo em questão, tendo como base a pontuação de zero a cinco, como informada anteriormente. A avaliação qualitativa do agroecossistema no gráfico se dá através dos índices agregados e sua relação com os atributos sistêmicos em uma escala que vai de zero a um. Estes parâmetros e o gráfico me permitiram ter uma visão melhor acerca de como se constrói a tomada de decisão na família além de obter outras informações sobre o trabalho feito pelo NSGA.

A estimativa das horas trabalhadas foi feita com base nas entrevistas e na dinâmica do “relógio diário”, para calcular qual a quantidade de tempo gasto na realização de

⁴ “A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil” (AS-PTA, 2010). As planilhas utilizadas bem como outros materiais usados no método podem ser encontradas no site da AS-PTA- no seguinte endereço eletrônico <http://aspta.org.br/2015/05/25/metodo/>

tarefas foram criadas algumas categorias, sendo elas: serviço de casa, serviço da roça, descanso, higiene pessoal, e alimentação. Como existem algumas atividades realizadas apenas por um deles, foi preciso criar categorias específicas e que abarquem a realidade da família, estas foram: exercício físico, galinhas e gado. O tempo gasto na realização das atividades foi somado, e por fim gerou-se um gráfico que descrevia o tempo gasto para a realização destas tarefas durante um dia.

O exercício acima descrito é uma estimativa das horas trabalhadas já que geralmente as famílias não contabilizam o tempo gasto na execução de suas tarefas.

A discriminação dos totais de horas trabalhadas por esfera de trabalho costuma ser um exercício desafiante e exigente na medida em que os(as) agricultores(as) não costumam contabilizar o tempo que despendem em cada atividade. Além disso, atividades relacionadas a diferentes esferas de trabalho (ou a diferentes subsistemas) costumam ser executadas em um mesmo período de tempo, tornando difícil a identificação precisa dos tempos alocados individualmente a cada uma (PETERSEN et al., 2017, p.175-176).

Na análise dos dados qualitativos obtidos através da observação em campo e das entrevistas, também foi utilizada a análise de conteúdo, com base em Bardin (1977). Pois, a análise de conteúdo permite uma compreensão melhor acerca dos dados obtidos e também um entendimento acerca dos contextos sociais, econômicos e culturais nos quais os sujeitos da pesquisa estão inseridos, o “conteúdo de uma comunicação, a fala humana é tão rica que permite infinitas extrapolações e valiosas interpretações” (FRANCO, 2018, p. 29).

Desta forma análise de conteúdo apoiou na sistematização das entrevistas realizadas, focando nas seguintes categorias: trabalhos feitos por ela, trabalhos feitos por ele e autonomia, e que ajudaram a exemplificar situações sobre a divisão social do trabalho e os limites da autonomia das mulheres, indicadas pelos modelos de funcionamento do agroecossistema a partir do olhar sobre as relações de gênero e o trabalho das mulheres. Ao final, uma tabela síntese apresenta as principais observações dos discursos de ambas famílias relacionadas a essas categorias.

A seguir serão apresentados os resultados obtidos através dessa pesquisa.

CAPÍTULO 3: Onde estamos: uma breve contextualização das áreas estudadas

“[...] As formas de violência são vistas como normais, e as mulheres são vítimas de assédio sexual, em casa trabalho ou rua, a mulher é exposta nua na revista e no jornal [...]” (José Rogaciano de Oliveira).

3.1 O Vale do Jequitinhonha

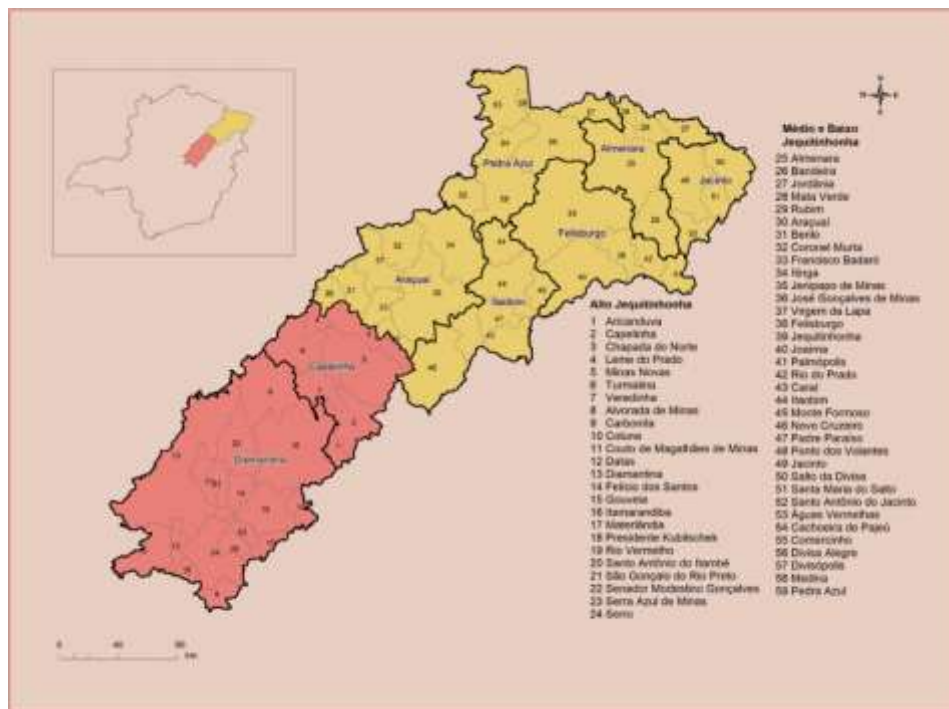
O Vale do Jequitinhonha está situado no Nordeste de Minas Gerais, possuindo atualmente 80 municípios, “a região apresenta destacada diversidade social, cultural, econômica e ambiental (campos rupestres, cerrados, caatinga e mata atlântica)” (MONTEIRO e FÁVERO, 2014, p.7). Esse Vale “começou a ser povoado desde o alto rio, no início do século XVIII, a partir da exploração do ouro de aluvião. Os colonos fundaram vilas ao longo dos rios, de acordo com a ocorrência de minério” (RIBEIRO e GALIZONI, 2006, p.1).

É comum a repartição simbólica do Vale do Jequitinhonha em três regiões, alto, médio e baixo, isso se deve as variadas ocupações presentes por aqui e a configuração geográfica da paisagem com altitudes que variam da montanha ao nível do mar, se considerarmos a extensão do Rio que abrange o Estado de Minas Gerais e a porção que está na Bahia. No alto Jequitinhonha encontramos os Campos Rupestres e em alguns lugares manchas de Mata Atlântica, com os maiores volumes de precipitação, “essa característica climática associada às características geológicas atribuiu à região um alto potencial hídrico, tornando-a a maior responsável pelos afluentes que dão origem e perenizam o Rio Jequitinhonha” (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, p.8). A porção média do Vale é caracterizada por feições do bioma Caatinga. Aqui temos uma das maiores concentrações de moradores da zona rural, que através do aprendizado vindo com a convivência com a escassez de água moldou as melhores formas e saídas a fim de garantir sua sobrevivência. Esta região foi afetada com a construção da hidrelétrica de Irapé, que segundo Fávero e Monteiro (2014) desalojou de uma única vez 1.300 famílias camponesas. O baixo Vale apresenta vegetação de Mata Atlântica com faixas de Caatinga, sua população também é de maioria rural, a porção da bacia do Rio que está fora do Estado de Minas Gerais é caracterizada pela vegetação de Mata Atlântica até a foz do Rio, no município de Belmonte/Bahia.

Por toda a extensão do Rio Jequitinhonha há o componente dos conflitos socioambientais, caracterizados por perspectivas que são conflitantes em relação os povos originários e tradicionais que habitam a região, trata-se de conflitos relacionadas aos grandes

empreendimentos de mineração, cultivos e criações em monoculturas relacionados ao eucalipto e pecuária extensiva, hidrelétricas e unidades de conservação. Apesar disso a resistência se faz presente nos movimentos sociais existentes e que alimentam o desejo do acesso à terra e justiça socioambiental.

Figura 1- Localização do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais



Fonte: Reprodução do Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha – Fundação João Pinheiro.

Autores como Almeida et al. (2017) e Calixto et al. (2009), entre outros, mostram que os povos que habitam a porção mais elevada dessa região utilizam os ambientes das chapadas como locais tradicionalmente de uso comum, esse é lugar de solta de gado e extrativismo, estes locais em sua maioria dispunham de baixa fertilidade, mas apresentavam uma grande diversidade, complementando a renda e as dinâmicas estabelecidas na grota. As grotas são os locais perto dos cursos de água, onde estão às casas e roças, esses dispunham de terra fértil para a produção que é destinada ao consumo familiar ou ainda para a comercialização nas feiras locais. E assim esses dois ambientes se complementam dando aos moradores os recursos necessários para sua sobrevivência durante o ano. Essa dinâmica tem se alterado ao longo do tempo, em função dos conflitos indicados anteriormente, como se pode constatar:

Até 1970 essas comunidades rurais partilhavam as terras de grotas para uso privativo de cada família e usavam em comum as chapadas para coleta de frutas – pequi, jatobá, mangaba e jacas -, para “solta” dos animais que se criavam “alongados” por léguas e para coleta das plantas medicinais, ornamentais, lenha e madeira para usos especializados, como cinza para decoada, cangas de bois e peças para engenhos. Por

conta desta coleta difusa, o domínio das terras de chapadas era impreciso, regulado por direitos frágeis e compartilhados, que dificilmente eram compreendidos na noção de “propriedade” que se exercia de forma plena apenas nos terrenos férteis das grotas. A chapada era de ninguém e de todos, uma terra “coletiva, costumeira e indivisa”. As comunidades rurais regulavam o uso dos recursos naturais disponíveis e foi justamente a gestão comunitária que os conservou até 1970 (CALIXTO et al., 2009, p. 524).

Segundo Calixto et al., (2009) para o Estado essa terra “sem dono” era considerada como grandes vazios e sem uso, assim precisavam ser destinadas para algum fim, sua privatização foi incentivada e estas foram cedidas principalmente para empresas reflorestadoras e hidrelétricas.

O Estado foi um dos grandes incentivadores para o estabelecimento de plantios de eucaliptos na região, durante a década de 1970 o governo militar considerava a siderurgia como um setor importante devido à grande demanda de aço movida pela crescente indústria do país. “Por isso, os eucaliptais foram apoiados com incentivos fiscais que concediam às pessoas físicas e jurídicas descontos de até 50% no imposto de renda para aplicação em projetos próprios ou de terceiros” (CALIXTO et al., 2009, p. 523), assim foi criado o “Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha”.

O fato de essa região passar a ser, sobretudo após década de 1960, conhecida como vale da miséria, ganhou maior ênfase no período da ditadura civil-militar, que teve início no ano de 1964 e durou até 1984, a qual, por meio de políticas de cunho liberal, abriu a economia do país, para o capital estrangeiro, e projetos desenvolvimentistas – apoiados por empresas do capital internacional- passaram a compor o rol de políticas prioritárias em território brasileiro (SULZBACHER e ANJOS, 2018, p. 3).

Segundo Almeida et al. (2017), vale destacar que, além da intenção do Estado, a microrregião do alto Jequitinhonha contava com a marcante presença da Igreja Católica Conservadora, representada pelo poderoso Arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud:

Dom Sigaud foi um dos pioneiros idealizadores do reflorestamento como uma alternativa para a superação da propalada pobreza regional, criando em 1972 a empresa Refloralje – Reflorestadora do Alto Jequitinhonha. Para o Arcebispo de Diamantina, a criação da Reflorestadora seria a oportunidade para abrir uma ampla frente de trabalho e a forma mais prática para transformar, significativamente, o perfil de uma região (ALMEIDA et al., 2017).

Embora dom Sigaud não tenha ocupado qualquer cargo eletivo, se tornou um dos mais importantes políticos do período pela capacidade de negociação e acesso a políticos importantes. Nos embates políticos em que esteve envolvido como o enfrentamento ao socialismo, legitimando o governo militar, propondo projetos de desenvolvimento social nos dar a dimensão do poder político que dom Sigaud exerceu no Vale do Jequitinhonha (MARTINS e PEREIRA, 2018, p.866).

Como evidenciado por Calixto et al., (2009), as chapadas que outrora eram usadas pelos agricultores, agora eram apenas um grande e silencioso deserto verde. Com o

reflorestamento houve uma grande perda de diversidade de flora e fauna, interferência na dinâmica hídrica da região causando muitas vezes até o secamento de nascentes, expropriação daqueles que utilizavam a área, além de uma grande pressão nas regiões de grota, já que agora todas as atividades da família foram concentradas nesse espaço.

Reis (2017) mostra um pouco do impacto causado por esse processo:

O modelo de modernização empreendido pelos governos militares foi responsável pela expropriação do campesinato da região, o que se efetivou por meio de leis que garantiam a livre atuação das classes dominantes naqueles territórios. A destruição e a fraudulenta compra das terras dos camponeses, que seriam destinadas depois às grandes produtoras de eucalipto, a expropriação para a posterior construção de grandes usinas hidrelétricas e os empreendimentos mineradores, os empurrou para a busca de sobrevivência fora dali (REIS, 2017, p.87-88).

Além dos prejuízos ambientais com a mecanização de muitas etapas do ciclo produtivo do carvão, o número de pessoas empregadas é relativamente baixo. Na crença de que com esses incentivos à região deixaria o famigerado status de vale da pobreza e da miséria, o Estado e muitas pessoas acreditaram nas promessas de geração de renda e emprego pelas reflorestadoras, assim todo esse prejuízo causado era aceitável.

Atualmente o mercado que se apresenta como motivador econômico é o da exploração de lítio, este “é uma matéria-prima importante para a produção de baterias para carros elétricos, celulares e tablets, entre outros aparelhos. A maior reserva de lítio do Brasil foi descoberta recentemente no Vale do Jequitinhonha” (MME, 2009). De acordo com Lage (2019) a Mineradora Sigma busca o licenciamento para a exploração na Área de Preservação Ambiental da Chapada do Lagoão, com a promessa de empregos para Araçuaí e Itira, localizados na porção mediana do Vale. A exploração desse minério além de causar danos ambientais, traz problemas de saúde para moradores que vivem no local. A Chapada do Lagoão é considerada como importante reservatório de água da região, além de ser um local bastante procurado para o extrativismo, fornecendo frutos e remédios para a população.

A partir da lógica posta e pensada para o Vale do Jequitinhonha, o povo que ali vive ficou sujeito a uma série de negação de direitos, e aqui “ocorreram/ocorrem intensos processos de expropriação territorial de povos e comunidades tradicionais camponesas em função do histórico de ocupação e, mais recentemente, pelo modelo de desenvolvimento capitalista impulsionado/viabilizado pelo Estado brasileiro” (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, p. 13). E ainda como mostra Sulzbacher e Anjos (2018),

O Vale do Jequitinhonha é uma dessas áreas, repletas de conflitos históricos, marcados pela cor esverdeada do deserto de eucaliptais, marrom pela mineração que destrói o meio ambiente e vermelho pelo sangue de muitos inocentes que perderam a vida, lutando pelo direito a terra, pelo direito de permanecer no seu lugar de origem, lugar este que do “dia para a noite”, tornou-se propriedade privada, diante de um

poder público que tem sido moroso diante da situação dos homens e mulheres do campo (SULZBACHER e ANJOS, 2018, p. 9).

Apesar de todas as dificuldades o povo que aqui vive, é resiliente e sabe resistir, principalmente comunidades com perfis camponeses, indígenas e quilombolas, que a cada dia aprendem a enfrentar os conflitos, convivendo com as adversidades que aparecem pelo caminho, mas, também, dando exemplos de como viver respeitando as origens e ambientes da região:

O olhar além das estatísticas oficiais, atento às pessoas e à região, revela como os agricultores familiares enfrentam os desafios resultantes dos fracassos das políticas de desenvolvimento nos últimos cinquenta anos. O que se observa é a presença de uma agricultura camponesa de forte base comunitária, que usa e maneja recursos em diferentes unidades da paisagem, com ampla gama de conhecimentos tradicionais associados, com sistemas produtivos de natureza agroextrativista complexos e diversificados, que pratica a comercialização nas feiras livres e mercados locais, e oferta produtos processados em indústria doméstica familiar, associativa e cooperativa. Chama atenção ainda as densas redes comunitárias de solidariedade, que permitem troca e circulação de produtos entre as famílias e enfrentamento dos períodos de crise e seca. (CORDEIRO et al., 2014, p.10).

E essa grande diversidade de povos, que estão aqui presentes desenham e escrevem sua história apesar das adversidades que estão postas.

O processo de ocupação territorial do Vale do Jequitinhonha associou histórica e geograficamente, o agente colonizador (baseado no extrativismo mineral dos garimpos, ou da implantação de grandes fazendas) e os demais sujeitos envolvidos com o serviço braçal, sendo que muitos desses se dispersaram pelos cantões, grotas e veredas. Assim, aqui e acolá, as populações originais foram tentando sobreviver e resistir ao projeto e agente colonizador. Mas, também, aqui e acolá, as populações originais ganharam novos conteúdos e formas, somando-se a elas outros tipos sociais. Assim, o vale foi compondo e contrapondo, de etnias originárias como os povos Maxacalis, Aranã, Mocurin, Krenak, Pataxó, e de outros sujeitos como os vaqueiros, agregados, meeiros, lavradores, tropeiros, feirantes, mineiros, garimpeiros, canoeiros, dentre outros (SULZBACHER e ANJOS, 2018, p. 4-5).

A seguir veremos um pouco da história do grupo e das comunidades que compõe essa pesquisa.

3.2 Primeira parada: Comunidade Vargem do Inhaí

A comunidade quilombola Vargem do Inhaí está localizada a 85 km de distância de Diamantina-MG. A cidade teve seu início (século XVII) na busca por ouro, com a “fracassada da mineração nas terras do vale do Jequitinhonha, o grupo rumou para oeste orientado pelo pico de Itambé até a confluência de dois rios: Pururuca e o rio Grande acampando (1691) nas margens de um riacho a que denominaram Tijuco e do qual originou o arraial do mesmo nome, mais tarde cidade de Diamantina” (IBGE). Por aqui foi encontrada uma grande quantidade de diamantes o que atraiu os olhares para o local.

A elevação do arraial do Tijuco a categoria de vila, com o nome de Diamantina, ocorrido em 1831, à criação da cidade do mesmo nome, passados sete anos, foram, dentre outros, fatos que contribuíram decisivamente para o progresso da região (IBGE).

O território da comunidade de Vargem do Inhaí situa-se na margem esquerda do Rio Jequitinhonha, compreendendo em sua área porções de terras inundáveis (aluviões do leito maior do Rio Jequitinhonha), sendo comum os moradores da região se referir ao lugar como “Vargens” (SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO DE DIAMANTINA, 2012, p. 6).

Sendo composta atualmente por 28 famílias, a comunidade de Vargem do Inhaí se auto identifica como remanescente de quilombo, sendo esses “grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana– que se auto definem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias” (INCRA). Em 2011 a comunidade também foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (sob o processo administrativo nº 01420.005421/2011-18).

A comunidade é constituída atualmente, por 28 famílias oriundas de afrodescendentes escravizados que, segundo os moradores mais antigos, fugiram das áreas de garimpo de diamante localizadas mais próximas à Diamantina ou de lá se deslocaram após a decadência da extração de diamantes (SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO DE DIAMANTINA, 2012, p. 6).

Hoje se organizam através da Associação Quilombola de Vargem do Inhaí e na Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX).

Além de ser remanescente de quilombo, a comunidade também é considerada tradicional pela atividade de coleta de flores sempre vivas, segundo a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais-CIMOS (2015) são consideradas comunidades tradicionais:

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Respeitam também o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como

assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações. São povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se auto reconheçam como portadores de identidades e direitos próprios (CIMOS, 2015, p.10).

A comunidade está localizada na Serra do Espinhaço, considerada como uma área prioritária para a conservação pelas estratégias e políticas do Estado de MG, assim:

A porção meridional da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, foi classificada como área prioritária para a conservação da biodiversidade, processo que contou com a participação de gestores ambientais públicos, técnicos de organizações não governamentais ambientalistas e cientistas. Posteriormente, o Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais (ZEE/MG) também considerou essa área como prioritária para a conservação da flora no estado. A região tornou-se, assim, foco de políticas ambientais, sobretudo a criação de UCs (MONTEIRO e FÁVERO, 2011, p.35).

A região contou com a criação de cinco parques estaduais e um parque nacional. A criação de algumas dessas unidades de conservação impactou de várias formas a vida dos povos que vivem nessa região. Tradicionalmente os povos utilizavam as áreas de uso comum para a solta de gado, coleta e extrativismo de plantas medicinais, frutos do cerrado e outros alimentos, lenha, flores para o artesanato, entre outros usos, com as novas proibições impostas boa parte dessas atividades tiveram de ser abandonadas ou reduzidas, afetando diretamente as dinâmicas tradicionalmente estabelecidas.

Antes da criação dos parques, as famílias permaneciam na serra durante longas jornadas, na época da seca, especialmente para a apanha, ou coleta de flores sempre-vivas, e para o manejo do gado rústico e de animais de carga nos campos. Eles costumavam arrancar, ou seja, dormir em ranchos, construídos em geral com matérias-primas que lá encontram com facilidade, como madeira e folha de palmáceas. Também era comum dormirem nas lapas (grutas nas formações rochosas), utilizando colchões feitos com capins nativos da serra. Algumas lapas, inclusive, recebem os nomes das famílias que tradicionalmente ali se estabeleciam para a apanha das flores, atividade que podia recrutar todos os membros de uma mesma família. Costumavam levar parte do alimento e complementar com o que lá encontravam. Esses momentos oportunizavam encontros, festas e enlaces entre famílias de diversas comunidades (MONTEIRO e FÁVERO, 2011, p.35-36).

O território da comunidade Vargem do Inhaí está inserido na zona de amortecimento do Parque Nacional das Sempre Vivas, criado em 13 de dezembro de 2002 (Decreto Presidencial s/n), que conta com uma área total de aproximadamente cento e vinte e quatro mil hectares, abrangendo os municípios de Olhos d'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina.

A comunidade tradicionalmente realizava a apanha de flores sempre viva “plantas cujas principais espécies comercializadas pertencem aos gêneros *Comanthera* e

Syngonanthus” (MONTEIRO e FÁVERO, 2011, p.35). Estas plantas são endêmicas do cerrado, abaixo temos exemplos da grande variedade de sempre vivas existentes:

Figura 2- Algumas variedades de Sempre-Vivas



Fonte: Souza (2018).

Além das flores realizavam a coleta de cipós, folhas, sementes, botões e frutos secos, que são destinados para o artesanato, e também alimentos, remédios, fibras e óleos usados no dia a dia das famílias.

O comércio dessas plantas representava importante fonte de renda para as comunidades que as coletava. Com o cercamento dos principais campos de coleta a atividade sofreu sérios impactos. Hoje a comunidade e a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX) lutam para que haja a recategorização da unidade de conservação, na tentativa de assegurar a continuidade dessas atividades tradicionais e das condições de vida das comunidades.

No início do ano de 2020, os apanhadores receberam a certificação do Programa de reconhecimento de Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (Sipam), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura- FAO. O Sipam tem em seu escopo o reconhecimento de patrimônios agrícolas desenvolvidos por povos e comunidades tradicionais em diversas partes do mundo. Esses são sistemas que atravessaram adversidades ao longo da história e, mesmo assim, foram capazes de manter suas tradições culturais, diversidade agrícola e cumprir uma função ecológica (FAO, 2018). “São sistemas agrícolas ancestrais que constituem a base para inovações e tecnologias agrícolas contemporâneas e futuras. Sua diversidade cultural, ecológica e agrícola ainda é evidente em muitas partes do mundo, mantida como sistemas únicos de agricultura” (FAO, 2020). As

comunidades que obtiveram os sistemas reconhecidos foram: Lavras, Pé-de-Serra, Macacos e as Comunidades Quilombolas de Raiz, Mata dos Crioulos e Vargem do Inhaí.

Além das comunidades do Jequitinhonha, também integram o Sipam na América Latina o corredor Cuzco-Puno, no Peru, o arquipélago de Chiloé, no Chile, e o sistema de Chinampa, no México. Em todo planeta, há apenas 59 patrimônios agrícolas com este reconhecimento (AGÊNCIA MINAS, 2020).

3.3 A família de Arara e Barbatimão

A Arara nasceu em 1972 na grotta da Ponte Alta, um dos “bairros” da Comunidade Vargem do Inhaí, vinda de família grande é a mais velha de nove irmãos, sendo quatro homens e cinco mulheres. Sempre viveu da terra e desde os seus seis anos de idade começou a trabalhar, ajudando seu pai a plantar:

“Por que não tem idade não, quando o menino pega um tamanhinho começava a trabalhar. Se com seis anos aguentar mesmo semear a semente, você já tá trabalhando!” (ARARA, 2019).

A família cultivava milho, arroz, feijão, cana, entre outros, faziam farinha e rapadura, tiravam dali o sustento da família e comercializavam o excedente da produção na região.

Ela estudou na escola da comunidade que ficava a mais de uma hora de distância a pé da sua casa, e como não havia transporte ia e voltava andando. Coursou até o terceiro ano do ensino fundamental, mas, devido as dificuldades que tinha para aprender e também por faltar muito nas aulas, já que tinha que ajudar a sua mãe a cuidar dos seus irmãos e auxiliar o seu pai nas tarefas da roça, acabou por abandonar os estudos aos 12 anos de idade, sendo a única dos irmãos a não terminar os estudos.

Aos 14 anos, no ano 1996 mudou-se para Rabicho, grotta que ficava a 30 minutos da casa dos seus pais, foi morar junto com sua avó, já que está se encontrava sozinha. Ela conta que foi um processo difícil, já que seu pai não queria permitir sua saída de casa. Sua avó trabalhava em uma fazenda como caseira e lá Arara começou a ajudar nas atividades com a horta, com o quintal e no preparo de requeijão e farinha. Morou em Rabicho até os 21 anos, quando mudaram-se para Inhaí devido ao estado de saúde da sua avó, dois anos depois, com a morte de sua avó, retornou para a casa dos pais.

Na coleta de sempre vivas, atividade comum na comunidade, seu pai não permitia sua ida para os campos, mesmo que fosse acompanhada por alguém da família (tios, tias, primas, etc.):

“Meu pai era muito carrasco e não deixava não. [...] Só que meu pai não confiava em ninguém não, meu tio chamava para ir, mas meu pai não deixava não” (ARARA, 2019).

Arara conta como era bom o tempo em que viveu com sua avó, da fartura dos peixes, das águas e da chuva, e conta que mesmo na dificuldade até a comida era melhor.

Barbatimão nasceu em Vargem do Inhaí, em 1972, sua mãe biológica, que era nova e não tinha condições de criar os filhos, entregou as duas crianças que tinha para adoção, Barbatimão que tinha dois anos na época, foi criado por um casal que vivia também na

comunidade e não possuía filhos. Barbatimão ficou aproximadamente 16 anos sem ter contato com sua mãe biológica, pois ela se mudou para Brasília. Através de uma tia que possuía contato com sua mãe, eles se reencontraram novamente quando ele tinha 19 anos de idade e, desde então, não perderam mais contato. Sua mãe sempre vinha visitar o filho em Vargem do Inhaí, em 2019 foi a primeira vez que Barbatimão viajou para Brasília e também conheceu os quatro irmãos que moram por lá.

Ele também estudou na escola da comunidade, cursando até a quarta série do ensino fundamental, concluindo os estudos com 11 anos de idade.

Arara e Barbatimão são primos e sempre conviveram juntos, começaram a namorar quando ela tinha 17 anos, época em que morava com sua avó em Rabicho. Aos 23 anos engravidou do seu primeiro filho, Angico, que nasceu em 1996 (estando hoje com 24 anos), nessa época morava com seus pais em Vargem do Inhaí. Inicialmente ela não pretendia se casar, pois tinha vontade de sair da roça e ir para Belo Horizonte, gostaria de fazer como as primas e ir tentar melhorar de vida, tinha recebido proposta para trabalhar como doméstica, mas, devido à pressão das duas famílias, ficou na roça e se casou dois anos após o nascimento do primeiro filho.

Após se casarem, em 1997, mudaram para a propriedade em que vivem hoje, doada pela mãe de criação de Barbatimão, e ali nasceu o segundo filho do casal, Bálsamo, em 1998 (estando hoje com 22 anos). Durante um tempo Barbatimão acabou por se dividir entre a sua casa e a casa da sua mãe, que fica no distrito de Inhaí, já que trabalhava na sua propriedade durante o dia e ia fazer companhia à sua mãe durante a noite em Inhaí, pois ela não gostava que nenhuma outra pessoa cuidasse dela. Desta forma, tanto o trabalho na lavoura quanto o cuidado com as crianças ficavam concentrados nas mãos de Arara, já que havia dia que o marido não conseguia retornar para a casa. No ano 2000 nasceu o terceiro filho do casal, Ipê, que completou 20 anos.

Desde cedo o casal levava os filhos para a lavoura, eles eram colocados no chão forrado debaixo de uma sombra, as duas crianças mais novas eram cuidadas pelo irmão mais velho. Na hora do almoço a família retornava para casa onde Arara fazia a refeição e alimentava a todos, desta forma esperavam o tempo refrescar para então retornarem as atividades com as crianças. Essa rotina era repetida tanto nos momentos em que Barbatimão estava na propriedade e também quando ele precisava se ausentar por algum motivo. Arara contava com o auxílio do seu irmão, Cedro, que morou com ela durante um tempo, houve também momentos em que as crianças ficavam na casa aos cuidados do tio. Aos nove anos

de idade o filho Angico foi morar com sua avó materna, que também reside na comunidade de Vargem do Inhaí, e com quem vive até hoje.

A área plantada pela família inicialmente era menor, já que Barbatimão plantava de meia em uma propriedade que fica a aproximadamente 40 minutos de distância de sua casa. Tendo dificuldades em conciliar as atividades (o trato das duas áreas, o cuidado com a mãe e viagens feitas até a cidade quando precisavam de algo), em 2005 optou por concentrar esforços apenas em sua propriedade. Assim, seu antigo parceiro ofereceu sementes arroz para o Barbatimão, foi quando ele conseguiu resgatar algumas variedades de arroz que já não estavam mais disponíveis na comunidade.

A família conduz o seu agroecossistema de forma tradicional, manejando as áreas que serão utilizadas com a técnica conhecida como “roça de toco”, e suas atividades não ficam restritas apenas na área da propriedade, a família faz o extrativismo de alimentos, remédios, madeiras usadas em construções, lenhas, e postes para cercas, e Barbatimão é o único da família que realizava a coleta de sempre-vivas. O gado é solto em uma área de uso comum, e fica lá de janeiro a maio, quando realizam a vacinação dos animais. O gado serve como uma fonte de reserva financeira, já que quando necessário vendem algumas cabeças. O casal armazena as sementes que serão utilizadas nos plantios, garantindo que essas sejam crioulas e desta forma também preservam a variabilidade genética. Possuem em sua propriedade uma pequena casa de sementes que foi construída pelo próprio Barbatimão a partir de materiais disponíveis na propriedade e seguindo técnicas tradicionais de construção.

Quando o Barbatimão se ausenta da propriedade, a esposa e os dois filhos assumem todas as tarefas, ficando a cargo da Arara coordena-las:

“Quando chove, aí que ele é chamado mesmo! É aí que sobra um servicinho para o Bâlsamo e Ipê capinar. [...] Se eu não for [para a roça] eles não vão, se eu ficar aqui sentadinha três dias, três dias eles ficam assim comigo. Só bater manga que eles batem sozinhos. Eu ajudava quando eles estavam pequenos, mas agora é deles” (ARARA, 2019).

A renda em espécie da família é proveniente do Bolsa família que recebem, esporadicamente Barbatimão realiza alguns trabalhos para outras pessoas, ele é um dos conhecedores no plantio com matraca, hoje na comunidade existem apenas três pessoas que ainda sabem realizar o plantio dessa forma. Os filhos já tentaram plantar com a matraca, mas consideram que é difícil, já que é preciso ter compasso no andar para evitar que haja falhas e sobreposição das plantas. Quando executa trabalhos para fora Barbatimão recebe como pagamento em média R\$50,00 reais por dia, independente da tarefa que realiza.

As vezes a Arara realiza trabalho para fora, geralmente na etapa de torrar a farinha, já que hoje na comunidade nem todos sabem torrar. Segundo Arara quando utilizado o forno de barro é preciso atenção na hora de rodar a farinha, pois senão ela ficará cheia de terra não servindo mais para o consumo. Como pagamento pela realização da tarefa ela recebe em média R\$ 35,00 reais, já um homem quando realiza essa mesma tarefa ganha em média R\$ 50,00 reais.

A comunidade foi uma das beneficiárias das ações desenvolvidas pelo Projeto Caminhando Juntos- Procaj, entidade parceira do Fundo Cristão, e a família teve todas as crianças apadrinhadas. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais- EMATER desenvolveu alguns projetos na comunidade, como o de horta comunitária e, desde 2018 a EMATER, através de uma de suas técnicas, acompanha o grupo de bordado formado por mulheres e jovens da comunidade, no qual Arara participa desde o início. O grupo já contou com a participação de cerca de 23 mulheres de idades diferentes, que se reúnem pelo menos uma vez na semana para bordar. O bordado é também uma das distrações de Arara em casa, e ela sempre reserva um tempo para ficar entre linhas e agulhas.

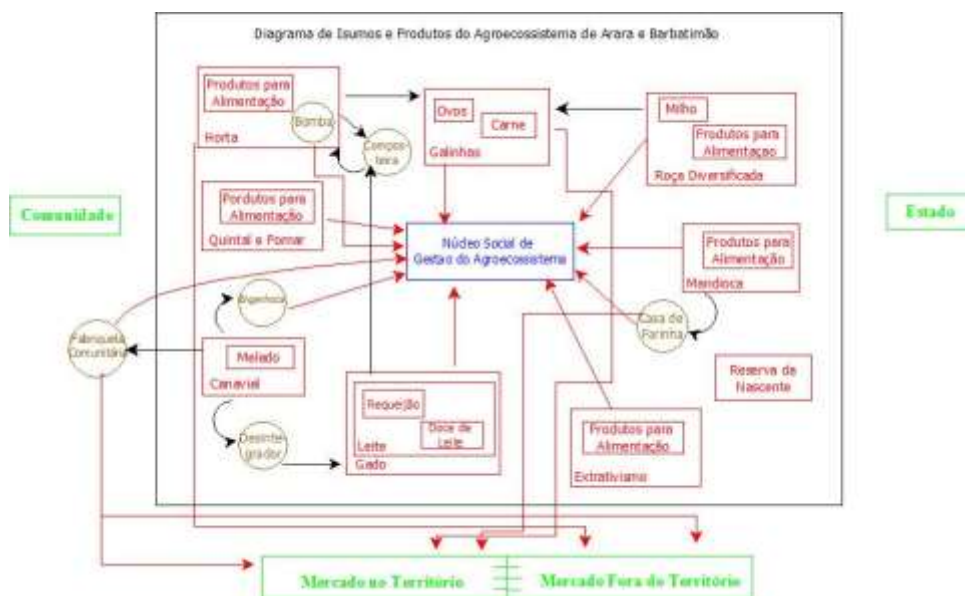
O casal também faz parte da Associação Comunitária participando das reuniões e ações da mesma, são parceiros nas atividades dos projetos desenvolvidos pelo Núcleo de estudos em Agroecologia e Campesinato- NAC/UFVJM. Já Barbatimão participa de reuniões e viagens da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas-CODECEX desde 2010. Arara prefere auxiliar em atividades dentro da comunidade pois conta que não gosta de viajar para outros lugares.

3.4 A rotina no agroecossistema de Arara e Barbatimão

Para melhor compreensão dos resultados da pesquisa, esta parte será dividida em quatro blocos: trabalhos feitos no subsistema, participação social e renda, trabalho doméstico e de cuidados do núcleo social de gestão do agroecossistema e atributos sistêmicos de sustentabilidade-gênero.

A seguir apresento a modelização dos subsistemas definidos pela família devido a sua importância para o entendimento do conjunto do agroecossistema, bem como a descrição de algumas das tarefas que são feitas neles.

Figura 3-Diagrama de insumos e produtos do agroecossistema de Arara e Barbatimão



Fonte: Organização da autora, 2020, tendo como referência as orientações do LUME.

Os subsistemas foram definidos pela família devido a sua importância dentro do agroecossistema, e dentro deles são feitas tarefas como:

Subsistema 1- Horta: molhar as plantas, fazer canteiros, mudas, plantar, capinar, esterocar os canteiros;

Subsistema 2- Criação de Galinha: alimentar, limpar o galinheiro (atividade feita a cada 15 dias aproximadamente), apanhar os ovos;

Subsistema 3- Quintal e Pomar: limpar, podar, capinar, plantar novas espécies;

Subsistema 4- Roça Diversificada: limpar a área, fazer covas, plantar, colher, capinar;

Subsistema 5- Mandioca: plantar, arrancar, capinar, eliminar plantas doentes;

Subsistema 6- Canavial: plantar, cortar, capinar, eliminar plantas doentes;

Subsistema 7- Mata: área de reserva ambiental, vão até lá para monitorar se alguém está cortando alguma árvore, eventualmente fazem aceiros para evitar que a área seja atingida por fogo;

Subsistema 8- Criação de Gado: fazer ração, alimentar os animais, tratar algum machucado;

Subsistema 9- Extrativismo: coleta de frutos, sementes, lenhas, madeira, postes, plantas e ervas que são usadas para o consumo da família e no trato dos animais, a ida até o local ocorre quando precisam de algo.

NSGA (Núcleo social de gestão do agroecossistema): realizar a limpeza da casa, preparo das refeições, lavar roupas.

O casal conta que costuma realizar as tarefas juntos e com o auxílio dos seus filhos, mas existem tarefas que apenas um deles realiza.

É da horta (subsistema1) que vem os legumes e verduras utilizados no consumo da família, retiram do local produtos como alho, cebola, brócolis, beterraba, cenoura, almeirão roxo, mostarda, tomate, couve, rabanete, rúcula, alface, entre outros. Fazem horta entre os meses de março a outubro. O trabalho realizado ali não é feito junto por toda a família, em determinadas etapas do processo apenas uma pessoa fica responsável pela tarefa.

De manhã antes do sol nascer uma pessoa fica encarregada de ir até a horta para aguar as plantas, na busca de evitar que queimem com o sereno e nessa ida já se aproveita para tirar algum mato que esteja crescendo nos canteiros. O processo de fazer canteiro também é realizado apenas por uma pessoa, e apenas na época de colocar esterco é que todos vão trabalhar na horta.

A família já realizou a venda dos produtos da horta para o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, e obtiveram um bom lucro. Devido à falta de transporte e a inviabilidade de se pagar por um, a família não consegue participar de feiras na região, apesar de terem interesse e acharem que com isso poderiam aumentar sua renda.

Seria interessante viabilizar que essa produção chegasse a outras pessoas, pois, “no final, a venda de produtos agroecológicos contribui para elevar o grau de segurança alimentar e nutricional de um público mais amplo que procura e adquire tais produtos” (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA, 2020, p.70).

Na criação de galinhas (subsistema 2) é o filho Ipê quem fica como responsável pela alimentação e cuidados com os animais, porém, é a Arara quem realiza a atividade de limpeza do galinheiro já que o filho não gosta desta tarefa.

“Se tiver com muito estrume lá, tem que tirar toda semana, se a horta estiver ativa eu joga [o estrume] na composteira e depois joga na horta. Ele [Ipê] é nojento, ele não pisa, quando chove e faz um petetê eu que tenho que limpar” (ARARA, 2019).

Este fato nos mostra como a responsabilidade por tarefas que envolvem a limpeza continuam ficando em mãos femininas, mesmo que outras pessoas trabalhem no local. Mesmo contribuindo ativamente para o funcionamento desse subsistema, Arara considera que o trabalho realizado ali é todo feito pelo filho, o que indica a invisibilização do trabalho doméstico feito pelas mulheres, que muitas vezes nem é visto como trabalho.

Na época em que estão com horta as galinhas ficam presas no galinheiro, que fica localizado perto da casa, nesse período Ipê as alimenta com a ração que faz, ou ainda com milho, já quando elas estão soltas pastam pelo mato, comem frutas e de três em três dias jogam milho para elas.

Quando as galinhas adoecem costumam tratar com remédios naturais preparados pelo casal, fazem também simpatias para prevenir de possíveis doenças que possam acometer aos animais. A família consome os ovos e as galinhas desse subsistema.

As atividades da área do quintal e pomar (subsistema 3) podem ser divididas da seguinte forma, o cuidado com o quintal (área em torno da casa) fica sob a responsabilidade de Arara, que recebe às vezes a contribuição dos filhos para a realização das tarefas.

“No quintal aqui quando tem que cortar as coisas eu mesma corto, se precisar capinar e arrancar eu mesma faço. [...] Sou eu que faço tudo aqui” (ARARA, 2019).

O quintal é uma das áreas consideradas como local de trabalho feminino, devido sua proximidade com a casa, e aqui nessa família vemos que a mulher é quem se responsabiliza por todas as etapas de manutenção do local.

Já com a área do pomar Barbatimão e Bálsamo ficam responsáveis por capinar, e atividades como a poda e plantio de novas mudas são divididas entre a família. É dessa área também que a família retira produtos que vão para a sua alimentação como: banana, pitanga, laranja, inhame, ameixa, manga, abacate e jaboticaba, por exemplo.

A roça diversificada (subsistema 4) é onde a família planta feijão, arroz, abacaxi abóbora, batata, milho, melancia, andu entre outras culturas. O trabalho nessa área é geralmente feito por toda a família, pois fica difícil a realização das tarefas por apenas uma pessoa. É comum que um membro fique em casa para preparar o almoço:

“Lá são os quatro também. É, porque é difícil um capinar sozinho. Fica um na cozinha e três lá, quando não é eu, Ipê e Barbatimão, aí divide quem quiser ficar na cozinha fica, costuma eu ir com os dois e deixar Barbatimão na cozinha, é dividido. É ruim que vou deixar os dois [filhos] dentro de casa (ARARA, 2019)”.

Quando não fica ninguém em casa que vai se encarregar pelo preparo das refeições (almoço e jantar), cabe a Arara cuidar do preparo quando ela chega das tarefas da roça. Esse relato de Arara demonstra o peso histórico da divisão sexual do trabalho em que as atividades domésticas são lidas como de responsabilidade feminina, mesmo que ela tenha ido desempenhar as tarefas da roça, ainda deve se encarregar do preparo das refeições, mesmo que esteja cansada e os outros membros da família não estejam realizando outras atividades.

As atividades na área da roça diversificada consomem bastante tempo de Arara que as vezes não consegue realizar as tarefas domésticas, fazendo com que essas tarefas tenham que ser realizadas durante o fim de semana, que segundo ela, é quando consegue se dedicar para realizar arrumação da casa com mais cuidado e capricho. Aqui podemos observar o resultado do acúmulo de tarefas, por não conseguir realizar todas as atividades durante a semana, ainda temos atividades que serão feitas no tempo que poderia ser usado para o seu descanso e/ou lazer.

Na comunidade acredita-se que para plantar o abacaxi, a cova deve ser aberta com apenas uma enxadada na terra, pois o número de enxadadas será o tempo gasto para o abacaxi ficar no ponto para a colheita, assim na comunidade preferem que os homens façam o plantio. Na propriedade Barbatimão realiza o plantio quando feito em “terra dura” e Arara e os filhos o ajudam quando plantam em solos mais arenosos.

Arara e Ipê participam do grupo de bordados da comunidade, esse é formado por mulheres e jovens, os encontros ocorrem nas terças feira, de 15 em 15 dias, em uma sala da comunidade. Este é o único dia em que ela não vai para a roça, geralmente fica em casa para terminar os seus bordados e poder levar para o grupo. Nos outros dias em que não se encontram para bordar Arara gosta de bordar após o almoço, mas isso só ocorre se os filhos já terminaram as tarefas de casa, caso contrário ela irá se dedicar a esses trabalhos deixando o bordado para quando sobrar tempo.

“Agora como eu estou bordando mudou um pouquinho a rotina pra mim, na terça feira eu não vou mais na roça não, já fico aqui mesmo. Tem um bordado que eu não terminei e vou terminar ele na parte da manhã para mim levar, ai é onde minha amiga fala comigo “você só borda na terça pra você vim cá pra mostrar seu bordado”” (ARARA, 2019).

A família considera que Arara possui maior domínio do processo de produção, até da área onde realizam a plantação de mandioca (subsistema 5), durante a entrevista ela contou que conhece mais sobre os tipos de cana e de mandioca em relação ao marido. No ano de 2019 contavam com 27 variedades de mandiocas.

“É quem cuida mais da mandioca é Arara, ela entende desde plantar, arrancar” (BARBATIMÃO, 2019).

“Sou mais eu né, a mandioca é minha parte. [...] Eu mandei ele arrancar a mandioca ali e ele arrancou mandioca brava, arrancou tudo” (ARARA, 2019).

Ela é quem cuida da diversificação durante o plantio da mandioca. A família costuma ir junto para a roça, mas é ela quem se certifica de serem usadas as melhores plantas:

“Para plantar as manaivas⁵ aí vai os quatro, porque adianta mais. Um vai picar a manaiva outro vai covar, outro vai semear e o outro vai tampando as covas atrás. Eu gosto de ficar mais é para picar porque eu gosto de escolher as ramas que são melhores, que são boas. Eles falam que eu gosto de pegar o serviço mais leve, porque eu vou picando as manaivas, mas se eu deixá-los lá sozinhos vão plantar só um tipo de manaiva. Aí eu vou escolhendo, planto duas de uma qualidade e vou escolhendo” (ARARA, 2019).

Aqui é possível fazer relação com a ideia apresentada por Paulilo (1987), sobre a existência de uma hierarquização e divisão do trabalho que considera as atividades feitas por mulheres como leve, enquanto que quando feitas por homens são consideradas como uma tarefa pesada.

Para a produção de farinha e goma, quase toda a família participa, o Bálamo geralmente não auxilia no preparo, pois não gosta dessa atividade. Esta tarefa é feita pelo menos uma vez ao mês, o processo é feito de forma manual e ocorre na casa de farinha da propriedade. Na época em que estão sem mandioca costumam fazer farinha no sistema de meia com outros moradores. A farinha que produzem é para consumo próprio, trocas, doações e quando vendem o preço praticado é de R\$10,00 reais o prato.

Arara as vezes é chamada para torrar farinha para outras pessoas da comunidade. Ela conta que é preciso experiência para torrar em forno de barro, pois se não souber virar a farinha vai ficar com terra. Ela começa torrar às 6h:30min da manhã e vai até quase às 19:00 horas, quando está nessa tarefa os filhos preparam e levam o almoço até ela, como pagamento ela costuma receber entre R\$35,00 à R\$40,00 reais por dia.

No canavial (subsistema 6) quando é época de plantar a família vai junto, e aqui Arara também é responsável pela diversificação do plantio:

“Eu vou escolher as canas, porque eles têm um modo de plantar só uma cana se deixar. Eu vou lá, tiro de uma, tiro de outra, aí eles me respondem cana é uma só! Eu digo não, tem que segurar as dos nossos antepassados, se a gente deixar essa cultura acabar onde que a gente vai buscar?” (ARARA, 2019).

Retiram deste local a cana para fazer rapadura e melado que vão ser usados em casa, e também alimentam o gado com a mistura de cana e capim. Fazem rapadura de março a setembro, mas se houver necessidade a produção se estende por mais tempo. Comercializam a rapadura pura por R\$10,00 reais e a rapadura temperada é vendida por R\$18,00 reais, esta

⁵ Manaiva é um dos termos populares usados para descrever plantas do gênero *Manihot sp.*

pode ser temperada com amendoim, coroa de frade, mamão entre outros. Não comercializam o melado, doam para outras pessoas da comunidade quando solicitado. Em 2019 a família contava com 12 exemplares de cana na propriedade, que podem representar 12 variedades dessa planta.

Barbatimão é o responsável por cuidar da fabriqueta comunitária que é gerida pela associação, assim quando alguém quer fazer rapadura lá, ele fica encarregado de moer a cana e no fim é pago por esse trabalho, sendo o pagamento feito com rapadura.

A mata (subsistema 7) é um local de reserva, retiram dali apenas alguns remédios, a família vai regularmente até a área para ver se alguém entrou e cortou árvores para pegar a madeira.

“Eu vou lá olhar porque quando a gente não olha alguém pode ir lá cortar, fazer alguma coisa, entendeu? [...] Às vezes corta uma árvore que não pode. Eles falam assim “Ah uma árvore não dá problema”, mas dá sim. É porque as árvores, é assim, cada uma é de uma espécie né, e tem umas que são poucas, e se cortar as que são poucas? É anos e anos pra recuperar” (BARBATIMÃO, 2019).

Nesse local existe uma nascente que abastece a família, para evitar que o fogo atinja o local fazem aceiros, em 2019 quem assumiu essa frente foi Ipê.

O trato com gado (subsistema 8) era feito pelo casal quando os filhos eram pequenos, mas hoje é feito pelo Barbatimão como auxílio dos seus filhos. Arara só assume essa tarefa quando o marido não se encontra na propriedade:

“No gado é ele e os rapazes, quando os meninos eram pequenos eu ajudava ele. Agora que os meninos cresceram é os rapazes e ele, essa parte não tô mexendo mais não. Agora não precisa mais” (ARARA, 2019).

As tarefas com o gado são consideradas como atividades masculinas, aqui podemos ver que quando existe a presença feminina na sua realização essa é considerada como uma ajuda, até pela própria mulher que a realiza.

Uma das tarefas que os filhos fazem sozinhos quando Barbatimão não está presente, é roçar o pasto (bater manga). Esse processo é feito quando o pasto já está formado e o mato grande, utiliza-se a foice para cortar o mato assim o capim vai crescer e sair para que a criação possa comer.

O gado é solto na área comum entre os meses de janeiro a maio, e nessa época é preciso ir periodicamente até lá para ver como estão. Quando os animais se encontram na área comum, o local do curral é usado para o plantio de roça. No mês de maio quando é realizada a vacinação dos animais, estes ficam presos na área perto da casa, a partir desse período começam a fazer ração para alimentá-los.

A pessoa que fica responsável por fazer a ração deve levantar mais cedo e preparar a mistura de cana e capim, que logo depois é distribuída nos cochos pela manhã e ao fim tarde. A ração que não é comida e que sobra nos cochos é levada para a composteira e, posteriormente, para a horta.

O gado é criado pela família como reserva financeira, vendem apenas no caso de precisarem do dinheiro. A decisão de quando vender é tomada em família, porém Arara relata que não gosta muito de vender e que por ela isso só seria feito em caso de necessidade, por exemplo, quando algum membro da família está doente. A família utiliza o leite das vacas para consumo e também para fazer requeijão e doce de leite.

A área do extrativismo (subsistema 9) é o local onde a família coleta produtos que complementam a sua alimentação como pequi, mangaba, rufão, cagaita, panã, gabioba, jatobá, araçá, samambaia, araticum, coroa de frade para fazer doce, quiabo da lapa entre outros, dali também sai a madeira que usam para construção e postes para a cercas.

Durante a entrevista Arara conta que até acompanha o marido até o local, mas não costuma “arrancar nenhuma raiz”, pois não tem muito conhecimento das variedades, porém é ela que faz e também o auxilia no preparo de alguns remédios que utilizam tanto para uso pessoal, quanto para tratar dos animais.

O trabalho doméstico (NSGA) será apresentado e detalhado mais adiante neste trabalho.

A família produz quase tudo o que consome, e processam outros produtos que compõe a sua alimentação, e pelo menos uma vez ao ano recebem doação de cesta básica do Centro de Referência de Assistência Social- Cras.

No ano de 2019 a família passou a ser beneficiada pelo programa “Tarifa Social de Energia Elétrica”, este é um programa destinado aos consumidores que se enquadram na categoria subclasse residencial baixa renda, um direito também das comunidades quilombolas reconhecidas, dessa forma a família recebe mensalmente desconto na tarifa de energia elétrica na conta de luz. A família também foi beneficiada pelo “Auxílio Emergencial”, que garante renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de covid-19, e estava recebendo R\$600,00 reais mensalmente, no momento de finalização das atividades da pesquisa com essa família.

Com as entrevistas não ficou totalmente claro como os valores monetários são divididos e decididos, entre as demandas do agroecossistema, do casal e as necessidades pessoais.

No ano de 2020, juntamente com outras três famílias da comunidade voltaram a entregar alguns dos produtos que produzem para o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, uma vez ao mês o caminhão da Prefeitura de Diamantina se dirige até a comunidade para recolher os alimentos das quatro famílias.

O dinheiro que circula mensalmente na família é proveniente do programa social Bolsa Família, no qual Arara está inscrita como beneficiária, recebendo o valor de R\$132,00 reais. Este dinheiro é usado para compras de itens pessoais como roupas, calçados, itens de higiene pessoal e remédios para a família, no pagamento de contas e também para compra de itens para complementar a alimentação da família, como sal, óleo, macarrão, carne, por exemplo.

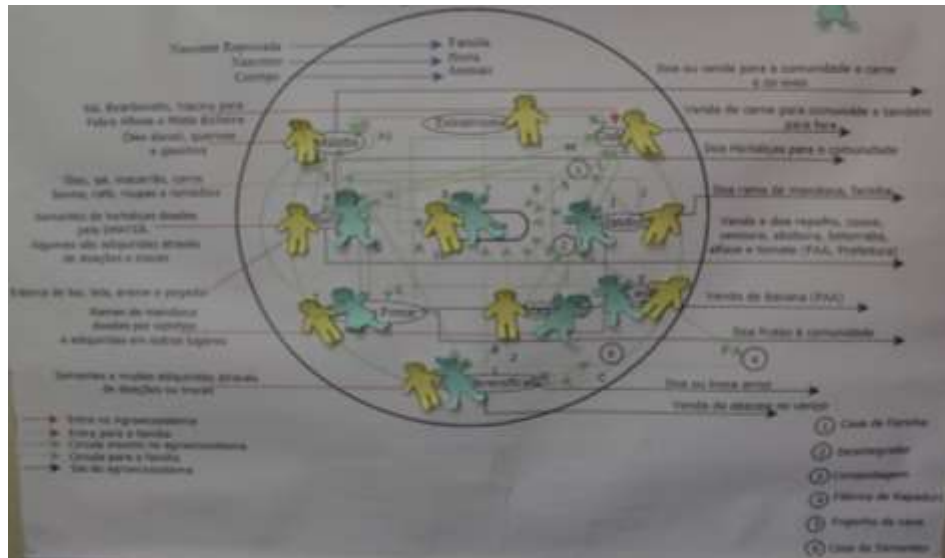
Quando solicitado, Barbatimão presta serviço para outras pessoas da comunidade, assim que as chuvas começam, ele logo vai trabalhar no plantio com matraca. Ele é chamado para outras atividades que utilizam a foice e a enxada, como pagamento ele recebe R\$50,00 reais por dia trabalhado. Já Arara é chamada para torrar farinha no forno de barro e costuma receber entre R\$35,00 a R\$40,00 reais por dia trabalhado, ela relata que costuma ser chamada esporadicamente.

Para os trabalhos realizados em outras propriedades da comunidade, o mínimo recebido por um homem é de R\$50,00 reais enquanto que mulheres quando realizam algum trabalho para fora recebem R\$35,00 reais, corroborando com o que mostra a literatura, as mulheres recebem menos que os homens mesmo que estejam realizando as mesmas tarefas.

Todos da casa participam da Associação Comunitária, e Barbatimão participa também de reuniões e ações organizadas pela Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas- CODECEX, e quando possível leva Ipê como acompanhante. Quando perguntado a Arara o motivo de não se integrar a CODECEX, ela responde que não gosta de sair da propriedade e nem de viajar, pois, passa mal e além disso, precisa estar ali presente ajudando na organização do trabalho, já que os meninos ouvem mais a ela do que o pai.

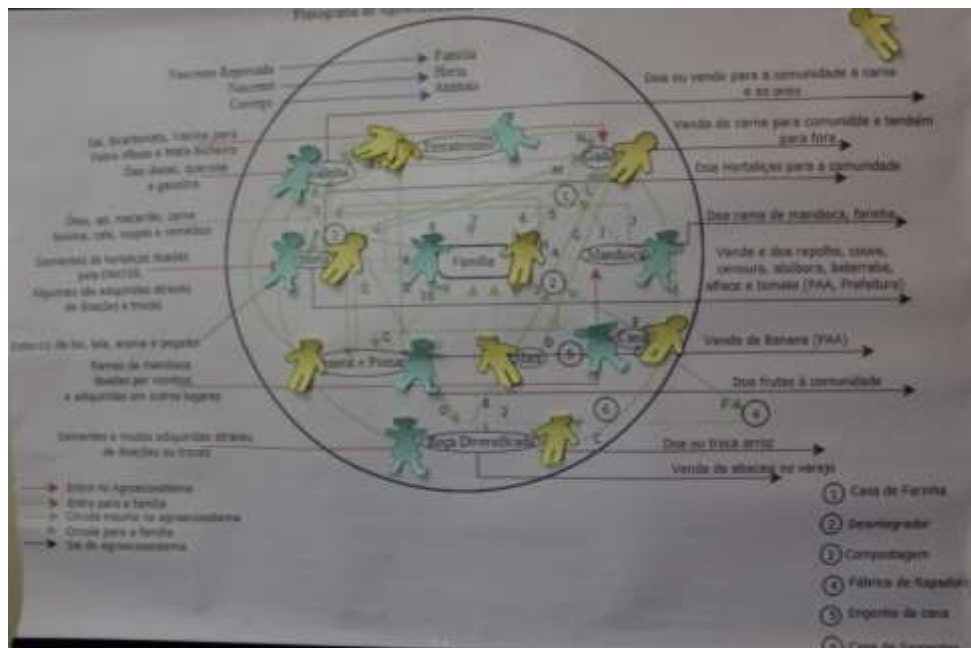
Através de entrevista semiestruturada e da observação participante apoiada pela ferramenta do diagrama de fluxo, procurei entender como a família se organiza para realizar as tarefas e tomar decisões sobre o agroecossistema. A partir das informações colhidas de cada membro do casal, foi possível construir dois diagramas que explicitam a divisão social do trabalho, a partir do ponto de vista deles sobre a organização do trabalho nos subsistemas. Nas figuras 4 e 5 estão apresentados os diagramas com as respostas do casal.

Figura 4- Fluxograma do agroecossistema com as respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Arara. Atividade realizada em setembro/2019.



Fonte: Organização da autora, 2019 a partir dos dados do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Campesinato-NAC/UFVJM.

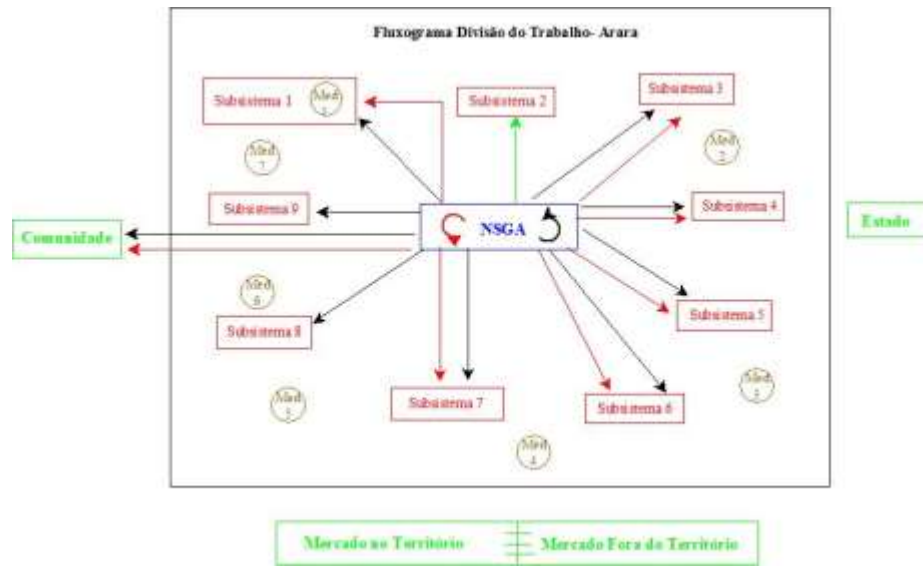
Figura 5- Fluxograma do agroecossistema com as respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Barbatimão. Atividade realizada em setembro/2019



Fonte: Organização da autora, 2019 a partir dos dados do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Campesinato-NAC/UFVJM.

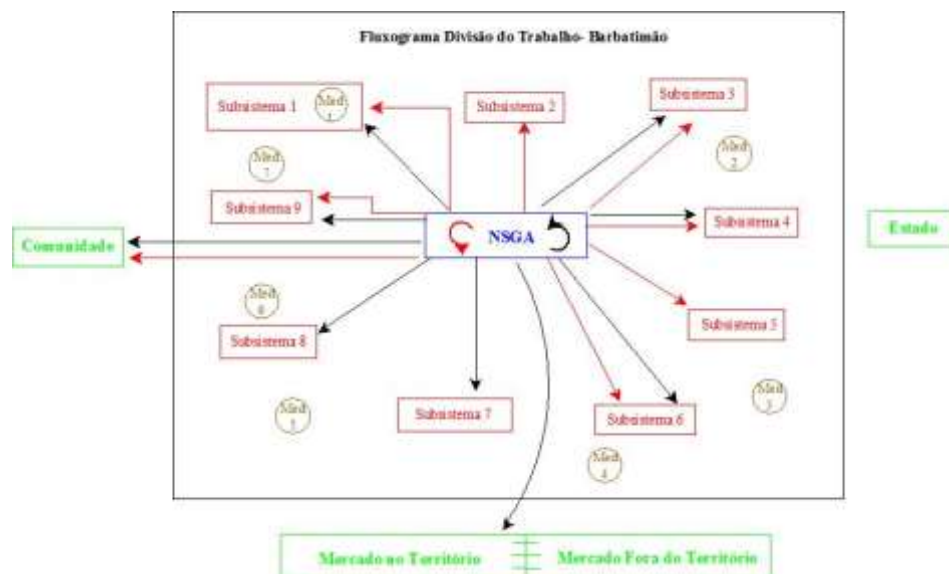
A partir das respostas obtidas foi possível modelizar o diagrama de divisão social do trabalho:

Figura 6- Modelização das respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Arara.



Fonte: Organização da autora, 2020, tendo como referência as orientações do LUME.

Figura 7-Modelização das respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Barbatimão.



Fonte: Organização da autora, 2020, tendo como referência as orientações do LUME.

O método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas propõe a divisão do trabalho em quatro esferas: a esfera de geração de renda é representada por setas que saem do núcleo social de gestão do agroecossistema em direção aos subsistemas. A esfera do trabalho doméstico e de cuidado, é representada por setas circulares no âmbito do núcleo social de gestão do agroecossistema. A esfera de participação social é representada por fluxos que saem do núcleo social de gestão do agroecossistema em direção à comunidade e ou Estado. E, por fim, a esfera de geração de rendas não agrícolas ou pluriatividade é

representada por fluxos que saem em direção aos mercados. As setas de cor preta representam o trabalho feito pelo homem, enquanto que as setas de cor vermelha representam o trabalho feito pela mulher.

Ao compararmos as figuras 4 e 5 e os fluxogramas, podemos ver que o casal apresenta visão diferente sobre o trabalho realizado em alguns subsistemas, de acordo com as respostas de Arara ela e o marido atuam juntos em seis subsistemas (mandioca, cana, mata, roça diversificada, quintal e pomar, horta) e no NSGA com os trabalhos de cuidado e doméstico. Ele atuaria sozinho apenas em dois subsistemas (gado e extrativismo), enquanto que o filho Ipê seria o principal responsável no subsistema de criação de galinhas.

Já segundo as respostas de Barbatimão o casal atua junto em cinco subsistemas (extrativismo, cana, roça diversificada, quintal e pomar, horta) e também no NSGA com os trabalhos domésticos e de cuidados. Ele atuaria sozinho em dois subsistemas (mata e gado), enquanto que a esposa atuaria sozinha em dois subsistemas (mandioca e galinhas).

Podemos observar que Arara coloca o marido como principal responsável pelas coletas feitas na área do extrativismo, mesmo ela o acompanhado e até mesmo ajudando a preparar os remédios naturais que utilizam na propriedade, ela não considera o seu trabalho feito na área. Segundo ela, o marido conhece mais do que ela sobre as espécies e preparos e, portanto, seria o principal responsável pela área.

O mesmo ocorre com a área da mandioca, segundo a visão de Barbatimão a mulher é considerada como principal responsável pelo subsistema, por conhecer mais do que ele sobre as variedades presentes na propriedade.

Com o subsistema de criação de galinhas, vemos que Arara não contabiliza o trabalho de limpeza que realiza na área, colocando apenas o filho como responsável, enquanto que Barbatimão atribui às tarefas feitas ali à mulher, desconsiderando o trabalho feito pelo filho.

Em relação a participação social ambos estão envolvidos em atividades, porém, Arara fica restrita àquelas em que não existe a necessidade de se ausentar da propriedade e da comunidade, já Barbatimão não se importa de participar em viagens e eventos fora da propriedade e comunidade. O mesmo ocorre com as atividades de comercialização que são feitas fora do agroecossistema, Barbatimão é o principal responsável. Analisando o que foi apresentado nesta sessão, fica claro o envolvimento da mulher em atividades que geram renda monetária para a família, com a comercialização de produtos.

A seguir serão apresentados os dados colhidos sobre o trabalho doméstico e de cuidados feitos no núcleo social de gestão do agroecossistema (NSGA). A família conta que costuma dividir as tarefas, porém Arara ainda é a principal responsável. O café da manhã é feito por Barbatimão, já que ele levanta antes de todos da casa.

No dia a dia Bálamo, um dos filhos do casal, costuma se responsabilizar pelo preparo parcial das refeições, ao ficar em casa ele também costuma fazer tarefas como varrer a casa e lavar a louça. Ao retornar para casa às vezes Arara tem que complementar a comida do filho, já que ele geralmente não prepara nenhuma verdura/legume, e a comida fica restrita a apenas arroz, feijão e carne quando tem (no dia a dia a família costuma consumir ovos). Este fato mostra como as mulheres se preocupam mais com a diversificação da alimentação da família, o que contribui para a segurança alimentar e nutricional do núcleo familiar.

Geralmente são as filhas que contribuem na realização das tarefas domésticas, porém, devido a constituição da família que tem apenas filhos homens, é um dos filhos que contribui nas tarefas, o que mostra uma flexibilização em relação aos padrões na divisão sexual do trabalho, pois a família faz adequações de modo a atender suas necessidades. Porém, mesmo diante dessa flexibilização, se percebe que a divisão sexual do trabalho não se modifica, pois a mulher ainda tem a maior responsabilidade pelas tarefas domésticas, que tem que ser feitas ou terminadas.

Quando o serviço na roça aumenta e há a necessidade de que os quatro se dirijam para lá, a comida será preparada por Arara no momento em que ela retornar para casa. A limpeza do fogão a lenha é feita por Arara ou Barbatimão, já a organização da cozinha após o almoço e lavagem das louças é feita por Arara.

Arara é a encarregada de lavar a roupa da família, apenas Bálamo não aceita que sua mãe lave as suas, fazendo ele mesmo esta tarefa. Durante a entrevista ela conta o motivo de não deixar que o filho mais novo (de 20 anos) lave suas roupas:

“Você via a roupa no varal, uma perna limpa a outra suja. Ele embolava a roupa, fazia um angu dela, colocava pra secar ninguém sabia se estava limpa ou suja, aí eu pegava, e a briga começava, porque ele falava que tinha lavado. Eu esperava ele sair juntava a roupa dele e ia lá e esfregava tudo de novo!” (ARARA, 2019).

Essa fala demonstra a ideia apresentada por Marcondes (2006), de que muitas vezes ao verem as atividades sendo feitas de forma incorreta, muitas mulheres preferem elas mesmas realizarem, pois, gastam menos tempo já que não será necessário refazerem a atividade. Já com as roupas de cama é ela que fica responsável por sua lavagem, além de fazer essa tarefa sozinha, geralmente a lavagem é feita uma vez por semana.

Durante a semana a limpeza da casa costuma ser feita por Arara após o retorno da roça, têm dias que ela não consegue realizar essa tarefa, “por ser um serviço que nunca acaba” e se ela fosse dedicar tempo durante a semana não conseguiria fazer as outras tarefas da propriedade. Fica explícito como o trabalho doméstico é uma atividade sem fim, que se repete dia após dia nas mesmas tarefas a serem feitas e que toma uma boa parte do tempo.

A “faxina pesada” é feita aos fins de semana, e é nesse momento que Arara vai também juntar as roupas para lavar. Ela conta que prefere fazer este serviço aos fins de semana, já que o ritmo das atividades da roça diminui, possibilitando que faça as tarefas com mais cuidado e tempo. Ela costuma realizar essa faxina sozinha, e raramente recebe ajuda dos filhos ou do marido.

“É, aí quando o fim de semana chega que eu vou juntar a roupa o que tá suja, dá uma limpeza nela, varrer ela direitinho. Tem dia da semana que se vocês chegarem aqui à casa tá daquele jeito” (ARARA, 2019).

A rotina relatada acima mostra como o tempo que deveria ser reservado para descanso funciona como uma variável de ajuste, quando não se consegue realizar todas as atividades acaba-se por usar esse tempo, e que por muitas vezes será diminuído ou mesmo nem existirá.

Com auxílio da dinâmica “rotina diária” foi possível estimar como o casal organiza o seu dia e o tempo gasto na realização de suas tarefas, essas informações estão descritas na tabela abaixo.

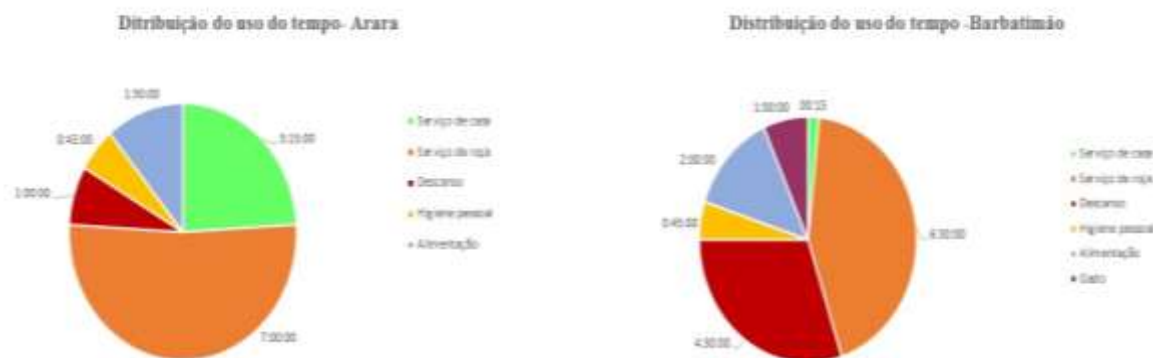
Tabela 3- Rotina diária de Arara e Barbatimão

Rotina diária Arara			Rotina diária Barbatimão		
Intervalo de tempo (horas)		Tarefa	Intervalo de tempo (horas)		Tarefa
05:30	06:00	Acorda	05:00	05:30	Acorda
06:00	06:15	Toma café da manhã	05:30	05:45	Prepara o café da manhã
06:30	10:00	Serviços da roça	05:45	06:00	Toma café da manhã
10:00	11:00	Contribui no preparo do almoço	06:00	07:00	Serviço com o gado
11:00	11:30	Almoço	07:00	09:30	Serviço da roça
11:30	13:00	Arrumar sozinha/ lavar louças	09:30	09:45	Pausa para um lanche
13:00	16:30	Serviços da roça	09:45	10:30	Serviço da roça
16:30	17:00	Volta para casa	11:00	11:30	Almoço
17:00	18:00	Descanso	11:30	13:00	Descanso
18:00	18:45	Esquentar o jantar	13:00	14:15	Serviço da roça
18:45	19:30	Jantar	14:15	14:30	Pausa para um lanche
19:30	19:45	Banho	14:30	16:30	Serviço da roça
20:00	05:00	Dormir	16:30	17:00	Volta para casa
			17:00	17:15	Banho
			17:15	18:45	Descanso
			18:45	19:30	Jantar
			19:30	21:00	Assiste televisão
			21:00	05:00	Dormir

Fonte: Organização da autora, 2020.

A partir das tabelas foram construídos dois gráficos com a distribuição de horas gastas nas categorias: serviço de casa, serviço da roça, higiene pessoal, alimentação, descanso, gado.

Figura 8- Distribuição do uso do tempo de Arara e Barbatimão com os trabalhos no agroecossistema



Fonte: Organização da autora, 2020.

Ao analisarmos os tempos descritos nos gráficos é possível ver que Arara gasta em média 3h:15min em serviços domésticos, enquanto que Barbatimão gasta apenas 00:15min, este fato demonstra que ela é a principal responsável pela manutenção da casa e que recebe contribuição dos membros de forma pontual.

Ao olharmos para esses dados fica nítido a quantidade de trabalho doméstico feito por ela, se extrapolarmos a aproximação para dias em um ano, teríamos que ela gasta aproximadamente 49 dias contra apenas 3 dias dele. E uma diferença significativa do tempo gasto com as tarefas domésticas entre eles, e que consome um tempo que se fosse melhor distribuído entre os membros da família, ela poderia usar parte desse tempo para fazer atividades de que gosta, lazer, ou até mesmo não fazer nada.

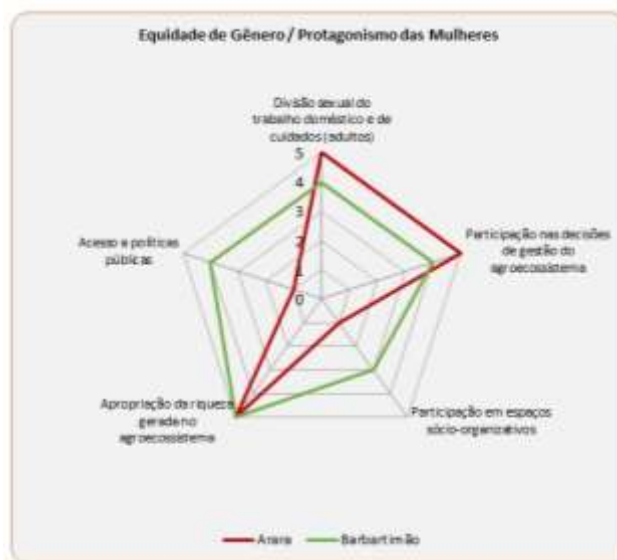
Já com o serviço feito na roça o tempo do casal é similar, Barbatimão gasta em média 6h:30min e Arara 7h:00min, o menor tempo de Barbatimão pode ser explicado pelo fato dele fazer pausas para lanche durante o dia, o que não é feito, ou não foi relatado, por Arara.

Com o tempo reservado para descanso, o casal apresentou grande diferença, Barbatimão gasta 4h:30min enquanto que Arara utiliza apenas 1h:30min. Um dos motivos para essa diferença pode ser o tempo gasto com os serviços domésticos, já que ela não descansa até que as tarefas sejam cumpridas. Esse fato pode ser visto com o bordado, por exemplo, Arara só reserva tempo para terminar seus trabalhos quando o serviço de casa já foi adiantado pelo filho, caso isso não ocorra ela irá deixar de lado o bordado para realizar as tarefas de casa.

Ambos gastam em média 00:45min com higiene pessoal enquanto que com alimentação Arara gasta em média 1h:30min enquanto que Barbatimão gasta 2h:00min. Com as tarefas do gado Barbatimão gasta 1h:00min.

Os valores atribuídos pelo casal aos atributos sistêmicos de sustentabilidade, foram tabulados e geraram o seguinte gráfico:

Figura 9- Gráfico atributos sistêmicos de sustentabilidade- gênero



Fonte: Adaptação do gráfico gerado pela tabela “Avaliação regressiva atributos sistêmicos sem jovens no NSGA- LUME”, 2020.

As avaliações no método Lume são expressas na forma de uma pontuação entre menores e maiores níveis, relativos em uma escala de 1 a 5, padronizando o 1 como muito baixo e 5 como muito alto, como detalhado na tabela 2 anteriormente.

O valor para o atributo da equidade de gênero/protagonismo segundo as notas dadas por Arara e Barbatimão foi de 0,57 e 0,67, respectivamente, mostrando uma diferença na visão do casal.

A maior diferença foi encontrada nos parâmetros referentes “Participação em espaços sócio-organizativos” e “Acesso a políticas públicas”. Há uma diferença entre dois e três pontos entre a nota do casal, ou seja, essa diferença revela um envolvimento diferenciado entre o casal nas atividades relativas a esse parâmetro. O “Acesso a políticas públicas” recebe menor nota de Arara mesmo sendo ela a titular do benefício social que recebem, o que pode indicar que não há autonomia de decisão sobre o uso dos recursos provenientes dessas políticas.

Em relação à divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados, Arara considera que o casal apresenta um nível muito alto na distribuição das tarefas domésticas enquanto que Barbatimão considera que apresentam uma divisão alta. Ao analisarmos os dados

apresentados anteriormente, vemos que a mulher é a principal responsável por esse trabalho, gastando mais tempo do que ele para a realização de tarefas domésticas.

Vale destacar que no momento de coleta dessas ponderações/valorações Arara não conseguiu responder as questões sozinha, no momento da ligação um dos seus filhos a acompanhava, e a cada pergunta feita ela consultava o filho acerca da nota que iria atribuir. Isto indica a insegurança e dificuldade de Arara expressar suas opiniões, principalmente quando perto de outros membros da família, ou mesmo uma insegurança em relação ao diálogo sozinha utilizando o aparelho celular, o que pode estar ligado às dificuldades de manusear o aparelho.

Vale destacar que durante as visitas ao grupo familiar, foi perceptível a proximidade mútua ente os membros da família, algo como um apoio mútuo entre eles. Essa situação também pode implicar na dificuldade de a mulher conseguir se expressar independente dessa cumplicidade familiar, o que não se mostrou no momento da consulta telefônica feita com o marido, que participou sozinho da conversa telefônica e emitiu sua opinião com tranquilidade e sem consultar outro membro da família.

A tabela 4 traz algumas passagens de falas do casal seguir que se relacionam com as categorias definidas na análise do discurso com foco no trabalho doméstico, destacando passagens que caracterizam como a divisão sexual do trabalho se apresenta profundamente arraigada na relação do casal, refletindo o processo histórico dessas relações impostas socialmente.

Tabela 4- Categorias análise de discurso

Categorias	Falas da Arara	Falas do Barbatimão
Trabalhos realizado por ela	<i>É, aí quando é fim de semana chega aí que eu vou juntar a roupa o que tá sujo, dá uma limpeza nela, varrer ela direitinho. Tem dia da semana que se vocês chegarem aqui à casa tá daquele jeito!</i>	<i>Aqui dentro da casa ah é os dois né, só minha roupa que é ela.</i>
	<i>No quintal aqui quando tem que cortar as coisas eu mesma corto, se precisar capinar e arrancar eu mesma faço.</i>	
	<i>Sou mais eu né, a mandioca é minha parte.</i>	
	<i>Acho que na mata é todos os quatro né. Lá a gente vai só olhar, a gente não pode tirar nada.</i>	

Trabalhos realizado por ele	<i>Lá no extrativismo mais é ele. O remédio? Até sei, eu vou lá com ele mais é ele que faz, é ele que arranca a raiz.</i>	<i>Ah o gado é de todos os 4 né? Quando nós saímos ela mexe com o gado.</i>
	<i>No gado é ele e os rapazes, quando os meninos eram pequenos era eu e ele agora que os meninos cresceram agora é os rapazes e ele, essa parte não tô mexendo mais não.</i>	<i>Nas galinhas é mais eu e o Ipê mesmo.</i>
		<i>Lá também sou eu. Na mata só sou eu.</i>
Refletem na autonomia	<i>[A decisão para a venda] aí é a família que decide. Eu não gosto de vender, por mim não vendia nenhum, só se for por doença né.</i>	<i>Nós decidimos tudo juntos se não dá problema. Porque se caso dê errado vai reclamar depois né “se tivesse falando não tinha feito isso”. Agora se deu errado fica calado né.</i>

Fonte: Organização da autora, 2020.

Diante do que foi descrito para o trabalho no agroecossistema da família é possível perceber que a divisão sexual do trabalho está presente na família, e que devido a constituição da família existe certa troca de atividades, não seguindo os padrões convencionais da divisão sexual do trabalho, pois, de acordo com a necessidade do núcleo familiar é comum que os filhos assumam parte das tarefas domésticas, e trabalhos que costumam estar vinculados a mulher.

Fica claro que o trabalho realizado por Arara contribui para a produção de produtos que geram renda para o casal, seja na roça, nas atividades com a horta e até no trabalho doméstico feito, principalmente, por ela e que possibilita que seu companheiro se dedique a outras atividades. Os filhos também são beneficiados pelo trabalho doméstico que é feito por ela já que além de assumir a responsabilidade pelas tarefas que eles não gostam de realizar, o trabalho doméstico feito por Arara possibilita que seus filhos se dediquem a outras atividades.

3.5 Segunda parada: Comunidade de Gameleira

A comunidade rural de Gameleira está localizada a 11 Km de distância do município de Veredinha no Alto Jequitinhonha em Minas Gerais. De acordo com o site do IBGE, Veredinha teve seu início da seguinte forma:

Veredinha teve seu início como ponto de tropeiros que viajavam com seus burros carregados de mercadorias para serem vendidas em outras cidades. Com o passar do tempo alguns tropeiros resolveram ficar por aqui, tomaram posse de um pedaço de terra, construíram uma vendinha coberta de piteira e iniciaram as primeiras plantações de roças. Com a chegada de novos moradores para esse pequeno povoado deram o nome de Vendinhas. Por ser vendinha a primeira construção. Em 1877 mudaram o nome para Veredinha devido às veredas existentes próximo ao lugar (IBGE).

“O município apresenta 28 comunidades rurais e a atividade econômica predominante é a agricultura, muito embora em declínio após a década de 1970, com a progressiva consolidação da silvicultura de eucalipto (também chamado de “deserto verde”) (SILVA e SULZBACHER, 2018, p. 92). Muitos agricultores e agricultoras da região comercializam os seus produtos em feiras livres, além de praticarem a troca com vizinhos e familiares em suas propriedades.

Com a instalação da monocultura na região, ocorreram alterações ambientais, sociais e econômicas que impactaram das mais diferentes formas a população que ali vivia.

No caso do município de Veredinha, a ocupação das chapadas pela monocultura de eucalipto trouxe graves impactos na dinâmica da economia e reprodução social no espaço rural. As atividades econômicas em todas as comunidades são agropecuárias, com cultivos de roças, criação de pequenos animais, a rotação de cultura e manuseio dos solos que variam dependendo da localização da comunidade. Algumas comunidades ribeirinhas cultivam nas encostas do rio Itamarandiba; outras, situadas perto das chapadas, criam animais soltos nas grotas próximas à moradia, em comunidades que enfrentam a falta de água os animais são criados presos. Por fim, caracterizam determinado modo de vida que tem por base o uso e gestão dos recursos naturais que o meio oferece. Um modo de vida que fundamenta saberes sobre o meio, hábitos alimentares e cultura, que constituem e especificam a territorialidade camponesa do alto Vale do Jequitinhonha (SILVA e SULZBACHER, 2018, p. 93).

Com a promessa da geração de emprego muitos agricultores deixaram suas atividades na roça para trabalhar junto às empresas de eucalipto. No começo das atividades houve uma grande demanda de mão de obra (para fazer o desmatamento da região, no preparo de mudas, na capina, entre outras), com a mecanização das atividades essa demanda diminuiu consideravelmente. A degradação ambiental aumentou e as comunidades sentiram os efeitos com a diminuição das águas com o secamento de várias nascentes e rios que abasteciam a região. As chapadas que outrora complementavam a renda forneciam alimentos e remédios,

agora cercadas, estão cobertas de eucalipto e impossibilitando as atividades que ali se desenvolviam, assim a migração sazonal se tornou umas das saídas mais procuradas pela população.

Na busca por alternativas e saídas agricultores organizados no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Turmalina com o apoio da Igreja católica e de ONG's que atuavam na região na época, fundou-se em 1994, uma associação da sociedade civil sem fins lucrativos, o Centro de Agricultura Alternativa Vicente de Nica⁶.

Assim “para encontrar uma “resposta” aos desafios enfrentados pela população rural, o CAV busca aliar os conhecimentos técnicos acadêmicos com o saber e a vivência dos agricultores, e conjuntamente implementam metodologias e alternativas para desenvolver de forma sustentável a agricultura familiar da região” (CAV). A organização desenvolve suas atividades com ações em:

Recuperação de solos degradados, produção agroecológica, difusão de tecnologias sociais para acesso e gestão dos recursos hídricos, geração de emprego e renda norteados por princípios associativistas e cooperativistas através da economia popular solidária e a promoção de uma maior equidade nas relações sociais de gênero (CAV).

Anteriormente chamada de Barreiro, a comunidade muda de nome com a construção de uma igreja na comunidade e devido à existência de outra de mesmo nome logo ali perto, desse modo o pequeno povoamento passa a ser nomeado como Gameleira devido à presença de muitas árvores de gameleira na região. Atualmente vivem cerca de 14 famílias ali, mas o número chega 30 se considerarmos aqueles que durante o dia desenvolvem suas atividades na roça, mas que voltam para a residência na cidade no período da noite.

Um dos principais problemas enfrentados pela comunidade é a presença do eucalipto nas chapadas, antes local de fartura com muita presença de alimentos (como pequi, panã, gravatá, etc.), plantas de uso medicinais, local para a solta do gado, de madeiras para a construção civil e para cercas, hoje se encontra tomada por um enorme deserto verde. A água que abastecia a comunidade foi também seriamente afetada, ocorrendo o secamento de aproximadamente 14 nascentes importantes para o local, como podemos ver na fala de Pacari:

“Porque a água que nascia lá no pé da chapada era a veia mais forte. A veia mais forte de água que nós tínhamos era a do pé da chapada, a reserva lá era muito grande, então era onde tinha a fonte de água maior. Ai nisso que eles quebraram

⁶Vicente de Nica foi um camponês nascido em 1932 na chamada Grota de Barreiro. Era considerado líder dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, estando à frente desses nas disputas das terras reivindicadas por grileiros da região. Em sua aproximação com os movimentos sociais da Igreja Católica se envolveu ainda mais com a militância, ampliando sua compreensão acerca da situação do campo brasileiro. Desenvolvia também atividades de preservação da natureza através do manejo do solo e proteção do meio ambiente. Tentou a vida política, mas devido a alianças partidárias não conseguiu se eleger, Vicente de Nica faleceu em 1993.

tudo e fizeram carvão daquilo, com o tempo foi minguando, minguando, ela foi a primeira a secar” (PACARI, 2019).

A complementariedade das chapadas e das grotas era fundamental tanto para a manutenção das famílias quanto para a preservação ambiental. Durante o uso das chapadas dava tempo para que o ambiente das grotas se recuperasse. O gado, por exemplo, era solto na chapada no tempo das águas, não esgotando os recursos disponíveis perto da casa.

A comunidade de Gameleira conta com a Escola Família Agrícola de Veredinha-EFAV, esta iniciou seu trabalho no ano de 2011, inicialmente no Centro de Formação e Experimentação do CAV em Turmalina-MG, no ano seguinte após a finalização da construção da sede da escola, em um terreno doado por um agricultor, se estabeleceram em Gameleira.

“Além de das salas de aula e alojamento, a escola tem biblioteca, sala de recursos audiovisuais, padaria e telecentro com acesso à internet. Espaço para a criação de animais, estufa agrícola, área de cultivos de frutas e hortaliças, e campo de futebol para práticas esportivas e de lazer” (O CANDEEIRO, 2014).

A escola oferece o ensino médio integrado ao curso de Técnico em Agropecuária com duração de 3 anos, usando da Pedagogia da Alternância, assim os estudantes alternam dias na escola e outro período de tempo em suas casas.

Nesse sentido, procura garantir uma educação de qualidade vinculada às problemáticas da sua região de atuação, valorizando os saberes, a cultura e a tradição local. É neste contexto que pode ser constatada a contribuição da escola para a população, pois o trabalho pedagógico considera a valorização de sua história, sua cultura, seu modo de vida, articulado aos saberes científicos, sistematizados historicamente (SILVA e SULZBACHER, 2018, p. 95).

O CAV apresenta uma boa atuação e relação com a comunidade desenvolvendo na região projetos como cercamento de nascentes, no qual pretendem recuperar e proteger as nascentes das propriedades para que os moradores tenham água para o uso, além de tecnologias sociais para o armazenamento e captação da água da chuva.

A comunidade está no processo de auto identificação, e reivindica as terras das chapadas que foram entregues para as empresas de reflorestamento, pretendem retomar a área e fazer desta uma reserva para que possam proteger as nascentes e rios da região.

3.6 A família de Coruja e Pacari

Coruja é nascida e criada na comunidade de Gameleira, em 1962, vinda de família grande e a segunda filha, tendo ainda mais nove irmãos, sendo quatro homens e cinco mulheres. Dos irmãos dois faleceram quando criança e outro quando tinha apenas 23 anos. Coruja estudou até o terceiro ano do ensino fundamental, porém teve que abandonar os estudos para trabalhar.

Seu pai era doente (tinha problema de coluna e diabetes) e por causa disso não conseguia trabalhar muito, a propriedade que possuíam não tinha terras muito produtivas e conseqüentemente não era possível retirar apenas dali o sustento de toda a família. Devido a isso as mulheres da casa eram responsáveis por garantir o sustento de todos, indo trabalhar fora durante toda a semana como conta Coruja:

“Toda semana chegava na casa só sábado e domingo, quando era na segunda todo mundo passava a mão na enxada. Nós éramos quatro mulheres na época, porque eram seis mulheres, mas as outras duas ainda eram pequenas. Nós éramos quatro das grandes e trabalhávamos a semana toda pra levar coisa pra dentro de casa” (CORUJA, 2019).

Elas trabalhavam na roça para pessoas da comunidade e da região em que viviam, costumavam trocar o dia de trabalho, sendo que dois dias de trabalho de uma mulher era pago como um dia de trabalho de um homem. O trabalho feito por elas sempre valia menos, apesar de serem consideradas “boas de enxada” e fazendo todo tipo de serviço, seja com machado, foice ou enxadão, houve vezes em que trabalharam as três mulheres durante um dia recebendo em troca um dia de trabalho de um homem, mesmo quando ocorriam variações elas sempre trabalhavam mais. Costumavam também ir todo o ano para a colheita de café em Chapada do norte, ficavam em média dois meses e recebiam como pagamento um pouco de café, já no tempo das águas se dirigiam para outros trabalhos e era comum receberem em troca rapadura para o consumo em casa.

Sua mãe, mesmo a contragosto, vendeu a propriedade na roça e teve que se mudar para a cidade de Veredinha junto com o seu marido, quando o estado de saúde do pai piorou. E ainda hoje ela gosta e sente falta da vida na roça, das plantações e da criação de animais.

Apesar das dificuldades que tinham, Coruja lembra como era bom banhar no córrego antes de trazer água para casa, as conversas e as contações de histórias na casa dos vizinhos.

Pacari nasceu em Córrego da Lage, no ano de 1959, local próximo à comunidade de Gameleira, nascido em família grande, conta que quando era criança o local tinha muitas famílias devido aos recursos ambientais que eram fartos, com a redução elas acabaram indo pra outros lugares em busca de melhores condições.

Vindo também de uma família grande, ele é o quarto filho, tendo ao todo sete irmãos, sendo três homens e quatro mulheres. Pacari cursou apenas o primeiro ano do ensino fundamental, tentou por diversas vezes dar continuidade, mas acabou por abandonar os estudos para trabalhar.

Das suas irmãs duas faleceram jovens, assim como seu pai que faleceu muito cedo com apenas 33 anos de idade, como ele possuía família em Curitiba acabou indo para lá em busca de tratamento, a família por aqui, demorou mais de um mês para tomar conhecimento de sua morte. Assim Pacari, com 12 anos e como um dos mais velho dos filhos, logo teve que assumir junto com sua mãe a responsabilidade pela família.

“Eu comecei a luta como pai e assim, sem ter a experiência e sem saber nem trabalhar. Porque quando meu pai morreu eu carregava era água e cachaça pra eles na roça. [...] Veio todo o peso pra riba!” (PACARI, 2019).

Nessa época muitas pessoas vieram atrás da sua mãe, querendo comprar os animais e bens que a família possuía a um preço menor, apostando que com as dificuldades a viúva não possuía capacidade pra administrar e venderia tudo. A família acabou tendo que se desfazer dos bens aos poucos para comprar alimentos.

Ele conta que trabalhou pesado nas lavouras, como plantavam apenas na época das águas e guardavam no paiol para consumir no tempo das secas, o trabalho se intensificava durante uma parte do ano. As chapadas desempenhavam um papel importante nas atividades de sua família, no tempo de menino ele se lembra de ir até esses locais para a coleta de pequi e retirada de madeira que seriam usadas na construção das cercas da propriedade familiar, seu avô mesmo possuía uma grande área de chapada, mas que foi tida como uma área devoluta e então empregada no reflorestamento.

As dificuldades eram muitas e a família passava necessidades, pois não conseguiam produzir em quantidade suficiente e o dinheiro que recebiam quando trabalhavam fora da propriedade não era o bastante. As coisas produzidas na roça não eram comercializadas, na época tinham pouco valor de venda, pois era comum à sua produção, além da grande dificuldade para levar estes produtos até a cidade.

Deste modo, logo cedo, Pacari teve que migrar para o que chama de “sertão” contando com a ajuda dos seus tios, o primeiro lugar que migrou foi para Pompéu, onde trabalhou com capina de pastos e corte de madeira, ficando ali um período de 60 dias.

Em busca de condições melhores ele e sua mãe decidiram mudar para a comunidade de Gameleira, morar em um terreno cedido por seu avô, e posteriormente essas terras foram repartidas entre toda a família.

As idas para o sertão (Goiás, Unaí, Pompéu, João Pinheiro) continuaram, neste momento sem o intermédio de nenhuma pessoa (gato)⁷ indo por conta própria o pagamento final era melhor. Passou a trabalhar em atividades como a lavoura de feijão e capinando roça de milho. A migração esteve presente na vida de Pacari dos 12 aos 24 anos.

Coruja e Pacari se conhecem desde o tempo de criança, se casaram em 1983 ela com 21 e ele com 24 anos. Após o casamento, foram morar juntos em uma parte da propriedade da família de Pacari, em Gameleira, onde estão até hoje. Nos anos 2000 compraram a parte da mãe de Pacari, aumentando a propriedade.

Mesmo depois de casado Pacari migrou algumas vezes, Coruja o acompanhou na colheita de café, ela era responsável por colher e ele carregava os sacos. Nas andanças dele pelo sertão, chegava a ficar dez dias em casa e 40 dias por lá. Coruja ficava na propriedade junto com sua sogra e as duas eram responsáveis pela colheita, pela criação de gado e por todos os outros afazeres.

Coruja que ficava na propriedade se sentia sozinha e queria uma criança para lhe fazer companhia, assim em 1989 adotou sua filha mais velha Garça com apenas 32 dias de vida (atualmente com 31 anos). Logo após a adoção Pacari resolveu que não iria mais sair da propriedade para trabalhar. Em 1994 nasceu a filha mais nova, a Ema (hoje com 26 anos).

Decididos a tirar somente da roça o seu sustento, começaram a diversificar sua produção. Antes plantavam apenas arroz, milho e mandioca, assim tiveram a ideia de começar a produzir quiabo e inhame para vender na cidade, fazendo o transporte e venda de porta em porta, na garupa da bicicleta que possuíam, faziam isso até três vezes por semana. Nessa época, como o número de feirantes na cidade era baixo conseguiam vender bem seus produtos, frequentavam também as feiras de Turmalina e Mendonça. Com o dinheiro arrecadado com as vendas, adquiriram um lote na cidade de Veredinha.

⁷ “Gatos” ou “turmeiros” são os agentes intermediários no contato entre o trabalhador e o empregador. São responsáveis por selecionar e recrutar os trabalhadores em suas comunidades de origem e levarem até o local onde serão empregados.

A falta de água passou a ser constante na vida da comunidade, a principal nascente que abastecia a comunidade de Gameleira secou, o que fez muitas famílias deixarem a comunidade, eles continuaram porque conseguiram construir uma cisterna na propriedade.

A venda de produtos na feira era fundamental para a renda da casa, o casal sempre cultivou hortas. Com os problemas de saúde dos dois, tiveram que achar alternativas. Como não conseguiam mais cuidar de uma grande área de cultivo, atualmente mantém apenas uma pequena horta para o consumo familiar, ainda frequentam a feira e comercializam o excedente da produção da propriedade. Coruja mantém uma pequena criação de pintinhos que vende na feira e pela comunidade, durante o tempo que esteve doente e não conseguia trabalhar na propriedade, aprendeu a fazer xarope de limão (usado para problemas respiratórios, gripe e resfriados) e que também é comercializado. Criam algumas cabeças de gado, das quais consomem e comercializam o leite. Coruja se aposentou e essa é hoje a principal renda do casal. Pacari entrou com os papéis necessários para a aposentadoria em outubro de 2019 e ainda aguarda resposta.

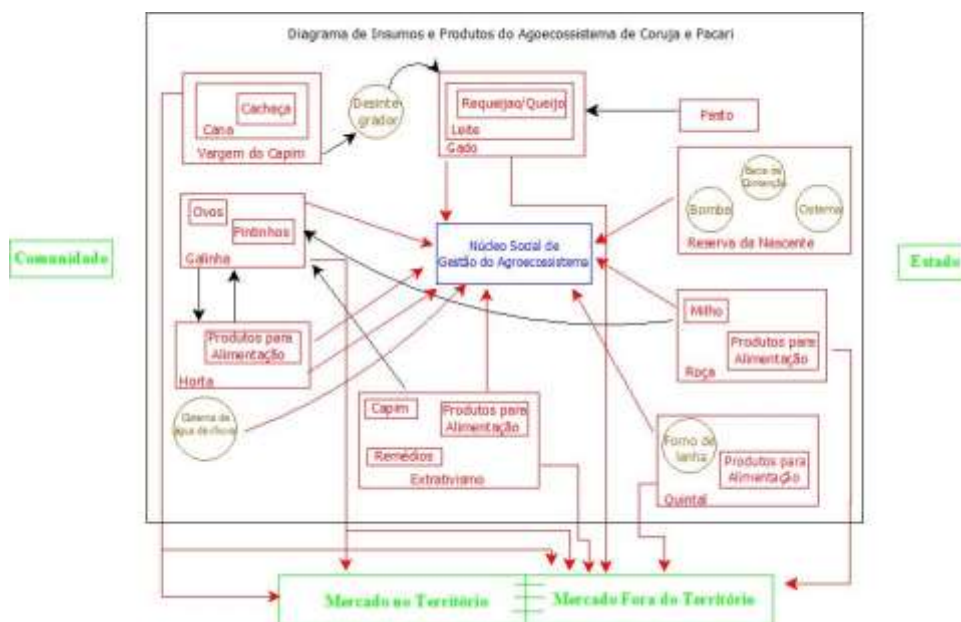
O casal é bastante atuante na comunidade, Pacari participa da Associação de Moradores da Comunidade de Gameleira, da Associação dos Feirantes, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Já Coruja faz parte do Grupo de Mulheres do CAV, faz parte da Rede da Agrobiodiversidade, é vice- secretaria da Associação de Moradores da Comunidade de Gameleira, e ambos são Monitores do Meio Ambiente do CAV e contribuem nas atividades da Igreja na comunidade.

3.7 A rotina no agroecossistema Coruja e Pacari

Para melhor compreensão dos resultados da pesquisa, esta parte será dividida em quatro blocos: trabalhos feitos no subsistema, participação social e renda, trabalho doméstico e de cuidados do núcleo social de gestão do agroecossistema e atributos sistêmicos de sustentabilidade-gênero.

A seguir apresento a modelização dos subsistemas definidos pela família devido a sua importância para o entendimento do conjunto do agroecossistema, bem como a descrição de algumas das tarefas que são feitas neles.

Figura 10-Diagrama de insumos e produtos do agroecossistema de Coruja e Pacari



Fonte: Organização da autora, 2020, tendo como referência as orientações do LUME.

Subsistema 1- Vargem do capim: fazer cercas, roçar, cortar para levar para os animais (para o gado e para fazer cama das galinhas);

Subsistema 2- Criação de Gado: alimentar (fazer ração), tirar leite, levar para o pasto, fazer cercas e piquetes;

Subsistema 3-Pasto: roçar;

Subsistema 4- Horta: fazer canteiros, fazer mudas, regar as plantas, capinar;

Subsistema 5- Galinhas: limpar, alimentar, dar remédio, colocar para chocar, pegar capim para as camas, reforma e preparo de ninhos;

Subsistema 6- Quintal: plantar, capinar, limpar, fazer mudas;

Subsistema 7- Roça: plantar, capinar, colher, fazer cova, eliminar plantas doentes;

Subsistema 8- Extrativismo: coletas de frutos, remédios, tiram óleo de árvores;

Subsistema 9- Reserva da nascente: como é uma área de preservação ambiental monitoram o local, fazem cercas;

NSGA (Núcleo social de gestão do agroecossistema): fazer as refeições, limpar a casa, lavar roupas, pegar lenha.

Apenas o casal mora na propriedade e não recebem ajuda para e realizar as tarefas do local, por estarem enfrentando problemas de saúde tiveram que buscar formas de reduzir as tarefas que realizam, assim diminuíram o número de animais, a área plantada, entre outras estratégias que possam contribuir para que tenham um menor desgaste físico.

É da área da vargem do capim (subsistema 1) que retiram o capim usado na alimentação do gado e nos ninhos das galinhas. Quando possuíam um número maior de cabeças de gado, iam até o local de carroça ou carregavam na cabeça o capim que era passado no motor, mas optaram por diminuir o número de animais e soltá-los na área. Periodicamente é preciso roçar o local com foice para retirar os pendões que crescem, ou o capim que ao ficar muito grande pode arrebentar as cercas, costumam fazer essa tarefa juntos para diminuírem o tempo gasto nessa tarefa.

Uma das atividades mais trabalhosas de se fazer é a confecção dos colchetes, que são aberturas nas cercas com controle de passagem para pessoas e animais e a sua manutenção. Pacari conta que fica a frente dessa tarefa, mas que Coruja sempre o acompanha carregando um mourão de cerca, uma ferramenta ou outro instrumento necessário.

No subsistema 1 existe uma plantação de cana que quando não é toda utilizada, é destinada para a fabricação de cachaça que, posteriormente, será vendida pela família. A produção é feita em sistema de meia com um vizinho, Coruja e Pacari cortam a cana e levam até o alambique e no fim da produção ficam com metade da quantidade de cachaça produzida.

Quando possuíam uma maior quantidade de cabeças de gado (subsistema 2), o casal realizava as tarefas do subsistema juntos, hoje que o número diminuiu as tarefas passaram a ser feita por Pacari. É ele que prepara a ração, distribui nos cochos e muda os animais de piquete, as vezes ela vai junto pegar a cana, gastam em torno de 25 minutos por viagem, e costumam fazer entre duas e três viagens, e nos dias em que vai sozinho Pacari gasta em torno de 40 minutos por viagem. No período em que tem que vacinar os animais os dois fazem essa tarefa juntos, um segura enquanto o outro vacina.

[ele não cuida] “das galinhas não, só do gado. Só do gado que ele mexe. Gado, cavalo, passar de uma manga para outra sempre é ele né, quando ele arranja sozinho, porque tem hora que tenho que ajudar ele” (CORUJA, 2019).

Desse subsistema consomem o leite e também requeijão e queijo feitos por Coruja, quando a produção é maior comercializam o excedente na feira livre de Veredinha. O gado é utilizado como reserva financeira, vendem apenas em caso de necessidade.

O pasto (subsistema 3) era uma área degradada da propriedade, no local existia um “pelador”. O casal está terminando de recuperar o local através de estratégias como: curvas de níveis, cercamento da área para evitar entrada de animais, semeando algumas variedades de capim e forrageiras, além de deixar a área descansando por dois anos. Continuam a colher as sementes do capim e semear na área para recuperar partes mais fragilizadas. Atualmente estão começando a soltar os animais nos ambientes que se encontram mais recuperados.

Aproximadamente uma vez por ano Pacari roça o pasto e quando o capim está muito alto, contrata alguém para fazer o serviço. Quando a área a ser roçada é perto de casa Pacari costuma ir sozinho, mas quando tem que trabalhar em um local mais afastado Coruja o acompanha. Regularmente também é preciso concertar as cercas do local, e mais uma vez Coruja vai junto e ajuda carregando materiais que serão utilizados no reparo.

“No pasto, assim, sempre eu que cuido mais um pouco, mas ela sempre vai mais eu nos pontos que ela pode me ajudar. No serviço de cerca sempre é mais pesado e eu que tenho que carregar um poste, tem hora que ela leva um, mas eu adianto o serviço quando dá pra adiantar, quando não dá é ela né” (PACARI, 2019)”.

Quando a horta (subsistema 4) era feita na área da vargem do capim o subsistema tinha um tamanho maior, chegavam a plantar mais de 30 canteiros cada um com 15 metros aproximadamente. Nessa época os dois faziam os canteiros, realizavam o plantio, a capina e molhavam as plantas juntos. A produção era destinada para autoconsumo, venda para o supermercado de Veredinha e, também, para a entrega no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Atualmente acabaram optando por fazer a horta nos fundos da casa, diminuíram o tamanho do local e a quantidade de variedades. Coruja foi quem incentivou que fizessem essa nova horta, pois, não queria ter que comprar os produtos na cidade, hoje ela passou a fazer as atividades sozinha, contando com o auxílio do marido apenas para molhar as plantas quando solicitado.

“É eu que mexo mais com a hortinha né, é que é assim, tem hora que não gosto que ele nem mexa na minha hortinha. Conforme a hortinha que eu faço né, é pequenininha e eu gosto de plantar as coisas, só as coisinhas pequenas e ele vai e planta até manaiva⁸ se bestar!” (CORUJA, 2019).

Desse subsistema saem verduras e legumes como: tomate, brócolis, beterraba, cenoura, cebola, couve, taioba, salsa, almeirão, pimentão, berinjela, alface entre outros, além

⁸ Manaiva é um dos termos populares usados para descrever plantas do gênero *Manihot sp.*

de plantarem no local algumas plantas medicinais que usam. Os produtos oriundos do local hoje são usados na alimentação da família e uma parte é destinada a alimentação dos frangos e pintinhos.

É da criação de galinhas (subsistema 5) que vem boa parte da renda do casal. Sempre criaram um número pequeno de animais, mas perceberam que estavam tendo muitos gastos ao comprarem esterco de outras pessoas, optaram então por aumentar o número de galinhas e construir um galinheiro onde pudessem coletar o esterco. A família consome os ovos e frangos da área.

Coruja é a principal responsável pelo subsistema, o marido auxilia nas tarefas quando solicitado por ela. A cada três meses Coruja realiza a limpeza do galinheiro onde ficam as galinhas maiores, e duas vezes por mês limpa o local dos pintinhos, é durante essa limpeza que ela junta o esterco. Pacari conta que não ajuda nessa limpeza por causa de sua bronquite já que a tarefa levanta muita poeira, ele contribui levando os sacos de esterco, o saco com o lixo, e carregando alguma madeira pesada.

Aproximadamente duas vezes por ano Coruja faz a troca dos ninhos, afim de evitar pragas, ela se dirige até a área do extrativismo para pegar capim nativo, ela prefere usar esse pois, a braquiária (*Brachiaria sp.*) acaba derretendo nos ninhos quando chove.

“Capim ele nunca me ajudou a buscar não, que aí eu vou e levo um saco, vou arrancando e colocando no saco e trago. É pouco né, não é muito, mas assim, é um saco cheio, eu arranco e trago” (CORUJA, 2019).

É ela também que administra remédios nas aves quando preciso.

Os pintinhos são vendidos na feira livre de Veredinha e também através de encomendas feitas a Pacari, os preços praticados são: o pintinho de 2-3 dias são R\$3,00 reais, de 8-10 dias R\$4,00 reais, de 15-20 dias R\$5,00 reais e de 20- 30 são R\$7,00 reais. Em um mês vendem de 80 a 100 pintinhos aproximadamente, quando sobra comercializam também ovos, sendo R\$7,00 reais a dúzia. Coruja conta que preferem comercializar os pintinhos, pois, na feira várias pessoas estão vendendo ovos sendo que o preço da dúzia as vezes chega a cair para R\$5,00, sendo assim preferível investir na venda dos pintinhos.

Mesmo sendo Coruja a responsável por todas as etapas do processo de produção e cuidado com os pintinhos, é Pacari quem recebe as encomendas via ligação.

“As galinhas sempre mais é eu [que cuidado], mas ele sempre ajuda porque o povo liga mais pra ele do que pra mim, porque tem o número dele né os homens tem o número dele” (CORUJA, 2019).

Este fato vem ao encontro com o que aponta a literatura, a etapa da venda de produtos é uma atividade tida como tipicamente masculina, e mesmo Coruja estando presente

na feira livre e até mesmo possuindo um telefone que poderia ser usado para as transações, os compradores preferem ligar e combinar a compra com o seu marido.

A família investiu em uma chocadeira com o intuito de aumentar a produção de pintinhos, porém não se adaptaram, os pintinhos estavam nascendo fracos e tinham um alto número de mortalidade. Suspeitavam que o problema estava ocorrendo durante a regulação do equipamento, porém, não conseguiram resolver a questão. Acabaram por desistir do uso e pretendiam doar o equipamento para a Escola Família Agrícola de Veredinha que fica perto da propriedade.

O quintal (subsistema 6) é a área em torno da casa, podemos encontrar espécies frutíferas, ornamentais, e dali também sai produtos como urucum, café, pimenta, maracujá, laranja, jabuticaba, abacate, limão, entre outros que são usados na alimentação. Coruja aprendeu a fazer xarope de limão na feira livre de Veredinha, com um senhor que ia regularmente até a banca da família adquirir limão. O xarope pode ser usado para problemas respiratórios, gripes e resfriados, e hoje é comercializado na feira livre de Veredinha.

A área do quintal conta com um forno a lenha que é usado na produção de biscoitos, pão de queijo, rosquinhas e bolos consumidos pela família, as quitandas são assadas geralmente a cada 15 dias ou quando as filhas estão na propriedade.

Coruja conta que é ela que gosta mais de limpar a área do quintal e se preocupa em varrer e juntar o lixo que se acumula.

“[...] muitas vezes a mulher cuida porque é mais perto da casa, mas sempre é os dois, quando pega [para fazer as atividades] é os dois porque está perto da casa a gente já vai fazendo o serviço. Sempre é assim, quando eu saio cavando, eu cavo sozinho e ela vai plantando sozinha, aí as vezes precisa adubar e eu adubo, é assim que nós fazemos” (PACARI, 2019).

Essa fala de Pacari mostra como o quintal é considerado como uma área onde as mulheres geralmente assumem as tarefas, isso pode ser explicado pela sua proximidade com a casa, assim elas conseguem realizar as atividades no local sem afetar as atividades domésticas que têm que desempenhar.

Cerca de duas vezes ao ano é preciso capinar a área para evitar que o mato fique grande, fazem também o enriquecimento da área plantando novas espécies. Todo dia é preciso mudar a área irrigada, Coruja é quem se preocupa mais com a mudança da água, Pacari conta que se esquece de fazer a mudança e acaba desperdiçando água.

“A sim, mas nesse negócio de água aqui, eu aproveito as águas todas da pia, do tanque e tudo sabe. Aí eu fico mudando um pé de planta e ele, se eu sair e ficar 8 dias, a água fica caindo em um lugar só sabe. E aí pra cuidar mais do quintal é mais eu que cuido das coisas e pra capinar esse ano foi ele, eu ajudei mais foi pouco” (CORUJA, 2019).

“Ela que muda mais as águas, eu esqueço de mudar e deixo a água gastando. Molhar uns pés de planta eu até molho com o regador, mas mudar as águas que tá caindo é mais ela que faz. Ela que gosta de varrer mais o terreiro, eu varro de vez em quando pra limpar. Agora eu gosto mais de varrer o terreiro que varrer a casa” (PACARI, 2019).

Nos serviços da roça (subsistema 7) o casal conta que costuma fazer atividades como capinar, plantar e colher os produtos juntos, já que este é um local que demanda muito trabalho e dessa forma conseguem otimizar o tempo gasto.

Dessa área saem produtos como quiabo, cana, banana, abóbora, andu, inhame, mandioca, milho e feijão, estes são usados na alimentação da família, as galinhas também são tratadas com o milho do subsistema e ainda comercializam o excedente.

Durante a entrevista, Coruja conta que o trabalho na roça é um dos seus preferidos:

“[...] A Ema puxou foi eu porque eu também não gosto muito de casa não, serviço de roça é melhor. É muito melhor, a gente faz o serviço lá e você vê o que você fez, e em casa todo dia é um serviço só, a mesma coisa” (CORUJA, 2019).

Essa fala de Coruja mostra como o trabalho doméstico muitas vezes tem caráter alienante, por se repetir todo dia as mesmas tarefas e não ser possível ver uma evolução daquelas atividades. Já o serviço na roça se apresenta mais interessante justamente por ser possível acompanhar a evolução da produção e refletir sobre as mudanças e ciclos que acontecem.

O casal separou em um dos quartos da casa um espaço para guardar as sementes que irão utilizar no plantio, muitas das variedades são usadas desde a época dos seus avós. O milho é deixado na espiga em um saco e colocado em lugar arejado e longe do sol, as sementes de feijão de corda, de andu e de abóbora, por exemplo, após colhidas são colocadas em garrafas *pets* e etiquetadas com a data da colheita para não plantarem sementes velhas. As sementes de quiabo ficam na vagem e são debulhadas na época do plantio. Outras estratégias também são usadas, e dessa forma garantem o uso de sementes crioulas das quais conhecem a procedência e que estão mais adaptadas ao clima local.

Na área do extrativismo (subsistema 8) a família coleta plantas e raízes medicinais como a cervejinha do campo, pustemeira, chapéu de couro, alcanfor, jaca dura, extraem o óleo do pau d’óleo e do rufão, além de pegar lenha, madeira e capim nativo. Os produtos oriundos do local são usados pela família, doados e também comercializados quando encomendado.

Quando estão doentes costumam tomar primeiro os remédios naturais que conhecem, deixando para ir atrás dos remédios de farmácia apenas quando receitado por

um médico. O casal, as vezes, vai até a área juntos, porém cada um fica responsável por coletar e preparar o remédio de que precisa. Os ensinamentos sobre como e com o que preparar os remédios vem de família,

“Uai nós já viemos aprendendo, tanto dos avós como com os pais, dos parentes. Eu mesmo vim aprendendo através de um tio, de uma tia. As vezes da esposa também, que o pai dela sabia, da minha mãe que sabia muito tipo de remédio sabe? Igual o que ela falou do canguçu, se é a picada tem o remédio da picada, se é dor de barriga nós sabemos o remédio que é bom pra dor de barriga, remédio para curar ferida tem o remédio aí no campo, nós sabemos muito!” (PACARI,2019).

A família também retira da área do extrativismo frutas que são usadas na alimentação e doadas para parentes que moram na cidade, no local são encontradas variedades como: pequi, jaca, mangaba, araçá, caju, cagaita, maracujá do mato e baru. Fazem mudas dessas espécies que são utilizadas para o enriquecimento de outras áreas da propriedade.

A reserva da nascente (subsistema 9) é uma área de preservação, portanto não costumam tirar insumos dessa área, além da água. Nesse local está localizada uma das nascentes que abastece a casa durante uma parte do ano.

Constantemente é preciso ir até o local para monitorar se houve a entrada de animais ou se as cercas estão precisando de reparos. O casal geralmente vai junto fazer o monitoramento, mas quando outras tarefas são mais urgentes ou aparecem de última hora, aquele que estiver mais folgado vai até o local e faz o que for necessário.

O trabalho doméstico (NSGA) será apresentado e detalhado mais adiante neste trabalho.

Atualmente as duas filhas do casal não residem mais na propriedade, mas vão regularmente até o local para visitarem os pais, eles também as visitam na cidade e se deslocam até lá quando solicitados que cuidem da neta, por exemplo.

A família produz quase tudo que consome na propriedade, adquirindo no mercado apenas itens que não produzem como arroz, macarrão, sal, óleo, açúcar. Os produtos que produzem na propriedade, também são usados na alimentação das filhas que moram em Veredinha.

O casal comercializa os produtos que produzem na feira livre de Veredinha, participam desde o ano de 2006, quando ainda não tinha banca e os produtos eram expostos no chão. As bancas foram doadas pela Prefeitura de Veredinha, porém o casal não foi contemplado e teve que comprar uma banca. A feira ocorre aos sábados, e o transporte é feito através de um ônibus cedido pela prefeitura que passa reunindo os agricultores e agricultoras.

A renda do casal vem majoritariamente da aposentadoria de Coruja que é no valor de R\$1045,00 (de acordo com valores praticados no ano de 2020), das vendas dos produtos na feira livre de Veredinha e da venda dos pintinhos. A aposentadoria é dividida da seguinte forma, R\$300,00 reais fica com Coruja, R\$300,00 reais ela dá para Pacari, e os outros R\$445,00 reais que sobram são usados na compra de despesa para a casa e no pagamento de contas. Já o dinheiro obtido com as vendas feitas na feira e com a venda dos pintinhos segundo o casal, não passa por uma divisão, e é utilizado para comprar produtos que necessitam, como colocar combustível na moto que utilizam, comprar ração para os pintinhos e para as vacas, por exemplo.

Pacari foi beneficiado pelo “Auxílio Emergencial”, que garante renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de covid-19, e recebeu apenas duas parcelas no valor de R\$600,00 reais cada uma. Em 2020 ele também foi beneficiado pelo programa “Fundo Garantia-Safra”, que é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -Pronaf, e tem como meta dar condições mínimas de sobrevivência para agricultores familiares de regiões onde existe a perda de safra em razão da seca ou do grande volume de chuvas, ele atende agricultores que moram na região do Nordeste e no Norte de Minas Gerais. O benefício do programa é pago por ano-safra e seu valor é de valor de R\$850,00 reais.

O cadastro no programa foi feito pela EMATER, e Pacari foi colocado como beneficiário, este fato vem ao encontro com o que mostra a literatura, os homens muitas vezes são considerados como representantes das famílias, o que muitas vezes faz com que sejam eles as principais referências na hora de se fazer o cadastro para o recebimento de benefícios ou em programas sociais. O dinheiro obtido com o benefício foi usado para a realização de exames de Pacari e para compra de mantimentos para a família.

Em outubro de 2019 Pacari deu entrada nos papeis para a aposentadoria rural, mas devido a alguns problemas nos documentos até setembro de 2020 ainda não tinha obtido uma resposta favorável para acessar esse benefício previdenciário.

Todos os bens que o casal possui estão em nome de Pacari, a propriedade em que vivem por ser herança dos pais dele, a casa em Veredinha que foi comprada pelo casal e que atualmente as filhas vivem. Possuem também uma conta no banco, que também está no nome dele, porém é utilizada para guardar as economias do casal.

“[...] tudo tá no nome dele. Lá na veredinha, a casa na veredinha lá é no nome dele, aqui é no nome dele, a moto pôs no nome dele, as cartas da vaca tudo é no nome dele, não tem nada no meu nome” (CORUJA, 2019).

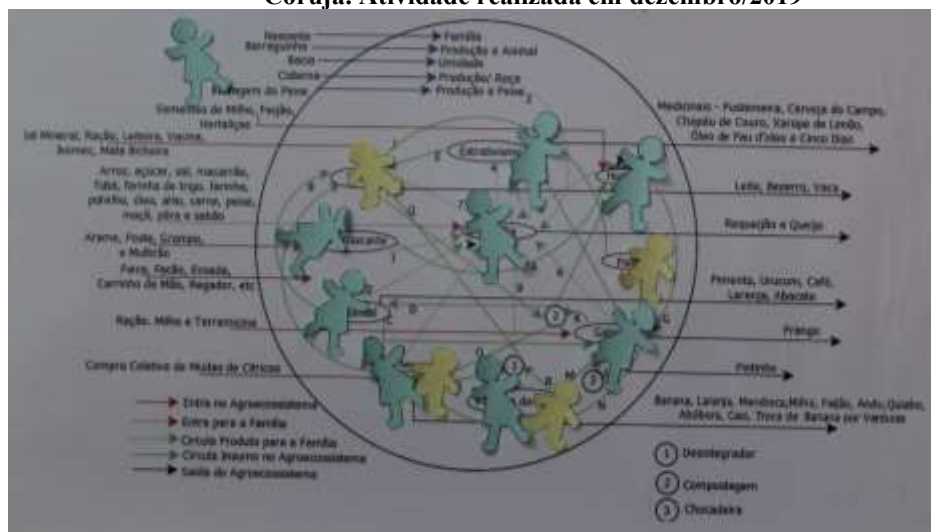
Este fato vem corroborando o que mostra a literatura, é comum que os bens dos casais estejam em nome do homem, mesmo que ambos tenham contribuído na aquisição do item.

A família é bem atuante e participa de várias ações no território. O casal participa desde o início do Programa de Monitoramento de Nascentes executado pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica -CAV, este teve início no fim dos anos 90, quando a região passava por um período intenso de seca, e em consequência disso várias famílias da comunidade se mudavam para a cidade. O programa tem como objetivo ajudar a preservar e recuperar as nascentes para que as famílias tenham água em suas propriedades novamente.

Coruja faz parte do Grupo de Mulheres do CAV, o grupo promove reuniões e cursos de formação com temáticas diversas, ela conta que já participou de cursos sobre remédios e medicina natural, saboaria, preparo de doces, entre outros. Ela também ocupa o cargo de vice secretária no CAV. Atualmente ela é vice secretaria da Associação Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Gameleira, e Pacari é conselheiro fiscal na mesma associação.

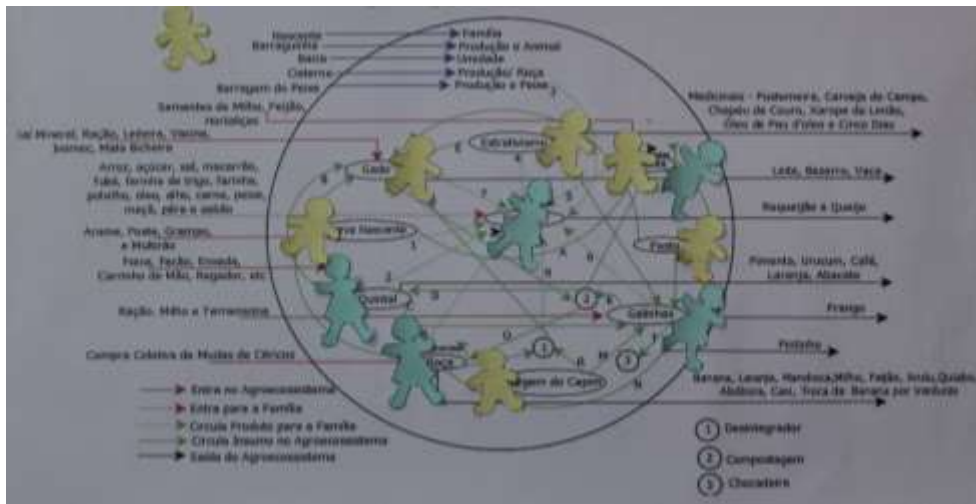
Através de entrevista semiestruturada e da observação participante apoiada pela ferramenta do diagrama de fluxo, procurei entender como a família se organiza para realizar as tarefas e tomar decisões sobre o agroecossistema. A partir das informações colhidas de cada membro do casal, foi possível construir dois diagramas que explicitam a divisão social do trabalho, a partir do ponto de vista deles sobre a organização do trabalho nos subsistemas. Nas figuras 11 e 12 estão apresentados os diagramas com as respostas do casal.

Figura 11- Fluxograma do agroecossistema com as respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Coruja. Atividade realizada em dezembro/2019



Fonte: Organização da autora, 2019, a partir dos dados do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Campesinato-NAC/UFVJM.

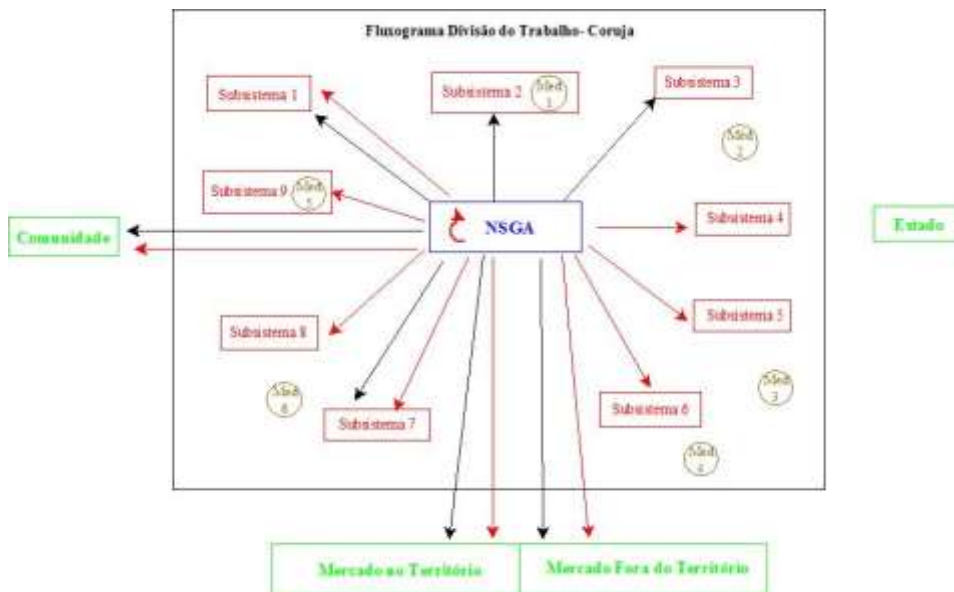
Figura 12- Fluxograma do agroecossistema com as respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Pacari. Atividade realizada em dezembro/2019



Fonte: Organização da autora, 2019, a partir dos dados do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Campesinato-NAC/UFVJM.

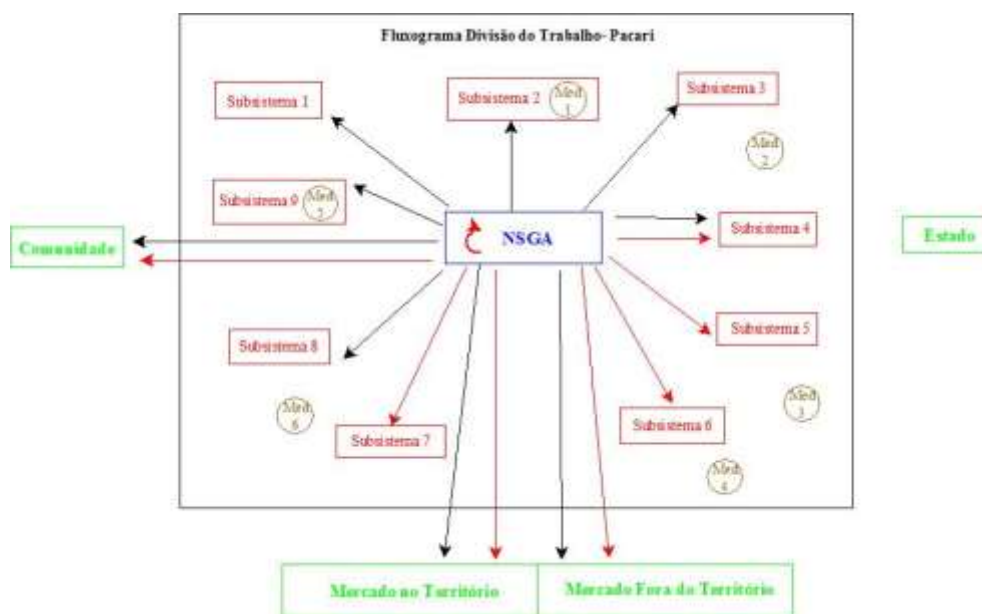
A partir das respostas obtidas foi possível modelizar o diagrama de divisão social do trabalho:

Figura 13- Modelização das respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Coruja



Fonte: Organização da autora, 2020, tendo como referência as orientações do LUME.

Figura 14- Modelização das respostas sobre a divisão social do trabalho segundo Pacari



Fonte: Organização da autora, 2020, tendo como referência as orientações do LUME.

Como explicada anteriormente, reproduzo aqui as orientações do método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas para ajudar no entendimento do modelo sistematizado. O método propõe a divisão do trabalho em quatro esferas: a esfera de geração de renda é representada por setas que saem do núcleo social de gestão do agroecossistema em direção aos subsistemas. A esfera do trabalho doméstico e de cuidado, é representada por setas circulares no âmbito do núcleo social de gestão do agroecossistema. A esfera de participação social é representada por fluxos que saem do núcleo social de gestão do agroecossistema em direção à comunidade. E, por fim, a esfera de geração de rendas não agrícolas ou pluriatividade é representada por fluxos que saem em direção aos mercados. As setas de cor preta representam o trabalho feito pelo homem, enquanto que as setas de cor vermelha representam o trabalho feito pela mulher.

Comparando as figuras 11 e 12 e os fluxogramas que as sintetizam, há a diferença entre as percepções dos dois membros do casal, na síntese da Coruja, a mulher está atuando sozinha em cinco subsistemas (horta, criação de galinha, extrativismo, reserva da nascente) além de estar indicada sozinha para os trabalhos de cuidado e domésticos. Na percepção dela o homem atua sozinho em dois subsistemas (pasto e gado), e ambos compartilham a atuação em outros dois subsistemas (roça e vargem do capim).

Para a sistematização de Pacari, o homem atua sozinho em cinco (vargem do capim, gado, pasto, extrativismo e reserva da nascente), a mulher em três (criação de galinha,

quintal e roça) e é a responsável pelo trabalho doméstico e de cuidados, e eles atuam juntos em um (horta).

As visões de ambos não coincidiram para os subsistemas em que estão atuando de forma conjunta, para ela, eles atuam juntos no subsistema do capim e roça, e para ele apenas no subsistema da horta. Essa divergência pode indicar que quando o homem indica só a mulher atuando em um subsistema e, ao contrário, ela o indica atuando junto nesse mesmo subsistema, seja uma forma dele reconhecer o trabalho dela naquela unidade do agroecossistema, e ela tenha dificuldades em assumir seu papel na referida unidade, já que se trata (roça) de algo socialmente condicionado ao trabalho do homem.

A situação entre o subsistema da vargem do capim e da horta em que, de forma semelhante, a mulher se coloca presente no sistema da vargem do capim, junto com o homem, e o homem se coloca presente na horta junto com a mulher, pode indicar uma prática de flexibilidade na divisão dos papéis em relação ao trabalho, mas vale ressaltar que ambos ainda se referem a ajudas, mostrando que no pano de fundo há ainda a concepção da divisão sexual do trabalho.

Ambos fluxogramas indicam que eles estão envolvidos em atividades de participação social e de comercialização, que são realizadas fora do agroecossistema. Fica claro o papel da mulher nas atividades que geram produtos que se revertem em renda monetária, como as provenientes do subsistema galinheiro, e mesmo com a produção de queijo e requeijão interligadas ao subsistema gado, entre outras.

A elaboração de dois diagramas de divisão social do trabalho permite que os olhares diferentes a respeito do trabalho executado ganhem visibilidade, pois, ao fazermos apenas um, podemos cair no equívoco de subestimar atividades que são feitas em conjunto.

A seguir serão apresentados os dados colhidos sobre o trabalho doméstico e de cuidados. O trabalho doméstico (NSGA) é feito prioritariamente por Coruja. É ela que cozinha, limpa e lava, o marido só assume uma parte dessas tarefas quando a esposa tem que se ausentar da propriedade por algum motivo, nessas ocasiões, se ela não for demorar, ele adianta a tarefa e espera a sua chegada para que seja finalizada. Pacari conta como faz nessas situações:

“É ela que faz [o almoço], eu faço com uma hora, em um dia aí. Se eu chegar da rua cedo e ela chegar mais atrasada, ela chega e a comida tá feita, se ela tiver aqui ela faz. E assim por exemplo, se nós vai na feira e eu venho de moto e eu chego aqui na frente, tem hora que eu adianto algumas coisinhas, nem que seja um arroz fazendo pelo menos um arroz tem uns ovos ali já serve pra comer, ficar parado de tudo é pior né!” (PACARI, 2019).

Já quando ela se ausenta por um período maior de tempo, em viagens por exemplo, ele assume a realização das tarefas domésticas já que não é possível esperar que ela retorne para então fazê-las.

Coruja conta que a primeira atividade que faz pela manhã é varrer e tirar poeira, pois não gosta de sair e deixar a casa suja, e ao retornar à tarde novamente varre o local. Essa tarefa é sempre feita por ela, mesmo que o marido esteja sem outras atividades no momento. Já no preparo das refeições Pacari as vezes lava a salada que irão comer e, após o almoço, ele realiza a lavagem dos pratos, mas é ela quem termina de lavar as panelas e colheres usadas.

A lavagem das roupas é feita uma vez por semana e sempre foi responsabilidade dela, Pacari conta que não possui muito “jeito para lavar”:

“É ela que faz no dia a dia, eu já lavei muito, porque ela precisou ir pra Belo Horizonte, ir ficar em Veredinha. Eu já lavei roupa até aí no tanquinho, já lavei até na mão de primeiro, só que agora, com o tanquinho, eu andei lavando até umas vezes aí. Só que um homem pra lavar gasta até mais sabão. Eu acho que a gente não tem muita base né?” (PACARI, 2019).

“Lavar roupa é eu que lavo né, ele lava se eu for ficar muito tempo fora, mas se não for eu que tenho lavado. [Ele] não lava nem as cuecas. Eu escutei ele falando com o homem lá “minha mulher bate as cuecas no tanquinho” e eu falei se achar bom bem, eu lavo ué, e tá bom demais né menina. É difícil ele lavar uma meia, as vezes ele suja demais aí tem hora que ele lava a meia que ele trabalha, mas roupa mesmo mais é eu” (CORUJA, 2019).

Na fala de Pacari, ao contar que não possui muito “jeito para lavar”, vemos como o saber realizar as atividades domésticas muitas vezes são tidas como inatas e não como algo que é aprendido no dia a dia e no fazer.

Durante a entrevista Coruja conta que a divisão das tarefas se alterou um pouco após os seus problemas de saúde:

“[...] antes de eu adoecer ele não ajudava em nada, que ele achava que serviço de casa não era serviço. E depois que eu adoeci, que fiquei muito tempo em Belo Horizonte eu saía e ficava uma semana, que eu fiz cirurgia e tudo. Ele ia contando, nossa senhora quando eu vou varrer o terreiro lá de casa eu levo quase 2 horas pra varrer o terreiro e ele nunca tinha pegado na vassoura, antigamente não pegava não, e achava que não era serviço. Não lavava um copo, uma colher né e depois que eu adoeci eu não lavo o copo dele, nem a colher dele, nem o prato, toda hora que ele acaba de comer ele lava o prato dele sabe, eu nunca mandei sabe” (CORUJA, 2019).

É possível perceber como as tarefas domésticas não são consideradas como trabalho e que ficam sob responsabilidade feminina, e mesmo quando o parceiro assume alguma destas tarefas este fato é considerado como uma ajuda, algo que é feito de vez em quando e por benevolência, e não como algo necessário para a manutenção da vida e do local de moradia.

Com auxílio da dinâmica “rotina diária” foi possível estimar como o casal organiza o seu dia e o tempo gasto na realização de suas tarefas, essas informações estão descritas na tabela abaixo.

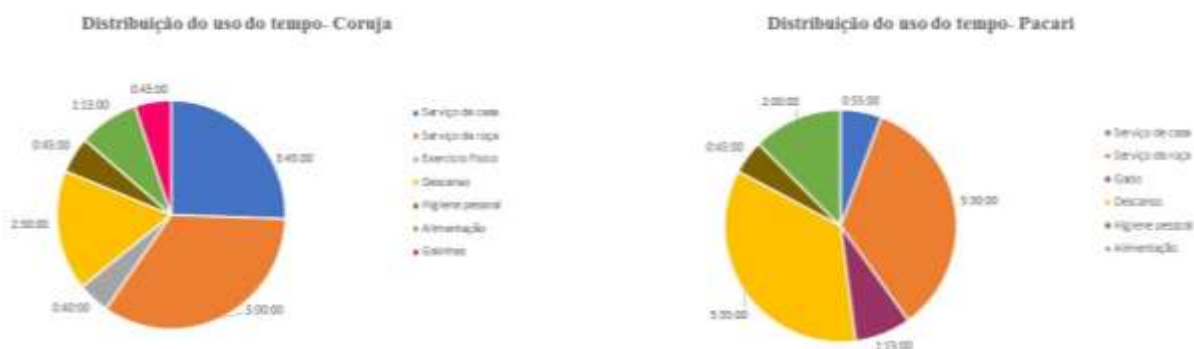
Tabela 5- Rotina diária de Coruja e Pacari

Rotina diária Coruja			Rotina diária Pacari		
Intervalo de tempo (horas)		Tarefa	Intervalo de tempo (horas)		Tarefa
05:30	06:00	Acorda	04:30	05:00	Acorda
06:00	06:15	Toma café da manhã	05:00	05:15	Prepara o café
06:15	07:30	Arrumar casa	05:15	06:30	Toma café da manhã
07:30	10:00	Serviços da roça	05:30	06:45	Serviços com o gado
10:00	11:00	Prepara a refeição	06:45	07:30	Pausa para um lanche
11:00	11:30	Almoço	07:30	10:00	Serviços da roça
11:30	12:30	Arrumar cozinha/ lavar louças	10:00	10:30	Contribui no preparo da refeição
12:30	13:30	Descanso	10:30	11:00	Descanso
13:30	16:00	Serviços da roça, buscar lenha, etc	11:00	11:30	Almoço
16:00	16:45	Serviço das galinhas e pintinhos	11:30	11:40	Contribui na lavagem da louça
17:00	17:40	Caminhada	11:40	13:30	Descanso
17:45	18:00	Banho	13:30	16:30	Serviços da roça, buscar lenha, etc
18:00	18:15	Esquentar o jantar	16:30	17:00	Volta para casa
18:15	18:45	Jantar	17:00	17:15	Banho
18:45	19:00	Arrumar cozinha/ lavar louças	17:15	18:15	Descanso
19:00	20:30	Assiste televisão	18:15	18:45	Jantar
20:30	05:30	Dormir	18:45	21:00	Assiste televisão
			21:00	04:30	Dormir

Fonte: Organização da autora, 2020.

A partir das tabelas foram construídos dois gráficos com a distribuição de horas gastas nas categorias: serviço de casa, serviço da roça, higiene pessoal, alimentação, descanso, galinhas, gado e exercício físico.

Figura 15- Distribuição do uso do tempo de Coruja e Pacari



Fonte: Organização da autora, 2020.

Ao analisarmos os tempos gastos, vemos que com os serviços de casa em um dia Coruja gasta em média 3h:45min enquanto que Pacari gasta 00:55 minutos, esta diferença de tempo gasto reafirma a responsabilização feminina pelas tarefas domésticas o que acaba por consumir uma boa parte do seu tempo.

Ao olharmos para esses dados é gritante a quantidade de trabalho doméstico feito por ela, se extrapolarmos a aproximação para dias em um ano, teríamos que ela gasta

aproximadamente 57 dias contra apenas 13 dias dele. Esta é uma quantidade enorme de tempo gasto com tarefas domésticas e que consomem um tempo que ela poderia usar para fazer atividades de que gosta, lazer, entre outras, este fato mostra também como é pequena a contribuição dada por ele.

Já com os serviços da roça, podemos perceber que o casal gasta quase o mesmo intervalo de tempo, pois costumam ir juntos realizar as tarefas, a diferença de tempo que existe é explicada pelo fato de Coruja realizar as tarefas com as galinhas e pintinhos o que consome 00:45 min e é feito somente por ela. As atividades com o gado consomem 1h:15 min do tempo de Pacari, está é uma tarefa realizada pela manhã logo após o café da manhã.

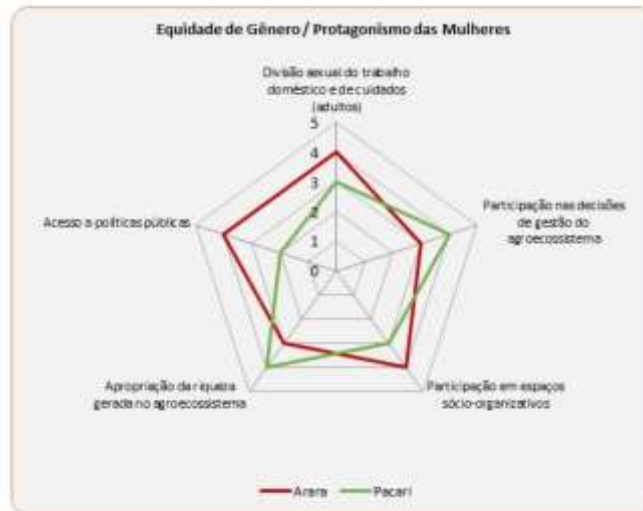
Em relação ao tempo de descanso e ócio temos uma grande diferença, em um dia Coruja tem 2h:30min enquanto que Pacari tem 5h:35min, essa diferença pode ser explicada pelo fato de Coruja ser a principal responsável pelos trabalhos domésticos, e mesmo que o marido contribua para a realização de algumas tarefas, essa contribuição é ainda pequena e pontual. Este fato também implica em um menor tempo para se dedicar a si mesma, uma sobrecarga de trabalhos e menor tempo para se dedicar a alguma atividade de lazer.

Já com a alimentação Coruja também apresenta menor tempo gasto, apenas 1h:15min, enquanto que Pacari gasta 2:00h, essa diferença tem relação com a quantidade de paradas para lanches que são feitas durante o dia, ele costuma fazer uma pausa para um lanche enquanto que ela não realiza nenhuma. Durante a entrevista ele contou que essa pausa ocorre pela manhã logo após o serviço com o gado, período em que a esposa costuma realizar a limpeza da casa.

Ambos gastam aproximadamente 00:45min com a higiene pessoal, e Coruja realiza exercício físico aos finais de tarde gastando em média 00:40min, durante a entrevista ela conta que o marido não costuma ir junto na caminhada.

Os valores atribuídos pelo casal aos atributos sistêmicos de sustentabilidade, foram tabulados e geraram o seguinte gráfico:

Figura 16- Gráfico atributos sistêmicos de sustentabilidade- gênero



Fonte: Adaptação do gráfico gerado pela tabela “Avaliação regressiva atributos sistêmicos sem jovens no NSGA- LUME”, 2020.

Relembrando que as avaliações no método Lume são expressas na forma de uma pontuação entre menores e maiores níveis, relativos em uma escala de 1 a 5, padronizando o 1 como muito baixo e 5 como muito alto, como detalhado na tabela 2 anteriormente.

Para a realidade de Coruja e Pacari o índice para o atributo da equidade de gênero/protagonismo das mulheres foi de 0,60 e 0,53, respectivamente, mostrando uma proximidade entre eles com pouca discrepância entre o casal e indicando que a mulher avalia de forma mais positiva os parâmetros relacionados a esse atributo.

A discrepância apresentada revela as diferenças em relação aos pontos de vista do casal nas quatro questões apresentadas. Em relação à divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados, Coruja considera que o casal apresenta uma alta distribuição das tarefas domésticas enquanto que Pacari considera que apresentam uma divisão média. Ao analisarmos os dados apresentados anteriormente que ajudam a qualificar esse parâmetro, vemos que a mulher é a principal responsável por esse trabalho, já que gasta mais tempo na execução e organização das tarefas relacionadas a ele.

Na questão referente ao processo decisório os dois apresentam notas diferentes, ela atribui valor três enquanto ele dá nota quatro, ambos na entrevista contaram que as decisões são tomadas de forma conjunta. Na participação em espaços sócios-organizativos Pacari atribuiu nota três enquanto que Coruja atribuiu nota quatro, como vimos anteriormente o casal é bem atuante na comunidade e em outros espaços organizativos.

Na apropriação da riqueza gerada no agroecossistema a nota atribuída por Pacari foi de quatro enquanto que Coruja atribui nota três, o casal conta que acaba decidindo junto onde e como o que gastar o dinheiro, porém, durante a conversa Coruja conta que as vezes a decisão final é de seu marido, o que expressa a valoração menor que Coruja emitiu para essa componente, o que pode também ser percebido no depoimento dela:

“É nós dois juntos, sabe é que o dinheiro é todo junto, não tem separação não. Se um viu que não deu certo, dá conselho para o outro, e o outro atende, mas sempre a gente vai mais para o que o Pacari decidir, a prioridade mais é do homem mesmo” (CORUJA, 2020).

Essa fala é reveladora no sentido em que mostra padrões sociais consolidados, mesmo que os dois conversem a decisão final sobre determinada questão é do homem, mesmo que a mulher discorde ou pense diferente naquele momento.

Em relação ao acesso a políticas públicas, a nota de Pacari foi de dois, enquanto que Coruja foi de quatro, geralmente quando acessam o benefício costuma vir em nome de Pacari, apesar de Coruja já acessar o programa de previdência social, com a aposentadoria que recebe, que apresenta periodicidade mensal, enquanto que as demais políticas acessadas por Pacari não ter essa constância, mas podem refletir a situação dele acessar por estar vinculado a ele o título da propriedade do casal.

A tabela 6 a seguir sintetiza as passagens do diálogo com o casal que se relacionam com as categorias definidas na análise do discurso com foco no trabalho doméstico, destacando passagens que caracterizam como a divisão sexual do trabalho se apresenta profundamente arraigada na relação do casal, refletindo o processo histórico dessas relações impostas socialmente.

Tabela 6- Categorias análise de discurso

Categorias	Falas da Coruja	Falas do Pacari
Trabalhos realizado por ela	<i>Antes de eu adoecer ele não ajudava em nada, que ele achava que serviço de casa não era serviço</i>	<i>[...] muitas vezes a mulher cuida porque é mais perto da casa, mas sempre é os dois, quando pega [para fazer as atividades] é os dois porque está perto da casa a gente já vai fazendo o serviço.</i>
	<i>Sem referência a verbos (colher) que refletem o usufruto do trabalho realizado nos subsistemas 4, 5 e 6 (horta, galinhas e quintal).</i>	<i>Nas coisas de casa é ela mesmo, eu ajudava ela em pouca coisa mas de um tempo pra cá eu não tô, é mais ela.</i>

	<i>[Com as galinhas] mais é eu. Pra tratar né, dar os remédios, tudo sou eu mais é eu né. Tudo mais é eu né, quando eu preciso pedir ele, ele põe né mas só se pedir né.</i>	
Trabalhos realizado por ele	<i>Depois que eu adoeci eu não lavo o copo dele, nem a colher dele, nem o prato, toda hora que ele acaba de comer ele lava o prato dele sabe, eu nunca mandei sabe</i>	<i>É ela que faz no dia a dia, eu já lavei muito [roupa], porque ela precisou ir pra Belo Horizonte, ir ficar em Veredinha...</i>
		<i>No pasto assim sempre eu que cuido mais um pouco, mas ela sempre vai mais eu nos pontos que ela pode me ajudar porque no serviço de cerca sempre é mais pesado e eu que tenho que carregar um poste, tem hora que ela leva um mas eu adianto o serviço quando dá pra adiantar quando não dá é ela né.</i>
		<i>Verbos referentes ao usufruto do trabalho (tirar, colher, coletar) presentes nos subsistemas 2, 7 e 8 (gado, roça, extrativismo).</i>
Refletem na autonomia	<i>...mas sempre a gente vai mais para o que o Pacari decidir, a prioridade mais é do homem mesmo.</i>	<i>Ela que gosta de varrer mais o terreiro, eu varro de vez em quando pra limpar. Agora eu gosto mais de varrer o terreiro que varrer a casa.</i>
	<i>Mas nesse negócio de água aqui, eu aproveito todas as águas</i>	<i>“Ela que muda mais as águas, eu esqueço de mudar e deixo a água gastando</i>
	<i>Tá tudo no nome dele.</i>	

Fonte: Organização da autora, 2020.

É possível perceber que a divisão sexual do trabalho está presente na família, mesmo havendo entre o casal uma troca de atividades que ocorre de acordo com a necessidade e escolhas do casal. Por outro lado, alguns padrões se apresentaram, como por exemplo, o homem sendo considerado principal representante da família, seja no momento de negociar produtos ou ainda como beneficiário de programas sociais e ela sendo a principal responsável pelos trabalhos domésticos.

Fica claro que o trabalho realizado por Coruja contribui para a produção de produtos que geram renda para o casal, seja na roça, nas atividades com as galinhas e até no trabalho doméstico feito majoritariamente por ela e que permite que Pacari se dedique a outras tarefas. É preciso que o trabalho doméstico seja redistribuído de modo que nenhuma pessoa fique sobrecarregada por essas tarefas que se repetem a cada dia e que não tem fim.

CAPÍTULO 4: Costurando o que se viu: entre o dito e o observado nas duas famílias estudadas

Nesta parte buscaremos fazer uma ligação entre o que foi observado em campo e obtido através das entrevistas, na tentativa de ver como a literatura estudada se apresenta no dia a dia, bem como de que modo ocorre o caminho inverso. Esse exercício será feito a partir do olhar da pesquisadora, já que devido ao isolamento social foi inviável ir a campo para aprofundar o entendimento de como esses sujeitos entendem e sentem essa realidade. Os dados aqui apresentados por vezes não obedecerão a uma ordem cronológica, pois a escrita seguiu o que consegui perceber e sentir, sobre o que foi visto e no fim nasceu essa colcha de retalhos.

O trabalho sempre esteve presente na vida dos quatro participantes da pesquisa, quando crianças contribuía nas atividades desenvolvidas pelos pais, e a dedicação ao trabalho na roça afetou de diferentes formas a vida deles. O nível de escolaridade indica a implicação do trabalho nas condições de estudar. Dos quatro entrevistados apenas Barbatimão conseguiu cursar até a quarta série do ensino fundamental, e os outros três não conseguiram chegar até o final desse ciclo. O motivo dado pela desistência foi comum para todos, tinham que ajudar nas atividades da roça e não restava tempo para o estudo, com as mulheres além do trabalho no roçado era adicionado o cuidado dos irmãos mais novos e tarefas domésticas.

Este fato mostra como a reduzida quantidade de mão de obra no núcleo familiar traz a necessidade de que todos os membros estejam presentes nas atividades desenvolvidas na propriedade, e como isso afeta as crianças que desde cedo tem que desempenhar diversas atividades que muitas vezes podem comprometer sua saúde, estudos e lazer. A rotina das mulheres é adicionada a responsabilidade das tarefas domésticas, desde cedo elas aprendem a conciliar várias atividades, as relacionadas ao cuidado, já que contribuem também no roçado. Assim as mulheres ao cuidarem da casa e dos irmãos vão desde novas aprendendo e interiorizando as atividades consideradas como femininas, e através da socialização as elas acabam introjetando o sentimento de que aquelas tarefas são de responsabilidade feminina e de que possuem uma afinidade natural para realizá-las. E na mesma medida que esses aprendizados não são repassados ou compartilhados com os homens, que crescem sentindo que não possuem “dom ou jeito” para atividades de cuidado e domésticas, ou até mesmo que essas não são de sua responsabilidade.

Assim, essas situações se expressam nos adultos, e ajuda a entender falas como essa de Pacari “[...] *só que um homem pra lavar gasta até mais sabão. Eu acho que a gente não tem muita base né?*” (PACARI,2019). Nesta passagem podemos ver como o machismo estrutural atinge também os homens, que durante o processo de socialização são muitas vezes privados de aprender tarefas que são tidas como femininas, mas que na realidade são fundamentais para a sobrevivência de qualquer pessoa, independente do seu sexo. Segundo as entrevistas, a responsabilidade pelo sustento da casa esteve presente na juventude de Coruja e Pacari, na dela devido a problemas de saúde do pai que não permitia grandes esforços físicos, e na dele devido a morte precoce do seu pai. À Pacari restou a migração, fato comum no Vale do Jequitinhonha.

A migração sazonal era tida, e ainda hoje se mantém presente, como uma possibilidade de superar as dificuldades do local de origem. A migração é sofrida em vários níveis, seja pelo desconhecimento do que se vai fazer, do local para onde e está indo, por ter que se separar de sua família, pela baixa remuneração, entre tantos outros sofrimentos falados e ocultados.

Como trabalhadores que compõem a força propulsora que engendra o capital agroindustrial, os camponeses são identificados com aqueles que não pertencem, são os “paus-de-arara”, os que vêm “de fora”. A sobrevivência é, aí, garantida pela dilapidação daquilo que, em seu local de origem, é sagrado. A natureza é mutilada e o homem, ele próprio, o sujeito desta investida. No entanto, esta destruição não ocorre somente em sua relação com a natureza; ao mutilar, ele próprio também é mutilado. A dilapidação de si e da natureza e o sentimento de não- pertencimento concretizam-se nesses locais (BOTELHO, 2003, p.11).

O sofrimento não é só de quem parte, quem fica no local de origem sofre também pela falta do seu parente, e nessas situações o que pode ajudar são os laços construídos com os vizinhos e dentro da comunidade.

Foi a necessidade de migração de Pacari um dos motivos que fez com que Coruja tomasse a decisão de adotar sua primeira filha, esse é um dos fatos que mostra um certo nível de autonomia dela, pois a decisão em adotar parte de Coruja, mesmo no final da década de 1980 em que esse tema devia ser tabu e cercado de preconceitos, como é ainda hoje para muitas pessoas. A adoção foi também uma forma de Coruja não se sentir tão só diante da necessidade de migração do seu marido, que passava meses fora de casa.

Após a morte do pai de Pacari, sua mãe ficou responsável por cuidar dos bens que a família possuía, e através do relato dele podemos perceber algumas das violências sofridas por ela. Existe a crença de que as mulheres não são capazes de gerir suas posses ou ainda que não possuem aptidão para negócios, este fato pode ser observado na tentativa de compra a um preço abaixo do mercado dos bens que a mãe de Pacari herdou. Ainda que esse exemplo seja

antigo, hoje essa crença ainda permeia o pensamento de muita gente, as mulheres acabam sofrendo uma série de preconceitos e são questionadas sobre a sua capacidade.

Esse fato ainda se expressa hoje quando vemos que Coruja é a principal responsável pelas tarefas da criação de galinha dentro do agroecossistema, e no momento da venda que é realizada fora da propriedade, quem fica como a figura central é o marido, que tem o papel de receber as ligações, encomendas e negociar as vendas.

Uma dúvida que pode surgir é, como essas mulheres ainda não se sentem capazes de realizar tarefas como as que envolvem a comercialização, mesmo que já tenham feito isso em outros momentos de ausência do marido? Uma explicação para este fato pode ser:

A venda dos produtos implica em uma relação com o mundo exterior à unidade doméstica, quer ela se estabeleça com membros do próprio grupo ao qual pertence o pequeno produtor, quer com membros de outros grupos sociais; qualquer que seja o caso, é o pequeno produtor o indivíduo que estabelece essa relação. O pai [**o homem**] é o responsável pela família e por consequência é quem a representa (HEREDIA, 2013, p.53-54 - grifos nossos).

Nas transações para a venda de produtos e animais da propriedade os homens também detêm a palavra final, isso pode ser observado quando as duas entrevistadas contam que não gostam de vender os animais, ou ainda que mesmo que não queiram vender a palavra final é do marido. Aqui podemos ver que muitas vezes essas mulheres não tem sua opinião ouvida ou, até mesmo, elas preferem não falar, por achar que os seus maridos tem uma maior capacidade para resolver essas transações econômicas, e ainda:

Se o trabalho no roçado é reconhecido como do domínio da esfera masculina, representada pelo pai de família, a venda dos produtos também corresponde à sua esfera do controle. Dessa forma, ele hegemoniza esse processo, decidindo como, em que circunstâncias e condições se realizará a venda dos diferentes produtos (HEREDIA, 2013, p.53).

A situação de menor valorização na realização de trabalho feitos para terceiros esteve presente na juventude de Coruja, quando ela e as irmãs mesmo sendo consideradas “boas de enxada” recebiam menos que um homem pelo dia que trabalhavam. E quem ainda vivencia essa realidade é Arara, que conta que na comunidade as mulheres recebem menos que os homens, mesmo que façam a mesma atividade.

Isso mostra como o trabalho feminino ainda é desvalorizado e recebe menor valorização, mesmo que essas mulheres desempenhem a mesma atividade e consigam ser tanto ou mais produtivas que um homem. Mostra também que quando uma mulher exerce uma atividade que é considerada masculina (roçado, capina, atividades com o gado, etc.) essa é lida como ajuda e na grande maioria das vezes passa a ser considerada um trabalho leve, enquanto que isso não ocorreria caso um homem desempenhasse tal tarefa.

Como mostrado por Paulilo (1987), existe a tentativa de enquadrar um trabalho como feminino para que este não receba um maior pagamento, e isso não significa que o trabalho seja de fato “leve” ou fácil de se realizar:

Nenhum homem é contratado para fazer trabalho considerado feminino, embora algumas atividades possam ser realizadas por ambos os sexos. Pagando por produção, os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos e o maior esforço que despendem para limpar uma mesma área de cana. Já nas atividades em que a força física não traz maior rendimento, como o plantio e a adubagem, evitam presença masculina para melhor caracterizá-las como trabalho “leve”. Apesar da sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos (PAULILO, 1987, p. 2).

Como exemplo desse trabalho que é considerado como leve trago a atividade de torrar farinha que é executada por Arara. Em um dia ela trabalha por aproximadamente 12h:30min e quase não faz pausas, até sua alimentação é feita de forma rápida, além de ser um trabalho extremamente cansativo e que requer muita atenção e cuidado para que no fim se consiga uma boa farinha, ela recebe como pagamento um valor baixo pela atividade (R\$35,00 reais), e quando é um homem que realiza essa mesma atividade ele ganha aproximadamente R\$15,00 reais a mais.

Esse fato também se apresenta no momento do plantio em que ela, ao ficar com a tarefa de diversificar a plantação, e ouve que está escolhendo o trabalho mais leve, “[...] *eles falam que eu gosto de pegar o serviço mais leve, porque eu vou picando as manaivas, mas se eu deixá-los lá sozinhos vão plantar só um tipo de manaiva*” (ARARA, 2019).

A passagem acima, traz também a preocupação com a diversificação da produção, que se expressa na busca pela diversificação da alimentação das famílias, que fica a cargo das mulheres. Esse fato se mostra no cuidado que elas possuem em diversificar os alimentos que serão consumidos e com a qualidade deles. Para assegurar isso adotam diversas ferramentas, uma delas é manter sua própria horta onde conseguem produzir verduras e legumes de qualidade e que estarão sempre disponíveis para o consumo do núcleo familiar, além de terem uma produção menos agressiva para o meio ambiente. Esse fato contribui para a segurança alimentar e nutricional e possui uma estreita relação com os princípios da agroecologia.

[...] nosso entendimento é que a alimentação é mais que a ingestão de nutrientes, uma vez que as escolhas alimentares dependem de fatores culturais e das particularidades de cada contexto sociopolítico. A alimentação adequada e saudável deriva de sistemas agroalimentares socialmente e ambientalmente sustentáveis (FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA, 2020, p.47).

As mulheres desempenham um papel fundamental em todas as etapas da segurança alimentar e nutricional: produção dos alimentos, pesquisa de preço, seleção, preparação, beneficiamento e consumo. O conceito de segurança alimentar e nutricional abrange as múltiplas funções exercidas pelas mulheres no dia-a-dia das

comunidades, tanto os trabalhos considerados reprodutivos, quanto os trabalhos considerados, produtivos. A segurança alimentar e nutricional dá visibilidade para a contribuição das mulheres na preservação da biodiversidade, pois são as mulheres que promovem a diversificação de espécies no âmbito dos quintais (um espaço dado como feminino), sendo que elas, por cuidar mais da alimentação na família, percebem a necessidade de manter uma alimentação variada (WEITZMAN, 2005, p. 24-25).

Apesar do cuidado com a alimentação dos outros, esse cuidado por vezes não se expressa na sua própria alimentação, já que segundo os dados obtidos com a dinâmica da rotina diária, ambas gastam um menor tempo para se alimentarem em relação ao gasto pelos maridos. Esse menor tempo gasto se explica pelo fato destas mulheres terem outras atividades para fazer, logo, gastam com elas mesmo o menor tempo possível e logo voltam a desempenhar as atividades programadas para o dia.

Esse fato reflete como o cuidado com os outros é tido como prioritário e se dá de uma forma mais “natural” e urgente, enquanto é comum mulheres se sentirem mal quando se colocam como prioridade nos assuntos. Para além da alimentação o cuidar de si fica em segundo plano em outras questões, como o tempo para o lazer e descanso. “As cuidadoras, cuidam de seus filhos, irmãos, companheiros ainda que muitas vezes, representem grandes sacrifícios e exijam renúncia às próprias escolhas. Antes de serem, cuidam” (GUEDES e DAROS, 2009, p.125).

Os quintais para além de um espaço que contribui para a soberania alimentar das famílias, é também um local onde essas mulheres exercem sua autonomia, é possível perceber isso na fala de Coruja e Arara:

“É eu que mexo mais com a hortinha né, é que é assim, tem hora que não gosto que ele nem mexa na minha hortinha. Conforme a hortinha que eu faço né, é pequeninha e eu gosto de plantar as coisas, só as coisinhas pequenas e ele vai e planta até manaíva se bestar!” (CORUJA, 2019).

“No quintal aqui quando tem que cortar as coisas eu mesma corto, se precisar capinar e arrancar eu mesma faço. [...] Sou eu que faço tudo aqui” (ARARA, 2019).

Com essas falas podemos ver que a autonomia se expressa na possibilidade de gerir um espaço produtivo, o quintal é o lugar onde a mulher pode decidir o que vai plantar e de que modo vai fazer isso, estes fatos mostram formas de empoderamento que se constroem dentro da família. Segundo Telles (2018, p. 110 - 111) os quintais “são espaços de expressão das agricultoras, da sua resistência e da sua resiliência, no enfrentamento às relações patriarcais na unidade familiar” e são espaços, de maior responsabilidade das mulheres, embora pequenos em tamanho, guardam uma imensidão de conhecimentos e relações

construídas pelas agricultoras. É nelas em que elas exercem sua autoridade, determinam o que pode ou não, e como deve ser feito”.

Apesar da importância nutricional e ambiental dos quintais o trabalho feito ali é quase sempre desconsiderado ou possui um menor valor, mas por que isso ocorre? Este fato pode ser atribuído a construção dos papéis de gênero e por causa da divisão sexual do trabalho, já que a área em torno da casa é entendida como feminina:

Pode-se sugerir que, a partir da valoração diferenciada do trabalho de agricultoras e agricultores, seja possível apreender a valoração diferenciada dos produtos desses trabalhos. É assim que os alimentos produzidos para o autoconsumo da família, predominantemente a partir do trabalho feminino, são considerados miudezas, termo utilizado para denominar os produtos que, oriundos das pequenas hortas, pomares e lavouras, não se destinam a atividades comerciais (MENASCHE et al., 2008, p.150).

Como foi possível perceber na grande maioria das vezes tudo que tem relação com o universo feminino é menos valorizado, recebe uma menor importância e fica em segundo plano, mesmo em famílias que tem como base o exercício da agroecologia, mas por que isso ainda persiste? Não basta apenas a adoção de práticas agroecológicas é preciso adotar novas formas de se relacionar com as pessoas, esse é um processo lento e difícil que exige sempre um tocar e rever conceitos, crenças e o modo de fazer, ou seja, a prática cotidiana.

Na realização das atividades, essas mulheres apresentam um “saber fazer” diferenciado, e ele se expressa no cuidado com detalhes das atividades que fazem no dia a dia. Nos dois relatos elas se mostraram mais preocupadas com questões como a reutilização da água, diversificação da produção, com a manutenção de variedades crioulas, entre outras. Podemos observar através dessas passagens, por exemplo:

“Eu vou escolher as canas, porque eles têm um modo de plantar só uma cana se deixar. Eu vou lá, tiro de uma, tiro de outra, aí eles me respondem cana é uma só! Eu digo não, tem que segurar as dos nossos antepassados, se a gente deixar essa cultura acabar onde que a gente vai buscar?” (ARARA, 2019).

“A sim, mas nesse negócio de água aqui, eu aproveito as águas todas da pia, do tanque e tudo sabe. Aí eu fico mudando um pé de planta e ele, se eu sair e ficar 8 dias, a água fica caindo em um lugar só sabe. E aí pra cuidar mais do quintal é mais eu que cuido das coisas e pra capinar esse ano foi ele, eu ajudei mais foi pouco” (CORUJA, 2019).

Essa prática diferenciada feita por essas mulheres, apresenta uma estreita relação com a agroecologia, como mostra o documento final da plenária das mulheres no IV ENA “[...] Temos afirmado que a agroecologia não é só prática, mas o jeito como o trabalho se organiza, como as pessoas se relacionam entre si e com o ambiente” (TELLES, apud ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2018).

Em relação a categoria conhecimentos, através das entrevistas foi possível perceber que para essas famílias, ele está vinculado ao saber fazer e ter domínio sobre etapas de uma determinada atividade. Isso foi representado por exemplo, quando Barbatimão atribuiu a Arara a produção de mandioca por ela entender mais do que ele sobre aquela produção. O fato dele reconhecer o domínio da esposa e reconhecer o trabalho dela naquela área, é uma forma de valorizar o que a mulher faz.

As atividades que envolvem o trabalho doméstico recebem uma maior atenção das mulheres nas duas famílias, e mesmo sendo elas as principais responsáveis acabam por não contabilizar uma grande quantidade de serviço. Este fato pode ser visto por exemplo, durante a narrativa que ambas fazem sobre o serviço ser compartilhado com a família, porém, ao contabilizar os tempos gastos por elas esse é bem maior do que o tempo que seus companheiros dedicam a essas tarefas. Uma questão que surge é o porquê dessas mulheres não enxergarem que existe uma distribuição desigual de atividades? Acredito que seja pelo fato de já estar tão interiorizado a responsabilidade por tais tarefas, que elas nem percebem que isso não é só de sua responsabilidade ou que deveria ser compartilhado de forma igual com seus companheiros e ainda, como consequência dessa interiorização, elas não conseguem ter uma noção clara do tempo que gastam com as atividades reprodutivas.

Arara relatou que na juventude teve a vontade de ir para Belo Horizonte para trabalhar junto com as primas que lá viviam, porém, seus pais não permitiram já que queriam que ela casasse com Barbatimão. Aqui podemos indicar um exemplo de como a autonomia das mulheres é podada desde o início de sua formação como sujeito adulto.

Diante dessa situação fica a pergunta sobre como essa situação no passado reflete na "não vontade dela sair" hoje para as atividades que acontecem fora da comunidade? E assim, o marido e os filhos são quem sempre estão representando a família e o agroecossistema em atividades externas, justificado pelo fato de a mulher "não gostar de sair". Como alguém que teve o desejo de ir para Belo Horizonte na juventude, perdeu completamente a vontade de sair e conhecer outros espaços ou pessoas? Percebe-se aqui uma situação onde os fundamentos do patriarcado e machismo podem estar se expressando de forma velada, apoiado pelo discurso da mulher do não gostar, ou seja, o machismo e patriarcado estão introjetado de uma tal forma que nem se percebe a influência deles no cotidiano. Até que ponto a negativa em sair por parte da mulher, pode está refletindo a frustração vivida passado, ou sendo uma forma dela manifestar rebeldia, pois já que não a deixaram sair antes, quando isso foi desejado, ela se mantém fechada ao mundo.

Não se pode negar a importância das organizações sociais para a formação política e na assessoria dessas famílias, mas uma questão que surge é como essas organizações trabalham as questões de gênero nas suas práticas educativas e formativas e também dentro da própria organização. Corre-se o risco de que se as atividades não forem pensadas pelo viés da desconstrução do patriarcado e do machismo, essas atividades acabarão por reforçar e naturalizar papéis que são sempre atribuídos às mulheres.

Chegamos ao fim dessa parte com algumas questões que me tocaram ao ler e escrever sobre as duas famílias, com as limitações dos dados que foram produzidos e também com a minha em compreender o que foi compartilhado comigo durante esse processo. Seria enriquecedor se durante esse processo tivesse tido a oportunidade de entender mais a fundo sobre a dinâmica estabelecida nas famílias e também como é a percepção dessas mulheres em relação a situações que foram aqui apresentadas, porém, o momento da pandemia não foi possível aprofundar esse exercício.

Seria enriquecedor para a pesquisa se tivesse sido possível adentrar e entender melhor o modo com que essas duas famílias gerem e dividem os valores monetários, isso ajudaria a compreender como se dá a construção da autonomia econômica dessas mulheres, porém, esse é ainda um tema delicado e foi uma limitação neste trabalho.

Não resta dúvidas sobre a quantidade de trabalho feito por essas mulheres, da sua presença nos trabalhos do roçado e doméstico, além de sua contribuição na construção e avanço da agroecologia. Muitas das questões aqui apresentadas, mostram como o patriarcado e sua expressão com o machismo estão interiorizados e, por isso, passam despercebidos (até mesmo para quem está constantemente estudando sobre o tema), este fato reforça a necessidade de sempre estarmos atentos e dispostos a rever nossas ações. Esse processo é lento e difícil, mas necessário para a construção de novas dinâmicas entre pessoas, com o meio ambiente e a sociedade.

As duas famílias apresentam perfis diferentes e estão inseridas em contextos sociais distintos, o que faz com que as situações vividas e a forma de agir diante delas seja diferente. Este fato também tem relação com o “grau” de autonomia e de respostas dadas por essas mulheres a situações que foram expostas, por fim ficou evidente a maleabilidade delas de se adaptarem as situações que vivenciam no dia a dia.

Considerações Finais

[...] É esta a reflexão que eu queria fazer, novas relações de gênero vamos estabelecer, sem briga e competição, com respeito e união é possível conviver.

[...] Precisamos construir uma nova sociedade, onde mulheres e homens convivam com igualdade, construindo relações guiadas por novas ações justiça, e dignidade. Nessa nova conjuntura mulheres empoderadas, novas relações de gênero, sendo também praticadas, com ética e igualdade no campo e na cidade as pessoas respeitadas [...]" (José Rogaciano de Oliveira).

Em diálogo com os objetivos da pesquisa, que foi o de entender como se estrutura a divisão sexual do trabalho no contexto de um agroecossistema e como essas relações fomentam condições para construção da autonomia das mulheres, foi possível perceber com os resultados que eles corroboram com o que a literatura sobre o trabalho da mulher mostra, ou seja, existe uma divisão sexual de trabalhos que se apresenta de várias formas e intensidades nas famílias estudadas, mesmo se tratando de agroecossistemas que tem como base o exercício da agroecologia.

Percebe-se que a mulher está envolvida de forma equitativa na divisão sexual do trabalho produtivo demandado para o manejo dos agroecossistemas, todavia essa equitatividade não reflete nas demandas para o trabalho reprodutivo, que impactam diretamente no cuidado com os trabalhadores/as que atuam no agroecossistema. Os índices do atributo da equidade de gênero/protagonismo das mulheres com valores intermediários (entre 0,6 e 0,5) refletem essas diferenças e fica perceptível uma tendência nas mulheres em dar valores mais altos nos parâmetros sobre a divisão sexual do trabalho, o que pode refletir a não valoração desse tipo de trabalho, que é realizado mais por ela. E quando o homem emite pontuações menores a esse parâmetro pode ser um reconhecimento sobre o seu não envolvimento nesse tipo de trabalho.

Vale destacar ainda que ao acompanhar a rotina dessas duas famílias, fica evidente que as mulheres estão presentes em todas as etapas da produção, desde a colheita até a comercialização. Entretanto, por vezes, seus trabalhos são invisibilizados e tidos apenas como ajuda dos serviços feitos por seus companheiros. Para além dos serviços feitos no roçado, elas também são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados realizadas dentro dos lares, recebendo contribuição dos outros membros pontualmente ou ainda quando solicitado por elas.

Conclui-se que o trabalho doméstico estando sobre responsabilidade apenas das mulheres, gera sobrecarga e reduz seu tempo livre, impossibilitando que elas possam usufruir

deste tempo em atividades de lazer ou para descanso. A limitação de tempo também pode afetar a participação dessas mulheres em organizações ou movimentos sociais, que podem abrir portas para o processo de construção de seu empoderamento e autonomia.

Sobre a participação das mulheres nas tomadas de decisão dentro da propriedade, considerando os envolvimento diferenciados dos homens e mulheres na condução dos subsistemas, percebe-se que as mulheres tem um poder de decisão relacionado aos subsistemas que ficam sobre sua responsabilidade, mas, para aqueles em que ela está junto com outros membros da família, há situações que explicitam que para a vontade dela, ou sua orientação para o manejo do subsistema, seja respeitada ela tem de assumir o trabalho, no conjunto do manejo, que irá garantir sua forma de pensar o manejo do referido subsistema. Como exemplo dessa situação podemos citar o manejo da mandioca e cana no agroecossistema de Arara e Barbatimão, como relata Arara: “[...]mas se eu deixar eles lá sozinhos vão plantar só um tipo de manaiva.” ou ainda “Eu vou escolher as canas, porque eles têm um modo de plantar só uma cana se deixar[...]”

Para a discussão sobre a compreensão se a divisão do trabalho praticada gera, ou não, condições para a autonomia das mulheres, é possível apontar que a mulher está presente nas discussões sobre as decisões junto ao Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema-NSGA, mas, mesmo no agroecossistema em que só o casal compõe o NSGA, a mulher afirma que “a prioridade mais é do homem mesmo [...]”. Dessa forma, em relação ao processo de tomada de decisão dentro dos dois agroecossistemas, apesar de opinarem sobre o que deve ou não ser feito, a decisão final ainda é tomada pelo homem, o que mostra que velhos padrões ainda não foram superados.

Percebe-se ainda que os diferentes trabalhos executados dentro do agroecossistema formam a base para a construção da autonomia – física, econômica e política – das agricultoras, a conquista de renda, no caso das famílias estudadas há uma significativa contribuição para renda da mulher/família proveniente do Programa Bolsa Família e da aposentadoria (previdência social), contribui para que essas mulheres tenham certo grau de autonomia econômica, possibilitando que elas consigam ter poder de barganha dentro das famílias, já que conseguem contribuir monetariamente para o sustento de suas famílias.

Mas não entendemos que o acesso a essas rendas impactam significativamente na autonomia das mulheres e, percebe-se a necessidade de aprofundar estudos sobre as relações de poder no campo das micro relações, pois, os aspectos patriarcais e machistas, historicamente estruturados na sociedade, se revelam nesse tipo de relação. Teria sido muito

rico ter tido condições de aprofundar esta pesquisa no sentido de gerar condições para perceber melhor os desafios das mulheres camponesas em se posicionar com autônima diante de situações das micro relações de poder no contexto das relações internas da família, e refletir as consequências para a autonomia real delas diante dessas realidades.

Dessa forma, mesmo essas famílias sendo acompanhadas por organizações que realizam e incentivam discussões sobre a igualdade de gênero e autonomia feminina, e já estejam vivenciando um aprofundamento conceitual e prático da agroecologia, há ainda um caminho a ser percorrido para que as desigualdades nas relações de gênero possam ser superadas de fato, já que nesse caminho há uma conexão direta com a estrutura predominante na sociedade.

Nesse sentido a aproximação das organizações que fazem assessoria agroecológica às famílias camponesas com os conceitos e princípios feministas pode contribuir de forma significativa para acelerar as mudanças estruturais na sociedade. Um começo para isso pode ser a partir da aproximação conceitual e prática com a economia feminista, pois, ao propor ferramentas e incentivar outros jeitos de olhar para a economia, é uma grande aliada para visibilizar e valorizar todo o trabalho realizado por mulheres e que muitas vezes não perpassam pelas vias econômicas tradicionais e aqui pode-se perceber um caminho aberto para problematizar a autonomia das mulheres camponesas.

Diante do cenário atual da pandemia a impossibilidade de ir até as famílias, foi limitante na busca de tentar captar com maior sensibilidade as rotinas e processos vividos dentro dos agroecossistemas e a relação das mulheres com os trabalhos nesses ambientes.

Por fim, estar atento para perceber e entender como a concepção patriarcal e machista nos moldou e molda, enquanto sociedade, é um exercício constante de revisar atitudes, valores e posturas que se mostram incorporadas nos nossos cotidianos, enquanto indivíduos ou coletivos. Esse desafio deve envolver sujeitos dos diferentes sexos, etnias, classes, orientações, que residem no campo ou em outros espaços.

É nesse contexto que os resultados corroboram a hipótese inicial do trabalho que aponta para a clareza de que apenas a base conceitual e a prática agroecológica não são suficientes para desconstruir as relações desiguais na divisão sexual do trabalho, já que essa divisão sustenta o sistema patriarcal e capitalista, dessa forma, refletir o papel da mulher no manejo dos agroecossistema é uma estratégia de revelar e explicitar como práticas patriarcais e machistas se mantêm presentes no cotidiano agroecológico. Dessa forma, ao afirmar “Sem Feminismo Não Há Agroecologia” se relaciona o feminismo à agroecologia e gera o

estranhamento necessário para aprofundar a luta por igualdade entre os seres humanos (homens e mulheres) e identificar cada dia mais como a agroecologia pode contribuir com as estratégias para essa igualdade se concretizar.

Referências

Agência Minas. **Tradicional coleta de sempre-vivas agora é patrimônio agrícola mundial**. 2020. Disponível em: <http://agenciaminas.mg.gov.br/noticia/tradicional-coleta-de-sempre-vivas-agora-e-patrimonio-agricola-mundial>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ALMEIDA, Clebson Souza de; SULZBACHER, Aline Weber; SANTOS, Rafael Pereira. A ÁGUA ENTRE A VIDA E A MERCADORIA: Conflitos entre empresas e comunidades grotieras de Minas Gerais. In: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2017. p. 1 - 17.

ALMEIDA, Janaiky Pereira de. **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Cap. 1.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 117 p. (Série Estudos Rurais- PGDR).

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, Miguel. Bases Conceituais e Metodológicas da Agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Cap. 2. p. 103-183.

ALVARENGA, Camila; ALVES, Luciana; CARDOSO, Elisabeth; CASTRO, Nayara de; SAORI, Sheyla; TELLES, Liliam. **Caderneta agroecológica e os quintais: sistematização da produção das mulheres rurais no brasil os**. Minas Gerais: 2018. 100 p.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife, 2014. p. 13-50.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977. 223 p.

BECKER, Howard S. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In: BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1993. cap. CAPÍTULO 2, p. 47- 64. ISBN 85.271.0222.6.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas: Dossiê Economia feminista**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 31-68, ago./dez. 2018. Semestral.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Semestral.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BOTELHO, Maria Izabel Vieira. Experiências e vivências na migração sazonal. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 1-20, dez. 2003. Semestral.

BRASIL. Constituição (2002). **Decreto nº s/n**, de 13 de dezembro de 2002. Brasília, DF, 13 dez. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9778.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **MME debate implantação sustentável de lítio no Vale do Jequitinhonha/MG**. 2019. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/pagina-inicial/outras-noticias/-/asset_publisher/32hLrOzMKwWb/content/mme-debate-implantacao-sustentavel-de-litio-no-vale-do-jequitinhonha-mg>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Vértice; FCC, 1990. apud: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.331-353, jul/dez, 2006. Semestral.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.331-353, jul/dez, 2006. Semestral.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 259-287, 2012

BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Mirian; FARIA, Nalu. **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 128 p.

CAFFENTZIS, George. On the Notion of a Crisis of Social Reproduction: A Theoretical Review. In: DALLA COSTA, Mariarosa; DALLA COSTA, Giovanna F. (eds.) **Women, Development and Labor of Reproduction**. Eritrea: Africa World Press, 1999. apud: BENGGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas: Dossiê Economia feminista**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 31-68, ago./dez. 2018. Semestral.

CALIXTO, Juliana Sena; GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; MACEDO, Renato Luís Grisi. Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 519-538, 2009. Trimestral.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: 2004. 24 p.

CARRASCO, Cristina (org.). Para uma economia feminista. In: CARRASCO, Cristina (org.). **Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria - Antrazyt, 2005. p. 1-23. Tradução SOF.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **A Produção do Viver**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2003. p. 11-49.

Carta política [do] IV ENA: agroecologia e democracia unindo campo e cidade. - Rio de Janeiro: AS-PTA: Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2018. appud: TELLES, Liliam. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

CASA DA MULHER NO NORDESTE. **Mulher e Trabalho**. Recife: Casa da mulher no Nordeste, 2005. 40p.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA. **Histórico Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica**. Disponível em: <<https://www.cavjequi.org/sobre>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CEPAL- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Autonomia das Mulheres e Igualdade na Agenda de Desenvolvimento Sustentável. In: CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 2016, Montevideu. **Síntese**. Santiago: out, 2016. 105p.

CEPAL- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Inter-relação das autonomias**. Disponível em: <<https://oig.cepal.org/pt/autonomias/inter-relacao-das-autonomias>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

CISNE, Mirla. Fundamentos teórico-políticos do feminismo: uma contribuição indispensável ao socialismo. In: CISNE, Mirla. **FEMINISMO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO BRASIL**. São Paulo: Cortez, 2015. Cap. 2. p. 48-86

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 152 p.

COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS (CIMOS). MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS (MPMG). **Direito dos povos e comunidades tradicionais**. Minas Gerais: CIMOS; MPMG, 2014. 47 p.

CORDEIRO, A.; MONTEIRO, F. T., DAYRELL, C. A.; ALVARENGA A. C., FÁVERO, C. **Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais**. Montes Claros: ASA, Rede de Agrobiodiversidade do semiárido mineiro, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 71p. 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p. Tradução: Heci Regina Candiani.

DEERE, Carmen Diana. OS DIREITOS DA MULHER À TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.175-204, jan/abr. 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção

marcada pela dupla discriminação. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, v. 2, n. 14, p.1-8, nov. 2005.

Escola Família Agrícola de Veredinha: Valorizando o campo e preparando jovens para o futuro. **O Candeeiro Boletim Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas**, p. 2, 2014.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. [S. l.], 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

FARIA, Andréa Alice da Cunha; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. Diagrama de Fluxo. In: FARIA, Andréa Alice da Cunha; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. **Ferramentas de Diálogo: qualificando o uso das técnicas de DRP- diagnóstico rural participativo**. Brasília: 2006. p. 41-50.

FARIA, Nalu. Feminismo e transformação social. **Perspectivas Feministas para a Igualdade e Autonomia das Mulheres**, São Paulo, p.6-16, 2012.

FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). **Autonomia e Cidadania: Políticas de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural**. Brasília, 2011. p. 37-54.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 464 p. Tradução coletivo Sycorax.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p. Tradução Coletivo Sycorax.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**. 1 ed. São Paulo: Oficina 22 Diagramação, 2020. 16 p.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBE, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, HELENA; LABORIE, FRANÇOISE; DOARÉ, HÉLÈNE LE, SENOTIER, DANIELE (Org.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018. 87 p.

FREITAS, Taís Viudes de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho. In: FREITAS, Taís Viudes de; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). **Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres Crítica à Sociedade de Mercado**. São Paulo, 2007. p. 7-66.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Remanescentes de Quilombos**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 30 set. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**. Disponível em: <<http://fjp.mg.gov.br/index.php/pdvj>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA- FIDA (Salvador). **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas**

fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo fida no brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador: 2020. 232 p.

GALEANO, Eduardo. **Memória do Fogo:** os nascimentos. L&Pm, 2013. 853 p. (Série Ouro).

GHIZELINI, André A. Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais**, Vitória, v. 1, n. 23, p. 90-111, jun. 2019. Semestral.

GRECCO, Fabiana Sanches; FURNO, Juliane da Costa; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Por uma ciência econômica feminista. **Temáticas:** Dossiê Economia feminista, Campinas, v. 26, n. 52, p. 11-22, ago./dez. 2018. Semestral.

GUEDES, Olegna de Souza; DAROS, Michelli Aparecida. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, dez. 2009. Semestral.

HARDT, Michael. O trabalho afetivo. **Cadernos de Subjetividade:** O reencantamento do concreto, São Paulo, n. 11, p. 143-158, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CASA – ROÇADO. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A MORADA DA VIDA:** Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Cap. 3. p. 48-75.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram?: globalização e divisão sexual do trabalho. **Trabalho e Cidadania Ativa Para As Mulheres:** Desafios para as Políticas Públicas, São Paulo, p. 15-30, 2003. Coleção Caderno da Coordenadoria Especial da Mulher.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2010. p. 42-55.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho: (conceito de) *. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO.** São Paulo: Unesp, 2009. p. 251-256.

hooks, Bell. **Teoria Feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019. 254 p. Tradução: Rainer Patriota.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- PNAD Mercado de Trabalho Brasileiro:** 1º trimestre de 2019, Brasília, 110 p. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História: Diamantina-Minas gerais.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/historico>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Veredinha Histórico.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/veredinha/historico>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>>. Acesso em: 30 set. 2019.

Ipea- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **BOLSA FAMÍLIA, AUTONOMIA FEMININA E EQUIDADE DE GÊNERO: o que indicam as pesquisas nacionais?**. Rio de Janeiro, 2017. 33 p.

Ipea- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nº 75- **Disoc: VULNERABILIDADES DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**. 1 ed. Brasília: Livraria Ipea, 2020. 19 p.

JALIL, Laeticia. Soberania alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p.9-11, dez. 2009.

KERGOAT DANIELE. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, HELENA; LABORIE, FRANÇOISE; DOARÉ, HÉLÈNE LE, SENOTIER, DANIELE (Org.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. São Paulo: Unesp, 2009.

LAGE, NILMAR. **Lítio: A nova salvação do Vale da Miséria (É mesmo?)**. 2019. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/l-tio-nova-salva-do-vale-da-mis-ria-mesmo>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

LAMOUREUX DIANE. Público/privado. In: HIRATA, HELENA; LABORIE, FRANÇOISE; DOARÉ, HÉLÈNE LE, SENOTIER, DANIELE (Org.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. São Paulo: Unesp, 2009.

LEMOS, Silse Teixeira de Freitas. O trabalho das mulheres da agricultura familiar à indústria capitalista contemporânea e a incidência dos mitos nas relações de gênero na sociedade patriarcal. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, p. 347-354, nov. 2016.

MACHADO, Maíra Saruê. Trabalho remunerado e trabalho doméstico: conciliação? In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife, 2014. p. 51-78.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Autonomia econômica das mulheres**. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/autonomia-economica-das-mulheres/>>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MARCONDES, Mariana Mazzini. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife, 2014. p. 79-108.

MARONHAS, Maitê; SCHOTTZ, Vanessa; CARDOSO, Elisabeth. **AGROECOLOGIA, TRABALHO E MULHERES: Um olhar a partir da Economia Feminista** Maitê. In: 18º REDOR: PERSPECTIVAS FEMINISTAS DE GÊNERO: DESAFIOS NO CAMPO DA MILITÂNCIA E NAS PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 18., 2014, Recife. **Anais...** . Recife: UFRPE, 2014. p. 3751 – 3762.

MARTINS, Edvaldo Rodrigues; PEREIRA, Laurindo Mékie. O LUGAR DA POBREZA E DO ATRASO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO VALE DO JEQUITINHONHA. In: VI CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: DESAFIOS À DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E BENS COMUNS, 6., 2018, Montes Claros. **Anais [...]** . Montes Claros: 2018. v. 1, p. 857-868.

MARX, Karl. O Processo de Trabalho e o Processo de Valorização: 1- O processo de trabalho. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. Cap. 5. p. 326-337. Tradução: Rubens Enderle.

MAY, Tim. Observação Participante: perspectivas e práticas. In: MAY, Tim. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. cap. 7, p. 173-203. ISBN 85-363-0199-6.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 1, n. 21, p. 145-158, jul. 2008.

MONTEIRO, Bernadete Esperança. **Contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do Norte de Minas Gerais na resistência à mineração**. 2016. 70 f. Dissertação (Mestrado) -Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

MONTEIRO, F. T; FÁVERO, C. A luta dos(as) apanhadores(as) de flores sempre-vivas frente à expropriação territorial provocada por unidades de conservação de proteção integral da natureza. **Revista Agriculturas:Experiências em Agroecologia**, v. 8, p. 33–37, 2011.

MONTEIRO, F. T; FÁVERO, C. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha : uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, v. 11, p. 7–15, 2014.

MORENO, Renata; VIUDES, Taís. A centralidade da autonomia econômica para as mulheres. **Perspectivas Feministas Para A Igualdade e Autonomia das Mulheres**, São Paulo, p.21-28, 2012.

NETO, Antônio Augusto Lopes; FEITAL, Auxiliadora; LOPES, Isabel de Luanda; ALMEIDA, Angélica; TELLES, Liliam. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 42-48, dez. 2015.

NOBRE, Miriam. Políticas públicas de fortalecimento da autonomia econômica das mulheres. **Gênero e Autonomia Econômica Para As Mulheres**: Caderno de Formação, Brasília, p.41-52, 2016.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. In: TERRIBILI, Alessandra; FARIA, Nalu; COELHO, Sônia (Org.). **FEMINISMO E LUTA DAS MULHERES: ANÁLISES E DEBATES**. São Paulo, 2005. p. 39-50.

NOBRE, Miriam; MORENO, Renata. Natureza, trabalho e corpo: percursos feministas e pistas para a ação. **Economia Feminista e Ecológica: Resistências e Retomadas de Corpos e Territórios**, São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, p. 33-51, 2020.

NOBRE, Mirian. Introdução à economia feminista. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian (org.). **Economia Feminista**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2002. p. 10-15. (Cadernos Sempreviva).

NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E CAMPESINATO. **Projeto Agroecologia e resiliência às mudanças climáticas no semiárido de Minas**

Gerais: Atualização da Caracterização do Agroecossistema da família de Tereza e Crispim Comunidade Gameleira - Veredinha - Alto Jequitinhonha. Diamantina, 2019.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E CAMPESINATO. **Projeto Agroecologia e resiliência às mudanças climáticas no semiárido de Minas Gerais:** Atualização da Caracterização do Agroecossistema da família de Preta e Imir Comunidade de Vargem do Inhaí - Diamantina - Alto Jequitinhonha. Diamantina, 2019.

OLIVEIRA, José Rogaciano de. **Elas e Eles:** direitos e deveres. 4. ed. Fortaleza: Articulação no Semi- Árido Brasileiro, 2016. 30 p.

OLIVEIRA, Rosika Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. *In:* BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura- FAO. **Apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas recebem reconhecimento internacional da FAO como o primeiro Patrimônio Agrícola Mundial do Brasil.** 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1265788/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

OROZCO, Amaia Pérez. Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico. *In:* FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2012. p. 51-90.

OXFAM, **Documento Informativo da OXFAM:** Tempo de Cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. São Paulo, 2020. 21 p.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e equidade de gênero. *In:* BUARQUE, Cristina; SIMIÃO, Daniel Schroeter; MACEDO, Márcia S.; PACHECO, Maria Emília Lisboa; SILVEIRA, Maria Lucia da; NOBRE, Mirian; FARIA, Nalu; FESTA, Regina; NOVAES, Regina; CAMURÇA, Silvia (org.). **Perspectivas de gênero:** debates e questões para as ongs. Recife: Sos Corpo Gênero e Cidadania, 2002. p. 138-163.

PAULILO, Maria Ignez S. O Peso do Trabalho Leve. **Revista Ciência Hoje,** Santa Catarina, n. 28.

PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano Marçal da; FERNANDES, Gabriel Bianconi; ALMEIDA, Sílvio Gomes de. **MÉTODO DE ANÁLISE ECONÔMICO-ECOLÓGICA DE AGROECOSSISTEMAS.** 1. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017. 250 p. ISBN 978-85-87116-28-4.

PORTELLA, Ana Paula; SILVA, Carmen; FERREIRA, Simone. TRABALHO E FAMÍLIA: UMA EQUAÇÃO INJUSTA E DESIGUAL. *In:* **Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar.** Recife, 2004. p. 39-70.

PULEO, Alicia H. Anjos do Ecossistemas? *In:* FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia.** São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2012. p. 29-50.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. 1ª edição, Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

RAMOS, Rosana. Pesquisa qualitativa: uma breve contribuição. 2013.

REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. Enfoque de gênero na construção de metodologias participativas de educação popular e políticas públicas. *In*: REDE DE INTERCÂMBIO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS. **Educação Popular em Segurança Alimentar e Nutricional**: Uma metodologia de formação com enfoque de gênero. Belo Horizonte: [s. n.], 2008. cap. 16, p. 192-209. ISBN 978-85-98916-04-0.

REIS, Tainá. Trabalho e Gênero: Reflexões sobre o adoecimento no corte de cana. **Ruris**, Campinas, v. 11, n. 01, p.83-112, mar. 2017.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. Sistemas Agrários, Recursos Naturais e Migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. **TORRES, H. & COSTA, H. População e meio ambiente**. São Paulo, SENAC, n. 1938, p. 163–187, 2006.

RODRIGUEZ, Graciela. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**: Tema 10: Autonomia Econômica, Empoderamento, Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho, Brasília, p.31-40, jul. 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 160 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SCHOTTZ, Vanessa; MARONHAS, Maitê; CARDOSO, Elisabeth. É trabalho, não é ajuda!:Um olhar feminista sobre o trabalho das mulheres na agroecologia. **Agriculturas Experiências em Agroecologia**: Pela vida das mulheres e pela Agroecologia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p.48-53, dez. 2015.

SCHWEBEL DOMINIQUE FOUGEYROLLAS. Trabalho doméstico. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Org.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. São Paulo: Unesp, 2009.

SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E PATRIMÔNIO.; EQUIPE DE COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE DIAMANTINA. **Avanços na política de promoção da Igualdade Racial em Diamantina: Comunidades Quilombolas em Diamantina- conquistas e desafios**. Minas Gerais; 2012.19 p.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Mulheres do campo construindo autonomia**: experiências de comercialização. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2016.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA; GENÊRO e NÚMERO. **Sem parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. São Paulo, 2020. 54 p.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**. São Paulo: Gaia, 2002. 240 p.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, A. R.; SULZBACHER, A. W. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ENSINO DE GEOGRAFIA: reflexões a partir de experiências em escola família agrícola. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 8, p. 87–108, 2018.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Paraíba, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVA, Carmen; ARANTES, Rivane; FERREIRA, Verônica. **Nosso Trabalho Sustenta o Mundo**. Recife: SOS Corpo, 2013. 96 p. (Série Mulheres em movimento).

SOARES, Vera. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Brasil) (Org.). **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulheres: Textos Acadêmicos**. Brasília. 2011. p. 281-301.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Políticas Públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2010. p. 57-74. (Cadernos Sempreviva).

STRASSMANN, Diana. A economia feminista. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Mirian (org.). **Economia Feminista**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2002. p. 24-43. (Cadernos Sempreviva).

SUCUPIRA, Fernanda; FREITAS, Taís Viudes de. As desigualdades de gênero nos usos do tempo. In: RENATA MORENO (Org.). **Feminismo, Economia e Política: Debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2014. p. 105-122.

SULZBACHER, Aline Weber; ANJOS, Joênio Carvalho dos. Questão agrária e Mineração no Vale do Jequitinhonha Mineiro. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS-PENSAR E FAZER A GEOGRAFIA BRASILEIRA NO SÉCULO XXVI: ESCALAS, CONFLITOS SOCIOESPACIAIS, E CRISE ESTRUTURAL NA NOVA GEOPOLÍTICA ESPACIAL, 19., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: 2018. v. 1, p. 1-12.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; FARIA, Nalu. **Empoderamento econômico das mulheres no Brasil: pela valorização do trabalho doméstico e do cuidado**. São Paulo: Gesto Comunicação e 3º Setor, 2018. 21 p.

TELLES, Liliam. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS, 20., 1996, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: 1996. v. 1, p. 1-18.

WEITZMAN, Rodica. AS INTERFACES ENTRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, AGROECOLOGIA E GÊNERO NA PRÁTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. In: CONSEA-MG (org.). **3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE NUTRICIONAL DE MINAS GERAIS SEGURANÇA ALIMENTAR E: caderno de textos**. Belo Horizonte: 2005. p. 24-28.

Apêndice 1
Roteiro para entrevista semiestruturada

1. Dos subsistemas indicados no diagrama de fluxo quais estão sob a responsabilidade de quem da família?
2. Como e quem decide o que fazer nos respectivos subsistemas?
3. Qual o tempo gasto para desempenhar as tarefas em cada subsistema?
4. Qual o tempo gasto aproximadamente com todas as tarefas feitas por você?
5. Qual subsistema gera renda monetária (dinheiro) para a família?
6. Qual subsistema gera uma renda indireta, economia na gestão do conjunto do agroecossistema?
7. A renda obtida com a venda de produtos é decidida por quem?
8. Das tarefas da casa quem faz o que?
7. A titulação da terra é em nome de quem?
8. Você reserva algum tempo para atividades de lazer? Qual (is) atividade de lazer você faz?
9. Você participa ou já participou de algum movimento? E de alguma atividade que envolve só mulheres (grupos, associação, cursos, movimentos)?
10. A renda da casa é administrada por quem? O que você faz com o dinheiro que você recebe das suas tarefas?

Apêndice 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Comitê de Ética em Pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **“Agroecossistemas, Trabalho e Autonomia: o cotidiano de mulheres camponesas no Vale do Jequitinhonha”**, coordenado pela Professora Ivana Cristina Lovo e que contará ainda com a participação da discente Bárbara Letícia Lopes.

Esse convite é em virtude da sua condição de ser camponês/a residente no Vale do Jequitinhonha e ter participado anteriormente do projeto de pesquisa “Agroecologia e Resiliência às Mudanças Climáticas no Semiárido de Minas Gerais”, executado durante o período de 2018-2019 pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – NAC-UFVJM.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador nem com a UFVJM.

Os objetivos desta pesquisa são: entender como se dá a divisão sexual do trabalho e como essa divisão influencia a construção da autonomia feminina dentro de propriedades agroecológicas. Caso você decida aceitar o convite, estará consentindo o (s) seguinte (s) procedimentos: visitas as propriedades para a realização de entrevistas, aplicação de questionários, observação da rotina da casa. O tempo previsto para a sua participação e o desenvolvimento dos procedimentos acima explicitado é de aproximadamente 1 (um) dia.

Os riscos relacionados com sua participação são constrangimento e/ou desconforto ao responder alguma pergunta, podendo ainda ocorrer algum desconforto e/ou constrangimento com a presença do pesquisador na sua residência, além de uma possível alteração na rotina da casa, pode haver também problemas ocasionados pela sua identificação. Estes serão minimizados pelos seguintes procedimentos: as entrevistas e questionários serão feitos em locais privados e poderão ser interrompidos a qualquer

momento. Você poderá solicitar quando desejar que o pesquisador deixe o local ou ainda que interrompa as atividades de campo.

Os participantes que não desejarem não terão sua identidade revelada e nem precisarão responder a todas as perguntas.

Não haverá benefícios relacionados com a sua participação.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações pessoais obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação caso assim o deseje.

Não há remuneração com sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas. Também não haverá gastos financeiros para a sua participação. Não está previsto indenização por sua participação, mas em qualquer momento se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito à indenização.

Você receberá uma via deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Coordenador (a) do Projeto: Ivana Cristina Lovo

Endereço: Campus JK - Rodovia MGT 367 – km 583, nº 5000 – Alto da Jacuba, Diamantina/MG, CEP: 39100-000; Telefone: (38) 3532-1220

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da mesma e aceito o convite para participar, e autorizo a publicação dos resultados da pesquisa.

Autorizo a utilização dos dados obtidos durante o projeto de pesquisa “Agroecologia e Resiliência às Mudanças Climáticas no Semiárido de Minas Gerais”, nesta pesquisa.

Não autorizo a utilização dos dados obtidos durante o projeto de pesquisa “Agroecologia e Resiliência às Mudanças Climáticas no Semiárido de Minas Gerais”, nesta pesquisa.

Autorizo minha identificação no trabalho e em publicações decorrentes dele.

Não autorizo minha identificação no trabalho e em publicações decorrentes dele.

Nome do participante da pesquisa:

Assinatura do participante da pesquisa:



Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba
Diamantina/MG CEP39100-000
Tel.: (38)3532-1240
Coordenadora: Prof.^a Simone Gomes Dias de Oliveira
Secretária: Leila Adriana Gaudencio Sousa
E-mail: cep.secretaria@ufvjm.edu.br